

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JULIANA SOARES DE OLIVEIRA

**UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O SISTEMA PRISIONAL NA PERSPECTIVA
DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE**

Uberlândia
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JULIANA SOARES DE OLIVEIRA

**UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O SISTEMA PRISIONAL NA PERSPECTIVA
DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE**

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Uberlândia
para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades,
Educação e Sociabilidade

Orientadora: Marili Peres Junqueira

Uberlândia
2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48
2024

Oliveira, Juliana Soares de, 1984-
Um olhar sociológico sobre o sistema prisional na
perspectiva da pessoa privada de liberdade [recurso
eletrônico] / Juliana Soares de Oliveira. - 2024.

Orientadora: Marili Peres Junqueira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.611>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Sociologia. I. Junqueira, Marili Peres ,1973-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado 08/2024 do PPGCS-UFU				
Data:	07 de Agosto de 2024	Hora de início:	14h	Hora de encerramento:	16h
Matrícula do Discente:	12212CSC004				
Nome do Discente:	Juliana Soares de Oliveira				
Título do Trabalho:	UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O SISTEMA PRISIONAL NA PERSPECTIVA DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Inovações em Ciências Sociais na educação escolar: os nexos contemporâneos entre formação docente e prática de ensino				

Reuniu-se na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Santa Mônica, Sala 1H247, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Profa. Dra. Marili Peres Junqueira (Orientadora e Presidenta da banca PPGCS/INCIS/UFU), Profa. Dra. Mariana Magalhães Pinto Côrtes (Examinadora PPGCS/INCIS/UFU) e o Prof. Dr. Márcio Bonesso (Examinador IFTM/Campus Uberlândia Centro).

Iniciando os trabalhos, a presidenta da mesa, a Profa. Dra. Marili Peres Junqueira apresentou a Comissão Examinadora e a candidata agradeceu a presença do público, e concedeu a discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidenta concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marili Peres Junqueira - Orientadora e Presidente da banca
(PPGCS/INCIS/UFU)

Profa. Dra. Mariana Magalhães Pinto Côrtes - Examinadora (PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Márcio Bonesso - Examinador (IFTM)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marili Peres Junqueira, Presidente**, em 07/08/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Magalhães Pinto Cortes, Membro de Comissão**, em 07/08/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Bonesso, Usuário Externo**, em 07/08/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5574562** e o código CRC **489FBEA0**.

Referência: Processo nº 23117.048923/2024-16

SEI nº 5574562

JULIANA SOARES DE OLIVEIRA

UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O SISTEMA PRISIONAL NA PERSPECTIVA
DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Uberlândia
para obtenção do título de Mestre

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades,
Educação e Sociabilidade

Orientadora: Marili Peres Junqueira

Uberlândia, 07 de agosto de 2024

Banca Examinadora:

Márcio Bonesso – Doutor (IFTM/Uberlândia-Centro)

Mariana Magalhães Pinto Côrtes – Doutora (UFU/PPGCS)

Membros Suplentes:

Moacir de Freitas Junior – Doutor (UFU/PPGCS)

Sirley Cristina Oliveira – Doutora (IFTM/Uberlândia-Centro)

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu amado filho Gabriel, cuja alegria e amor me inspiram diariamente. Aos meus queridos pais, por todo apoio incondicional e incentivo ao longo desta jornada.

Às amigas e aos amigos mais chegados que irmãos, especialmente em nome de Leidiane Lobo Albernaz, estendo essa dedicatória a todas e todos que estiveram ao meu lado, compartilhando momentos, desafios e conquistas.

Meu sincero agradecimento a cada um de vocês por fazerem parte dessa trajetória.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder a força, sabedoria e perseverança para chegar até aqui.

Ao meu filho, Gabriel, por toda paciência e amor durante este período desafiador. Você é minha maior motivação. À minha família, pelo apoio incondicional e constante incentivo. Sem vocês, nada disso seria possível.

À minha orientadora, Marili Peres Junqueira, pela orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo dessa jornada. À banca examinadora, Márcio Bonesso e Mariana Côrtes, tanto na qualificação quanto na defesa desta dissertação, pela dedicação e pelas valiosas sugestões que enriqueceram este trabalho.

Às amigas e amigos, por não me deixarem desanimar e por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis. Vocês são fundamentais na minha vida. Aos colegas de turma, com quem ingressei no mestrado, pela parceria, troca de conhecimentos e apoio mútuo. Aos professores, por todas as trocas, conhecimentos e pela parceria ao longo do curso. Cada um de vocês contribuiu significativamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Meu sincero agradecimento a todas e todos que, de alguma forma, estiveram presentes nesta caminhada.

"O grau de civilização de uma sociedade pode ser julgado entrando em suas prisões."

Fyodor Dostoevsky

RESUMO

A presente dissertação realiza uma análise sociológica dos aspectos da vida das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro a partir dos relatos de presos de um presídio localizado em Minas Gerais, buscando refletir, por meio dessa análise local, a realidade nacional. O estudo aborda a complexa interação entre o indivíduo como ser social e o Estado, além de explorar os conceitos fundamentais da Sociologia no que tange a construção da noção de pessoa e indivíduo e ao processo de socialização.

Um ponto importante desta pesquisa é a importância do "local de fala" como meio de dar voz aos apenados, permitindo que compartilhem suas experiências e perspectivas pessoais. Para atingir esse objetivo, foram coletados relatos de 22 presos sobre suas emoções no momento de sua primeira prisão. Esses relatos foram submetidos a uma análise de discurso metódica, revelando uma compreensão sobre a complexa gama de sentimentos vivenciados por aqueles que se encontram no sistema prisional brasileiro.

Além disso, a dissertação incorpora a Sociologia das Emoções como uma lente teórica para entender os sentimentos experimentados pelos presos. Isso ajuda a compreender as respostas emocionais únicas e multifacetadas diante das adversidades do encarceramento. Os resultados deste estudo fornecem uma visão crítica e potente do sistema prisional no Brasil, destacando não apenas os aspectos estruturais e legais, mas também os aspectos humanos e emocionais das pessoas privadas de liberdade. O trabalho enfatiza a importância de considerar as perspectivas das pessoas envolvidas no sistema prisional ao buscar reformas e políticas mais eficazes. Por fim, esta dissertação contribui para o debate acadêmico e social sobre a necessidade de abordagens mais humanas e empáticas no tratamento das questões relacionadas ao sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: sistema prisional; pessoa privada de liberdade; Sociologia; Estado; local de fala, emoções.

RESUMEN

La presente disertación realiza un análisis sociológico de los aspectos de la vida de las personas privadas de libertad en el sistema penitenciario brasileño a partir de los relatos de presos de una cárcel ubicada en Minas Gerais, buscando reflejar, a través de este análisis local, la realidad nacional. El estudio aborda la compleja interacción entre el individuo como ser social y el Estado, además de explorar los conceptos fundamentales de la Sociología en lo que respecta a la construcción de la noción de persona e individuo y al proceso de socialización.

Un punto importante de esta investigación es la importancia del "lugar de habla" como medio para dar voz a los reclusos, permitiéndoles compartir sus experiencias y perspectivas personales. Para lograr este objetivo, se recopilieron relatos de 22 presos sobre sus emociones en el momento de su primera detención. Estos relatos fueron sometidos a un análisis de discurso meticuloso, revelando una comprensión sobre la compleja gama de sentimientos vividos por aquellos que se encuentran en el sistema penitenciario brasileño.

Además, la disertación incorpora la Sociología de las Emociones como una lente teórica para entender los sentimientos experimentados por los presos. Esto ayuda a comprender las respuestas emocionales únicas y multifacéticas frente a las adversidades del encarcelamiento.

Los resultados de este estudio proporcionan una visión crítica y potente del sistema penitenciario en Brasil, destacando no solo los aspectos estructurales y legales, sino también los aspectos humanos y emocionales de las personas privadas de libertad. El trabajo enfatiza la importancia de considerar las perspectivas de las personas involucradas en el sistema penitenciario al buscar reformas y políticas más eficaces. Por último, esta disertación contribuye al debate académico y social sobre la necesidad de enfoques más humanos y empáticos en el tratamiento de las cuestiones relacionadas con el sistema penitenciario brasileño.

Palabras clave: sistema penitenciario; persona privada de libertad; Sociología; Estado; lugar de habla; emociones.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. O INDIVÍDUO COMO SER SOCIAL	13
2.1 - Metodologia	14
2.2 - A noção de pessoa	19
2.3 - Uma análise da pessoa privada de liberdade a partir da noção de pessoa no contexto brasileiro.....	29
2.4 - Sujeito como ser social: ninguém nasce bandido.....	41
2.5 - Estruturas de controle e estigma: analisando instituições totais por meio de Pierre Bourdieu e Erving Goffman.....	51
3. O ESTADO MODERNO: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA.....	55
3.1 - Segurança, hegemonia e fragmentação: desafios contemporâneos ao Estado moderno.....	56
4. POR DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	68
4.1 - Lugar de fala	69
4.2 - O sistema prisional brasileiro.....	71
4.3 - Entre grades e emoções: a performance do eu e o gerenciamento emocional no cárcere.....	93
4.4 - Narrativas a partir do cárcere	95
4.5 - Campos emocionais: sintaxe e sujeitos nas narrativas prisionais	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	152

1. INTRODUÇÃO

Estamos em constante processo de mudança, haja vista que a vida não é estática. A forma que enxergamos o mundo hoje pode mudar amanhã, tudo isso faz parte das nossas experiências e forma a nossa identidade, sendo importante salientar que cada pessoa possui as suas particularidades, ninguém é igual a ninguém, ou seja, a identidade é algo único de cada pessoa e está totalmente ligada às suas vivências.

Partindo disto, o presente trabalho propõe uma análise sociológica dos aspectos da vida das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro a partir dos relatos de 22 presos redigidos durante aulas de Sociologia em uma escola prisional no Estado de Minas Gerais, buscando refletir, por meio dessa análise local, a realidade nacional. Essas redações visam compreender o que é o sistema prisional para essas pessoas, quais sentimentos e emoções mais afloram ali dentro e se a ressocialização, algo proposto quando há o encarceramento de um indivíduo, é realmente vivenciado por eles.

O que se busca por meio da proposta supracitada é um protagonismo, um diálogo, onde há escuta e o lugar de fala. Nesse ciclo de violência, onde o encarceramento é visto como solução, quais histórias não são contadas? Quais são as vozes que são silenciadas? E por qual motivo esse silêncio é tão benquisto socialmente?

A Sociologia, por meio de suas metodologias e teorias específicas, se encarrega de estudar a vida social humana, analisando todos os contextos sociais e os grupos que a compõe. A desnaturalização de comportamentos é um aspecto fundamental para a Sociologia, e o presente trabalho se propõe a esse objetivo, ou seja, oferecer uma nova perspectiva sobre questões que já não são devidamente reconhecidas pela sociedade.

De acordo com o Relatório de Informações Penais, 15º Ciclo Sisdepen, no período de julho a dezembro de 2023 havia 852.163 pessoas em cumprimento de pena no Brasil, tanto em unidades estaduais como federais, incluindo presos/as em prisão domiciliar com e sem monitoramento eletrônico. Deste montante, 202.893 eram presos/as provisórios/as, 350.368 cumpriam a pena em regime fechado, 186.208 cumpriam pena em regime semiaberto, 104.010 em regime aberto, 2.542 em medida de segurança, seja internação ou tratamento ambulatorial, 153 estavam em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e 5.989 em outras prisões. No que tange a presos/as em celas físicas, haja vista que é esse grupo que interessa ao presente trabalho, pessoas se encontravam privadas de liberdade,

abrangidas unidades estaduais, federais, RDD, medida de segurança - internação e tratamento ambulatorial e outras prisões.¹ (Brasil, 2024d).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), tendo por referência o Censo Demográfico 2022, o Brasil alcançava 203.080.756 habitantes. Nesse sentido, como alusão aos dados supracitados, a taxa de encarceramento no país é de 419,6 presos para cada 100 mil habitantes (Brasil, 2022).

O Brasil possui uma taxa de ocupação penitenciária² de 133,38%, ocupando o 12º lugar no *ranking* do *World Prison Brief*³ e apresenta a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China, que conta com dezenas de milhares de mandados de prisão ainda não cumpridos. Apesar de ter uma população cinco vezes menor do que a da China, o Brasil apresenta um número expressivo de pessoas presas. Além disso, supera até mesmo a Índia em relação ao número de pessoas encarceradas.

No senso comum, o sistema prisional brasileiro é retratado por diferentes pessoas e instituições como um sistema ineficaz e isso não causa nenhuma comoção em parte significativa da sociedade, muito pelo contrário, o senso de justiça, de grande parte da população brasileira que condena a violência, ainda é baseado na própria violência.

Desta forma, se faz necessário uma melhor compreensão do que venha a ser o sistema prisional brasileiro, mas a partir das experiências de pessoas que estão encarceradas, não que já foram presas, mas que estão vivenciando o momento, haja vista,

¹ A fins de esclarecimentos, de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), o regime fechado ocorre quando o (a) apenado (a) é condenado (a) a oito anos ou mais de reclusão, tendo a obrigatoriedade de permanecer todos os dias e noites na unidade prisional. O regime semiaberto é atribuído ao cumprimento de penas, quando o (a) condenado (a) não é reincidente, que variam de quatro a oito anos. Nesse regime a pessoa pode trabalhar ou estudar durante o dia em locais previamente definidos fora da unidade prisional, regressando à noite. Quando a pena é de até quatro anos, o (a) apenado (a), desde que não reincidente, cumpre sua pena no regime aberto, isto é, se cumpre a pena em casa de albergado ou, na falta deste, em outro local adequado, como a casa do (a) próprio (a) condenado (a). Nesse regime é autorizado a se deixar o local durante o dia e retornando somente à noite. O regime provisório é destinado aos presos (as) que ainda não foram condenados. A medida de segurança não é considerada uma pena, mas sim um tratamento destinado a pessoas que praticaram crimes e possuem doenças mentais, não sendo considerados (as) responsáveis pelos seus atos. Já o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), conforme estipulado no artigo 52 da LEP é um método específico de execução da pena em regime fechado. Ele implica na alocação do detento (seja provisório ou condenado) em uma cela individual, com restrições quanto ao direito de receber visitas e ao direito de sair da cela.

² A taxa de ocupação penitenciária é um indicador que mede a proporção da capacidade total de um sistema prisional que está sendo efetivamente ocupada pelos presos. É calculada comparando o número de presos detidos em um determinado período com a capacidade oficial das instalações prisionais. Essa taxa é frequentemente expressa em forma de porcentagem. A fórmula básica para calcular a taxa de ocupação penitenciária é: taxa de ocupação = (número de presos / capacidade total) * 100.

³ Principal banco de dados mundial sobre sistemas carcerários sendo compilado pelo Instituto de Pesquisa de Políticas de Crime e Justiça (ICPR), do Reino Unido.

que as emoções, sentimentos, planos futuros, o modo de enxergar a vida sofre influência do meio em que estamos inseridos, pois somos seres sociais.

Posto isto, o presente trabalho possui como objetivo analisar sociologicamente o sistema prisional na perspectiva da pessoa privada de liberdade, isto é, por meio de textos produzidos por estudantes (todos homens) do ensino médio de uma escola⁴ estadual do Estado de Minas Gerais pertencente ao sistema prisional, da ala do seguro⁵, durante aulas de Sociologia, visando compreender o ambiente do cárcere para essas pessoas, as suas emoções e se a ressocialização é realmente eficaz.

Os estudos de Renata Garcia de Oliveira (2018) e Jesus Cesar Garcia (2016) fornecem uma análise crítica e aprofundada da ineficácia dos programas de ressocialização no sistema prisional brasileiro. Oliveira (2018) destaca que as iniciativas voltadas para a reintegração social dos apenados frequentemente falham devido a uma série de fatores estruturais, como a falta de recursos, a sobrecarga das instituições prisionais e a ausência de apoio pós-libertação. Complementando essa perspectiva, Garcia (2016) argumenta que o ambiente carcerário, caracterizado por condições precárias e pela violência, impede o desenvolvimento de práticas ressocializadoras eficazes. No mesmo sentido, o artigo de Oliveira *et al.* (2020), reforça a visão de que o sistema prisional brasileiro enfrenta graves deficiências estruturais que comprometem sua função ressocializadora. Esses trabalhos fornecem respaldo para a presente pesquisa, ao evidenciar a ineficácia do sistema prisional brasileiro e ao contribuir para a análise local que reflete a realidade nacional.

É importante ressaltar que o debate sobre gênero é um tema de suma importância na contemporaneidade e reconheço sua relevância no campo sociológico. No entanto, é crucial esclarecer que os escritos analisados nesta dissertação são exclusivamente de indivíduos do sexo masculino, uma vez que minha prática docente, dentro do sistema prisional, foi direcionada apenas ao público masculino. Dessa forma, os relatos que

⁴ A escola fica situada em um presídio em Minas Gerais.

⁵ A ala do seguro, também conhecida como cela do seguro, é uma área específica dentro do sistema prisional designada para abrigar detentos que estão em situações especiais ou que necessitam de medidas de proteção adicionais. Os presos que geralmente são mantidos na ala do seguro incluem: detentos que estão sob ameaça de violência por parte de outros presos, como informantes, ex-policiais, ou indivíduos envolvidos em disputas dentro da prisão; presos que têm histórico de envolvimento com organizações criminosas e podem ser alvos de ataques por parte de rivais; testemunhas de crimes que estão cooperando com as autoridades e precisam ser protegidas de possíveis retaliações; indivíduos que estão aguardando julgamento e foram colocados em isolamento preventivo por questões de segurança ou para evitar influenciar outros detentos e presos que cometeram crimes contra a dignidade sexual. No caso específico desse presídio, durante o período que foram realizadas as redações, também ficavam na ala do seguro presos da comunidade LGBTQIA+

compõem a base deste trabalho refletem uma perspectiva de mundo predominantemente masculinizada. Embora compreenda a significância e a complexidade das discussões acerca das questões de gênero, este estudo não abordará esse debate em profundidade. Isso se deve à especificidade dos dados coletados, que restringem a análise a um único ponto de vista de gênero. É importante frisar que, apesar da não inclusão desse debate no presente trabalho, possuo pleno conhecimento e apreço pela importância das questões de gênero na análise sociológica.

Assim sendo, nesta dissertação, mergulhamos em um estudo multidimensional que explora a ligação complexa entre indivíduos, Estado e sistema prisional, abordando suas interações, estruturas e impactos. O primeiro capítulo nos conduz à compreensão do indivíduo como ser social, explorando as complexas teias que conectam a identidade pessoal às relações coletivas. No segundo capítulo, adentramos a esfera do Estado, desvendando a dinâmica das relações de poder e a forma como a autoridade é mantida e exercida. No terceiro capítulo, analisamos o complexo cenário do sistema prisional brasileiro, traçando suas origens históricas e, em seguida, imergindo nas vozes de 22 indivíduos que compartilham seus relatos íntimos e emocionais que capturam suas experiências ao serem detidos pela primeira vez. Essas narrativas ganham vida por meio de análises de discurso minuciosas, desvelando a interação entre palavras e emoções. Finalmente, nas considerações finais, unimos os fios condutores que percorrem esses capítulos, oferecendo reflexões que ampliam nossa compreensão das interações sociais, das estruturas institucionais e das experiências individuais que compõem a complexidade do cenário contemporâneo.

2. O INDIVÍDUO COMO SER SOCIAL

Desde os primórdios da existência humana, a interação social tem desempenhado um papel essencial na formação das identidades, nas escolhas pessoais e nas trajetórias de vida dos indivíduos. A humanidade, inerentemente ligada à sua natureza social, é moldada por uma intrincada rede de relações, instituições e eventos que convergem para influenciar a maneira como percebemos o mundo e tomamos decisões. Neste capítulo, mergulhamos nas profundezas dessa interconexão vital entre o indivíduo e o contexto social em que está imerso, pois os indivíduos são seres sociais e são influenciados pelo meio em que vivem e convivem.

A teia complexa das relações humanas e os contextos sociais em constante transformação não apenas moldam nossa compreensão da realidade, mas também enriquecem nossas percepções sobre o eu e o outro. Cada evento, seja ele um marco histórico, uma mudança cultural ou um fenômeno econômico, reverbera em nossa vida cotidiana, influenciando a forma como tomamos decisões desde as mais triviais até as mais impactantes. A conjuntura social fornece o cenário no qual os indivíduos desenvolvem suas identidades, forjam seus valores e elaboram suas aspirações.

À medida que avançamos na análise do indivíduo como ser social, nos deparamos com a intrincada interação entre a autonomia individual e a influência coletiva. A tensão entre o desejo de expressão pessoal e a necessidade de adaptação às normas sociais cria um terreno fértil para a investigação das maneiras pelas quais a sociedade molda nossas escolhas e ações. As decisões individuais frequentemente refletem as expectativas, os valores e as pressões do ambiente social em que ocorrem.

Este capítulo explora a interdependência entre o indivíduo e a sociedade, destacando como as experiências, as oportunidades e as restrições sociais moldam as narrativas de vida. Por meio de uma análise multifacetada, examinamos como os momentos decisivos da história, as estruturas institucionais e as dinâmicas interpessoais interagem para construir a teia da experiência humana. Por meio dessa lente, desvendamos os fios que conectam os eventos sociais aos caminhos individuais, revelando a complexa dança entre a ação humana e o contexto que a envolve.

Neste capítulo, conduziremos uma análise aprofundada das influências sociais que permeiam as vidas e decisões dos indivíduos, lançando luz sobre a dinâmica entre a singularidade de cada ser humano e o pano de fundo social que dá forma à sua jornada.

Para isto, iniciaremos abordando como se criou a noção de pessoa, a noção do eu e como as influências sociais colaboraram para essa construção.

No que tange ao objeto de estudo deste trabalho, ou seja, os indivíduos em reclusão, essa discussão adquire uma relevância crucial, pois desafia a percepção comum de que os atos criminosos são produto unicamente da vontade, ignorando as influências do ambiente em que essas pessoas estão imersas. A análise dessa temática não apenas desvenda as complexidades que moldam as escolhas dos indivíduos, mas também lança luz sobre como os fatores contextuais e sociais podem contribuir para as escolhas individuais. O capítulo inicia com a metodologia utilizada para o desenvolvimento da dissertação, estabelecendo o arcabouço teórico e as técnicas empregadas na coleta e análise dos dados.

2.1 - Metodologia

As redações analisadas nesta dissertação foram produzidas por indivíduos privados de liberdade, refletindo suas perspectivas e experiências pessoais. A busca por metodologias de análise adequadas para tratar esse material envolveu uma criteriosa investigação das abordagens mais eficazes para interpretar tanto as estruturas sociais subjacentes quanto as nuances das vivências individuais. Assim, apresenta-se a busca por metodologias de análise que melhor se adequassem ao objeto de estudo, integrando princípios epistemológicos das Ciências Sociais.

No que diz respeito à fundamentação lógica deste trabalho, optou-se por sintetizar diferentes abordagens epistemológicas, com ênfase nas perspectivas estruturalistas e fenomenológicas. Essa integração permite uma análise abrangente que articula a compreensão das estruturas sociais com a interpretação das experiências subjetivas dos apenados, oferecendo uma visão mais completa e aprofundada do fenômeno em questão.

O estruturalismo foca nas estruturas subjacentes às práticas sociais e culturais, isto é, aos padrões, sistemas e regras que formam a base de como a sociedade ou um determinado sistema funciona. Essas estruturas são subjacentes porque não são imediatamente visíveis na superfície das interações sociais cotidianas, mas influenciam profundamente o comportamento, as práticas e as relações sociais. Enquanto a fenomenologia se concentra na experiência subjetiva e na compreensão dos significados que os indivíduos atribuem ao mundo ao seu redor (Gil, 2008).

A escolha pela integração de diferentes métodos enriquece a pesquisa ao articular a análise das estruturas sociais com a compreensão das experiências individuais. Além disso, visa validar os achados de ambas as abordagens, comparando os dados estruturais do sistema prisional brasileiro com as experiências subjetivas dos apenados. O objetivo é identificar correspondências e divergências, explorando como as estruturas identificadas pelo método estruturalista influenciam as experiências subjetivas dos apenados reveladas pelo método fenomenológico, construindo assim uma narrativa que incorpore as descobertas estruturais e fenomenológicas.

Nesse sentido, o uso dessa triangulação metodológica compara as estruturas identificadas com as experiências relatadas pelos apenados, mostrando como as estruturas influenciam as percepções e vivências dos presos e desenvolve uma compreensão integrada que combina a análise estrutural com a perspectiva fenomenológica. Dessa forma, combinar métodos estruturalistas e fenomenológicos permite uma análise rica e multidimensional dos fenômenos sociais. Enquanto o estruturalismo revela as estruturas subjacentes que moldam os comportamentos e práticas, a fenomenologia oferece uma compreensão profunda das experiências subjetivas dos indivíduos. Ao integrar essas abordagens, a pesquisa pode fornecer compreensões abrangentes sobre como as estruturas sociais influenciam e são interpretadas pelas experiências individuais (Gil, 2008).

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizado um estudo de caso, que é uma estratégia de pesquisa caracterizada por um exame aprofundado e detalhado de um fenômeno específico, em um contexto real. Segundo Antonio Carlos Gil (2008), o estudo de caso permite uma investigação abrangente de um único caso ou de poucos casos, buscando compreender suas particularidades e as relações complexas entre as variáveis envolvidas. Suas principais características incluem a observação detalhada, a descrição minuciosa dos contextos e a utilização de múltiplas fontes de evidência, como documentos, entrevistas e observações diretas. O estudo de caso realizado nesta dissertação concentra-se em um presídio localizado em Minas Gerais, com o objetivo de explorar as experiências dos apenados e as condições estruturais da instituição. Por meio desse estudo de caso, buscou-se realizar uma análise local que espelha a realidade nacional, permitindo que se identifiquem correspondências e divergências entre os dados estruturais e as experiências subjetivas dos indivíduos.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa documental por meio de escritos primários retrospectivos. De acordo com Marconi e Lakatos (2003),

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (Marconi; Lakatos, 2003, p. 174).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa documental é uma metodologia de pesquisa que tem como objetivo utilizar documentos para coletar dados e informações relevantes sobre um tema específico. Esses documentos podem ser variados, como textos escritos, fotografias, vídeos preservados, arquivos digitais, entre outros. Para realizar uma pesquisa documental, é necessário definir o objetivo da pesquisa e selecionar as fontes documentais que são pertinentes ao tema em questão. A seleção de fontes pode ser realizada em arquivos públicos, instituições de pesquisa, bibliotecas, jornais, revistas, cartas, diários, entre outras fontes documentais.

Ainda segundo as autoras, após a seleção dos documentos, é feita uma análise sistemática das fontes selecionadas, identificando informações relevantes, verificando a sua identificação, avaliando a sua confiabilidade e interpretando os dados encontrados. A pesquisa documental é uma técnica importante de pesquisa que permite ao pesquisador acessar informações essenciais sobre o passado, as culturas, as organizações e as sociedades. Além disso, permite a recuperação de informações que podem ser utilizadas na elaboração de trabalhos acadêmicos, relatórios, pareceres, entre outras produções científicas.

O material utilizado como documentos são escritos de estudantes, todos do sexo masculino, de uma escola do sistema prisional de Minas Gerais durante aulas de Sociologia nas turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. Por meio de redações propostas nas aulas, os estudantes narraram sobre os seus sentimentos e as emoções vivenciadas nos primeiros dias que foram privados de sua liberdade, reflexões sobre o conceito de liberdade, trabalho e racismo, os apenados descreveram suas representações simbólicas e práticas sociais de forma relacional. As famílias, os amigos e amigas, os policiais penais, professores e professoras, colegas de cárcere, o sistema que encarcera, são mencionados de forma muito recorrente transbordando sentimentos misturados de amor, medo, arrependimento, violência, dentre outros.

É importante ressaltar que as

Narrações são ricas de colocações indexicadas, a) porque elas se referem a experiência pessoal, e b) porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações. A estrutura de uma narração é semelhante a estrutura da orientação para a ação: um

contexto é dado; os acontecimentos são sequenciais e terminam em um determinado ponto; a narração inclui um tipo de avaliação do resultado. Situação, colocação do objetivo, planejamento e avaliação dos resultados são constituintes das ações humanas que possuem um objetivo. A narração reconstrói ações e contexto da maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do ator (Bauer; Gaskell, 2003, p. 92).

Narrações indexicais ou narrativas indexicais referem-se a relatos que são fortemente contextualizados e dependem do contexto específico em que foram produzidos para serem completamente compreendidos. Esses relatos fazem uso de elementos de linguagem que apontam (ou indexam) diretamente para o contexto situacional, como pronomes (eu, você, ele), advérbios (aqui, agora) e outros indicadores deícticos que conectam a fala ou o texto ao seu contexto imediato. Elas fornecem informações ricas e detalhadas que ajudam a situar os eventos narrados em um contexto específico, permitindo uma compreensão mais profunda e nuançada, além de capturar a perspectiva subjetiva e emocional do narrador, o que é essencial para pesquisas qualitativas que visam entender experiências pessoais e significados atribuídos a eventos (Freitas; Lopes, 2019).

A partir dos relatos presentes nas redações, será trabalhado a segunda parte da estratégia metodológica, ou seja, uma análise do discurso presente nos relatos dos apenados. Segundo Bauer e Gaskell (2003, p. 250) “um dos objetivos da análise de discurso é identificar as funções, ou atividades, da fala e dos textos, e explorar como eles são realizados”. Ainda segundo os autores, os estudiosos utilizam o termo discurso para abranger todas as formas de comunicação verbal e escrita, seja presente em diálogos cotidianos, ou entrevistas em textos diversos.

Os analistas de discurso vêem todo discurso como prática social. A linguagem, então, não é vista como um mero epifenômeno, mas como uma prática em si mesma. As pessoas empregam o discurso para fazer coisas - para acusar, para pedir desculpas, para se apresentar de uma maneira aceitável, etc. Realçar isto é sublinhar o fato de que o discurso não ocorre em um vácuo social. Como atores sociais, nós estamos continuamente nos orientando pelo contexto interpretativo em que nos encontramos e construímos nosso discurso para nos ajustarmos a esse contexto (Bauer; Gaskell, 2003, p. 248).

De acordo com Bauer e Gaskell (2003), uma análise de discurso é uma leitura minuciosa e próxima que explora o conteúdo, organização e propósitos do discurso, enquanto transita entre o texto e o contexto. É uma interpretação fundamentada, embasada em argumentação detalhada e atenção cuidadosa ao material em estudo. Um ponto crucial no início da análise do discurso é a suspensão das crenças preestabelecidas, semelhante à

prática dos antropólogos de tornar o familiar estranho. Isso envolve uma mudança na perspectiva sobre a linguagem, focando na construção, organização e funções do discurso, ao invés de buscar algo oculto ou subjacente a ele.

Fazer análise de discurso implica questionar nossos próprios pressupostos e as maneiras como nós habitualmente damos sentido as coisas. [...] fazer uma análise de discurso muda fundamentalmente as maneiras como nós experienciamos a linguagem e as relações sociais (Bauer; Gaskell, 2003, p. 253).

A pesquisa bibliográfica permeia toda a análise do presente trabalho, visto que os conceitos e teorias são acionados por meio dela. De acordo com Souza, Oliveira e Alves (2021) a pesquisa bibliográfica é fundamental para qualquer tipo de pesquisa, considerando que ela é determinante para toda pesquisa científica. Dessa forma, o principal objetivo dessa modalidade de pesquisa é o desenvolvimento do conhecimento, trazendo consigo todas as suas atualizações, por meio da análise científica de outras obras.

A pesquisa bibliográfica é

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54 *apud* Souza; Oliveira; Alves, 2021, p. 64).

Visando a generalização do fato apresentado, o trabalho também se baseia em um método específico das Ciências Sociais, ou seja, no método monográfico.

Criado por Le Play, que o empregou ao estudar famílias operárias na Europa. Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos (Marconi; Lakatos, 2003, p. 108).

Por considerar a sociedade como um grande organismo, Le Play defendia que as leis gerais já deveriam estar expressas, por esse motivo ele estudava cada célula para entender o todo. O método monográfico de Le Play foi uma das primeiras abordagens empíricas na Sociologia e abriu caminho para o estudo aprofundado de casos específicos como uma forma de entender a complexidade da vida social (Marconi; Lakatos, 2003).

A generalização se faz possível neste trabalho, pois como já foi citado, há outras pesquisas que mostram a realidade precária do sistema prisional brasileiro, além de outros dados supracitados, sobretudo a taxa de ocupação penitenciária, que mostra que as prisões no Brasil, de forma geral, se encontram em condições precárias. Uma taxa de ocupação penitenciária alta pode indicar superlotação e problemas associados, como condições sub-humanas de detenção, falta de recursos adequados, aumento do risco de conflitos entre os detidos e dificuldades na implementação de programas de ressocialização. A taxa de ocupação penitenciária é um indicador importante para avaliar a eficiência e a eficácia do sistema prisional, bem como para identificar desafios e questões relacionadas à população carcerária.

Além das abordagens metodológicas mencionadas, a presente dissertação também incorpora a análise da Sociologia das Emoções, fundamentada nos escritos de Erving Goffman. Goffman (2022), em sua teoria da ação social, propõe que as interações humanas são fundamentalmente performances, nas quais os indivíduos buscam criar impressões que influenciem a percepção do público. Essa perspectiva teórica será utilizada para compreender as expressões emocionais dos apenados e como essas expressões são moldadas pelas interações sociais e pelas estruturas do sistema prisional. Ao analisar as emoções dos indivíduos privados de liberdade, busca-se revelar as dinâmicas emocionais subjacentes às suas experiências e a forma como estas são afetadas pelas condições carcerárias. Dessa forma, a Sociologia das Emoções oferece uma perspectiva crítica adicional para interpretar as narrativas dos apenados, enriquecendo a compreensão das suas vivências e das influências sociais que as permeiam.

2.2 - A noção de pessoa

Quem nunca ouviu a famosa frase: “direitos humanos para humanos direitos”? A quem cabe categorizar quem são os humanos direitos e os humanos errados? De acordo com o Dicionário Michaelis, humano é “relativo à natureza do homem”, nesse caso, não há como julgarmos o que é certo ou errado, haja vista, que ser humano é relativo à natureza do indivíduo, porém, em algum momento foi preciso definir o que seria ser um humano e, conseqüentemente, o que seria ser certo e errado, e isso foi relacionado à ideia de humanidade, que pode ser definida, segundo o Dicionário Michaelis como “totalidade das características peculiares à natureza humana. Conjunto dos seres humanos. Sentimento de compaixão entre os seres humanos”. Como sinônimo de humano

encontramos pessoa, indivíduo, gente, sujeito, entre outros, e dessa forma, em que momento da vivência humana na Terra se criou a ideia do que seria ser uma pessoa e do que seria ser o “eu”?

O debate da compreensão do ser humano, muito acionado por algumas teorias da Antropologia, procura entender os problemas do ser humano enquanto tal, buscando conhecer o humano enquanto o seu igual e ao mesmo tempo outro. Neste estudo para entender o humano, algumas dicotomias se formam, como cultura/natureza e pessoa/sociedade. Há uma busca por definições, isso é uma característica do ocidente ou de certas culturas particulares, como afirma Goldman (1996). Vários estudos foram feitos para definir pessoa e não há uma definição fechada do termo, muito menos um consenso, o que se sabe é que o sentido de pessoa muda de sociedade para sociedade. Segundo Goldman,

Nesse sentido, a primeira constatação é que, se a ‘noção de pessoa’ evidentemente varia de sociedade para sociedade, a noção desta noção não parece variar menos de antropólogo para antropólogo. Pessoa, personalidade, persona, máscara, papel, indivíduo, individualização, individualismo etc., são palavras empregadas ora como sinônimos ora como alternativas - ou ainda em oposição umas às outras (Goldman, 1996, p.85).

Frente a isto, a proposta aqui é mostrar como alguns autores enxergam a noção de pessoa, definir uma linha de pensamento e argumentar como se desenvolveu a noção de certo e errado e sobretudo, de humanos direitos e humanos errados.

Marcel Mauss (1974), também questionou a origem da ideia do que seria ser uma pessoa e do que seria ser o eu em sua obra Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’. De acordo com o antropólogo,

De que maneira, ao longo dos séculos, por meio de numerosas sociedades, se elaborou lentamente, não o senso do ‘eu’, mas a noção, o conceito que os homens das diversas épocas criaram a seu respeito? (Mauss, 1974, p. 371).

Assim sendo, o autor explora o conceito de pessoa e como esse conceito evoluiu nas sociedades humanas. Mauss argumenta que a noção de pessoa não é universal nem atemporal, mas sim um constructo social e histórico que varia entre diferentes culturas e períodos. Nesse sentido, o autor procura mostrar "a série das formas que esse conceito assumiu na vida dos homens, das sociedades, com base em seus direitos, suas religiões, seus costumes, suas estruturas sociais e suas mentalidades" (Mauss, 1974, p. 371).

É por meio de vários exemplos, em diferentes sociedades, que Mauss nos mostra que a noção de pessoa aparece enquanto categoria do espírito humano, ou seja, ela não é

inata ou mesmo pré-determinada, pelo contrário, a noção de pessoa é fluida, é delicada, preciosa e possível de elaboração. Segundo Mauss, todo ser humano tem o senso, “não apenas de seu corpo, mas também de sua individualidade espiritual e corporal ao mesmo tempo” (Mauss, 1974, p.371).

Segundo Mauss (1974), quando se tem a noção de que a construção do conceito de pessoa é um processo histórico e sistemático, passa-se a compreender, com maior precisão, os processos de construção e elaboração da sociedade. Dessa forma, é possível perceber que a noção de indivíduo e sociedade estão em conflito desde os primórdios da Antropologia. Um influencia o outro e um serve para explicar o outro.

Em sua obra, Mauss nos mostra como o conceito de pessoa e do eu adquire sentidos diferentes em sociedades diferentes, contudo, em todas as sociedades estudadas por ele, a noção de pessoa estava presente e representada de alguma forma. Assim, desde os índios Pueblos e sua noção de individualidade confundida com a figura do clã, que possui uma grande importância para entender a definição de pessoa, que é fundamentado no papel exercido por cada indivíduo na totalidade imaginada do grupo,

Vemos já entre os Pueblos, em suma, uma noção da pessoa, do indivíduo confundido com seu clã, mas já destacado dele no cerimonial, pela máscara, por seu título, sua posição, seu papel, sua propriedade, sua sobrevivência e seu reaparecimento na terra num de seus descendentes dotados das mesmas posições, prenomes, títulos, direitos e funções (Mauss, 1974, p.375).

Até a noção de personagem no noroeste americano e Austrália, que é algo fundamental, pois a partir do personagem que se pode pensar uma noção de pessoa além da máscara, como uma forma essencial de organização no mundo. Mauss observa que nas sociedades antigas, como a romana e a grega, a noção de pessoa estava intimamente ligada ao papel social e ao *status*. Por exemplo, a palavra *persona* referia-se originalmente à máscara usada pelos atores no teatro e, por extensão, ao papel social que alguém desempenhava que vai além de um nome ou um personagem, "ela é um fato fundamental do direito" (Mauss, 1974, p.385), a ideia de pessoa é algo que se faz presente na nossa própria noção de indivíduo.

Com a disseminação do cristianismo, a noção de pessoa começou a incorporar aspectos mais individualizados e espirituais. A ideia de que cada indivíduo possui uma alma única e uma relação direta com Deus contribuiu para a evolução do conceito de pessoa como um ser individual com direitos e responsabilidades. Nesse sentido, consecutivo ao direito moral, soma-se o sentido jurídico e cristão. "A noção de pessoa

haveria de sofrer ainda uma outra transformação para tornar-se o que ela se tornou há menos de um século e meio, a categoria do Eu" (Mauss, 1974, p.394), e é aqui que o autor inclui, apoiado no cristianismo e na herança kantiana, a categoria do eu e todo o desenho de uma existência da consciência individual,

De uma simples mascarada à máscara; de um personagem a uma pessoa, a um nome, a um indivíduo; deste a um ser com valor metafísico e moral; de uma consciência moral a um ser sagrado; deste a uma forma fundamental do pensamento e da ação; foi assim que o percurso se realizou (Mauss, 1974, p.397).

Mauss (1974), destaca que em muitas sociedades tradicionais, a identidade pessoal está fortemente ligada a laços sociais, clãs, totemismos e papéis rituais. Nessas culturas, o indivíduo é inseparável do seu contexto social e comunitário. Em contraste, nas sociedades modernas ocidentais, a pessoa é vista como um indivíduo autônomo e distinto, com uma identidade pessoal que transcende suas relações sociais. Ainda segundo o autor, a noção de eu (self) também varia entre culturas. Em algumas sociedades, o eu é visto como uma parte do todo social, enquanto em outras, especialmente nas sociedades ocidentais contemporâneas, é considerado como um núcleo interior, privado e independente.

A noção de pessoa é uma construção social que envolve não apenas a individualidade, mas também as expectativas, papéis e identidades atribuídas pelas sociedades. Mauss (1974), mostra que a compreensão de quem somos está profundamente influenciada pelas normas e valores culturais. Ele também vê a noção de pessoa como funcional, servindo para organizar a vida social e as interações humanas. A identidade pessoal, os direitos e as responsabilidades são moldados pela necessidade de coesão e ordem social. Assim, longe de ser uma categoria fixa, é um produto das práticas sociais, religiosas e culturais que moldam as identidades humanas.

Outro autor que trabalha a noção de pessoa é Louis Dumont (1993, 2008), ele utiliza o método comparativo, ou seja, ele comparou, contrapondo, duas características de suas sociedades, uma com a outra, mas não colocando uma em sobreposição a outra, o objetivo era mostrar as diferenças e pensar como elas atuam sobre a formação de sujeito e sociedade em culturas diferentes.

Para o autor, abordar a noção de indivíduo são dois aspectos ao mesmo tempo acionados: um objeto que está fora de nós e um valor. Para ele, se por um lado existe um sujeito empírico que fala, que pensa e que quer (isso é uma amostra individual da espécie humana que encontramos em todas as sociedades), de outro lado existe o ser moral,

independente e autônomo. Logo, para Dumont (1993, 2008), existiriam duas formas de sociedade: aquela em que o indivíduo é o valor supremo e nesse caso temos o que ele chama de individualismo, ou seja, onde se prioriza os indivíduos sobre a coletividade e, aquela em que o valor se encontra na sociedade, chamando então esse tipo de configuração de holismo, isto é, caracteriza as sociedades que priorizam o todo. Dessa forma, é possível que exista uma transição de sociedade holista para sociedade individualista? Já que essas duas ideias parecem tão inconciliáveis entre si?

É sabido que a sociedade indiana, embora ilegal, ainda mantém o sistema de castas⁶. A junção das cinco castas representa um tecido social, ou seja, cada casta representa uma parte do corpo *brahma* (cabeça, braços, pernas e pés) e cada parte desse corpo possui a sua função. Não se pode pensar em um corpo, que funcione em harmonia, sem a cabeça, sem os braços, sem as pernas ou sem os pés. Nesse sentido, os indivíduos possuem uma importância essencial para o funcionamento da sociedade.

A renúncia a esse modo de vida de castas, permitiria ao indivíduo uma independência individual própria. Esse renunciante passaria a se preocupar consigo mesmo e não se encaixaria mais nesse formato funcionalista, onde cada pessoa, cada grupo social têm uma função muito específica na sociedade, e o seu pensamento, por fim, se tornaria semelhante ao do indivíduo moderno.

Ainda segundo Dumont (1993, 2008), o renunciante indiano assemelharia aos sacerdotes budistas ou aos monges cristãos que se recolhem nos mosteiros, contudo, existe uma diferença essencial entre o renunciante indiano e os monges budistas, por exemplo, enquanto os monges budistas e os sacerdotes cristãos, mesmo que reclusos, ainda vivem no nosso mundo social, o renunciante indiano vive completamente fora deste mundo, isto significa que ele é um indivíduo fora do mundo, uma vez que ele está completamente fora da sociedade e ele não pertence mais a esse tecido social onde cada pessoa e cada grupo possui uma função muito específica no funcionamento do todo.

Dessa forma, na sociedade moderna ocidental, somos compreendidos enquanto indivíduos no mundo. Indivíduos ocidentais seriam exógenos por existirem antes da sociedade e seriam individualistas, uma vez que a sua existência, ou não, não implica, necessariamente, no perfeito funcionamento da sociedade. Já um indivíduo na Índia é

⁶ A sociedade indiana ainda mantém elementos do sistema de castas, embora a Constituição da Índia tenha oficialmente abolido a discriminação baseada em castas em 1950. O sistema de castas é uma estrutura social hierárquica que historicamente dividiu a sociedade indiana em grupos rigidamente definidos com base em hereditariedade, ocupação e estrita endogamia.

compreendido enquanto endógeno, pois ele surge da sociedade, e a sua existência é um pré-requisito para a ordenação e o bom funcionamento do todo. Portanto, a sociedade precisa do indivíduo para existir e o indivíduo precisa da sociedade para fazer parte do mundo.

A sociedade ocidental moderna valoriza a igualdade, onde todos os indivíduos são vistos como essencialmente iguais em valor e direitos. Em contraste, a sociedade de castas indiana valoriza a hierarquia, onde o *status* social e os deveres variam amplamente entre as castas. Dumont argumenta que essa diferença fundamental cria duas formas distintas de conceber a pessoa: uma baseada na igualdade e na autonomia individual, e outra na hierarquia e na interdependência social.

Marilyn Strathern (2017) realiza objeções em relação ao conceito de sociedade. Segundo a autora, quando pensamos o conceito de sociedade e o conceito de indivíduo, criamos entidades que entrariam em contato de forma autônoma e corremos o risco de pensar no conceito de relação ao invés do conceito de relacionalidade. Ao invés de sociedade, deveria se pensar em sociabilidade, uma vez que esse conceito nos permite pensar de maneira mais precisa que as pessoas, como um todo, estão num tornar-se contínuo por meio das relações sociais, isto é, nós somos quem somos e nos tornamos sujeitos a partir das relações que estabelecemos ao longo da vida, dessa forma, nós estamos em um constante processo de elaboração de nós mesmo ao longo de toda a nossa vida.

Roy Wagner (2013) critica a dicotomia conceitual entre sociedade e indivíduo. Para o autor, essa dicotomia não serve para explicar nem sociedade e nem indivíduo. Há uma impossibilidade de distinguir parte e todo. Para o autor, a dicotomia entre sociedade e indivíduo apareceria na ideologia ocidental como sendo uma ideia hegemônica, ou seja, uma verdade que não está sujeita a questionamentos. Nesse quesito, tanto Wagner como Strathern concordam, é na relação com outras pessoas e com o meio em que se vive que as pessoas se tornam quem são, da mesma maneira o social e a pessoa são colocadas em relação.

Wagner (2013), baseado no conceito de pessoa de Strathern, constrói a sua ideia de pessoa fractal. Para o autor, ao pensarmos nos conceitos de pessoa e sociedade a totalidade não é nem indivíduo-pessoa nem grupo-sociedade, mas sim a pessoa fractal, ou seja, as pessoas costumam apenas reproduzir o que observam no meio, sem pensar no motivo daquelas ações e, assim como fractais, cada indivíduo não passa de uma cópia do

todo social. Só depois que o indivíduo resolve questionar todas as ações sociais (pensar sobre) ele consegue uma certa individualidade (independência do meio).

Pessoa fractal, portanto, nunca é unidade em relação a um agregado, mas sempre uma entidade cujas relações estão integralmente aplicadas, ou seja, é uma entidade cujas relações estão com os outros, que são externas e que são partes integrantes de si, portanto internas.

Frente ao que foi exposto, entende-se que a noção de pessoa está diretamente relacionada à noção de sociedade. Somos seres sociais e estamos em constante processo de desenvolvimento, pois são as relações que construímos desde o nascimento que formam quem somos. Dessa forma, muitas coisas que na sociedade são apontadas como coisas da natureza, na verdade são coisas da sociedade. Diversas manifestações humanas que são vistas como naturais, na verdade são socialmente adquiridas, isto é, socialmente construídas. Há uma propensão no senso comum de naturalizar a ação humana, ou seja, considerá-la como resultado de uma natureza qualquer. Por conseguinte, há a predisposição, do próprio indivíduo, de ignorar o quanto as suas manifestações resultam de um trabalho precisamente social de que ele próprio é vítima; de um pertencimento social que lhe permite certo posicionamento do mundo social; de certa forma de uma explicação certamente sociológica de uma manifestação que não é natural, mas sim um fato social socialmente explicável. A naturalização dos comportamentos extrai da sociedade o peso da responsabilidade dos resultados obtidos por seus atos (Bourdieu, 2014).

Nessa perspectiva, é preciso entender em qual momento a sociedade começou a moldar o comportamento dos indivíduos e como isso foi naturalizado pela grande massa, chegando a um ponto que as mesmas pessoas que condenam retirada de direitos básicos dos sujeitos, apoiam quando esses mesmos direitos são retirados de sujeitos que são considerados desviantes pela sociedade.

Émile Durkheim (2007), um dos grandes teóricos das Ciências Sociais, analisou como os fatos sociais agem como forças externas, moldando a maneira de agir, pensar e sentir dos indivíduos. Ele é um organicista, isto é, ele estrutura a sociedade como um corpo biológico, onde cada órgão representa uma instituição social e as células os indivíduos. Dessa forma, assim como o corpo humano, para que a sociedade tenha um bom funcionamento, é preciso que todas as instituições (os órgãos) estejam em perfeito funcionamento e os indivíduos (células) saudáveis, pois cada elemento da sociedade,

assim como do corpo, cumpre uma função específica, ou seja, é preciso que haja uma coesão.

Durkheim prioriza o coletivo em detrimento do individual e, para que exista uma sociedade e a coesão social que garanta a sua continuidade, os indivíduos precisam se adaptar ao processo de socialização. À vista disto, é preciso que haja uma consciência coletiva, que é a soma de crenças e sentimentos comuns à média dos membros da comunidade, formando um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une as gerações (Durkheim, 1999). Envolve quase que completamente a mentalidade e a moralidade do indivíduo. Essa consciência é tão forte que constrange os indivíduos que agem de maneira errada e coage os indivíduos a agirem de maneira certa, ou seja, da forma que a consciência coletiva considera correta.

O indivíduo também possui sua consciência particular, que é de caráter individual e está ligada às crenças e sentimentos de cada um, aquilo que torna o indivíduo único, contudo, é difícil identificar se uma consciência é realmente individual ou fruto de uma consciência coletiva que, devido a sua coercitividade, já fixou na consciência do indivíduo.

Ainda segundo Durkheim (1999), o que mantém uma sociedade coesa é a solidariedade social. O autor nos mostra dois tipos de solidariedade: mecânica e orgânica. Antes das sociedades industriais, da consolidação do capitalismo, existia um modelo de solidariedade social denominada de solidariedade mecânica, onde as sociedades eram mais simples, são as sociedades tribais, na qual não existe uma grande divisão social do trabalho, as funções individuais, nessas sociedades, são menores e menos inter-relacionadas.

Com o desenvolvimento do capitalismo, surge um outro modelo de solidariedade, isto é, a solidariedade orgânica, que faz referência a um organismo vivo, onde cada parte tem uma função. São consideradas sociedades mais complexas, em que os graus de contato entre os indivíduos são mais fortes e de dependência e há uma alta divisão social do trabalho (Durkheim, 1999).

Dessa forma, o que difere uma sociedade simples de uma sociedade complexa é o nível da divisão social do trabalho, ou seja, quanto mais dividida são as funções dentro de uma sociedade mais complexa é a sociedade. Quanto mais dividido, mais interdependentes os grupos são, e é isso que mantém a sociedade industrial coesa. É por esse motivo que não ocorre um caos nas sociedades complexas, pois cada indivíduo precisa do outro e isso fortalece a consciência coletiva.

A consciência coletiva tem relação com a sociedade vigente. Em cada época há um predomínio de costumes e formas de agir das pessoas. Muitos desses comportamentos vão sendo passados de geração em geração e estão enraizados na consciência coletiva, é o caso do machismo, racismo, homofobia, entre outros. Algumas mudanças sociais podem abalar a consciência coletiva e isso causa resistência.

A sociedade que estabelece o que é normal e o que não é, ademais, os considerados anormais tentam se encaixar de alguma maneira, e no caso de pessoas que cometem crimes e/ou se encontram privadas de sua liberdade, há uma grande dificuldade em voltarem a serem aceitos (as) no convívio social e o próprio Estado se encarrega de dificultar isso, haja vista, que essas pessoas ficam marcadas como criminosos perante a sociedade.

Há uma tendência social de segregar o que é diferente. Na idade média se matava as pessoas que eram consideradas desviantes. Quem julgava esse comportamento era a igreja, isto é, a classe dominante da época. Com o advento do capitalismo, não se pensava mais em desperdiçar mão de obra, com isso se prendia os desviantes (que eram julgados pela burguesia) e por meio de punições tentavam socializar os seus corpos para que voltassem a viver em sociedade, pois era necessário para a ascensão do capitalismo.

Há uma busca social compulsiva por beleza, limpeza e ordem. Tudo o que foge a isso causa repulsa e precisa ser varrido da sociedade, é por isso que se encarcera e quanto mais esquecido e sem direitos essas pessoas ficarem, mais a sociedade se satisfaz.

De acordo com Bauman (1998) nos primeiros anos da idade moderna eram tirados, eliminados aqueles indivíduos que não se encaixavam, que poluíam, que estavam fora do lugar, como os loucos para Foucault, e os que não se ajustavam para Klaus Dörner, e como na Solução Final Alemã, na qual observou a escritora americana Cynthia Ozick, que simplesmente aniquilava o que era considerado não harmonioso.

"A pureza é uma visão das coisas colocadas em lugares diferentes do que elas ocupariam caso não fossem levadas a se mudar para outro" (Bauman, 1998, p.14); é uma visão da ordem, onde cada coisa se acha no seu lugar certo e não em outro local. O oposto da pureza é o sujo, aquilo que está fora do lugar. "As coisas que são sujas num contexto podem tornar-se puras exatamente por serem colocadas em outro lugar" (Bauman, 1998, p. 12). Já há coisas que não possuem seu lugar certo, elas sempre ficarão de fora, pois caso ocorra um rompimento da consciência coletiva um caso de anomia social se instaura.

O ocidente, até os dias atuais, carrega muitos traços da sociedade romana, nesse sentido, no Direito, conceito técnico de pessoa deriva do romano, isto é, pessoa é toda e

qualquer entidade que pode portar direito e deveres. Esse conceito é uma das noções que vão dar origem ao que entendemos hoje como sujeito individual, isto é, alguém cuja identidade não se confunde com a coletividade. É importante ressaltar que a ideia de ser único é um conceito cristão, pois a concepção de pessoa estava associada à noção de alma, um atributo divino que distingue os seres humanos dos demais seres vivos.

A pessoa, tendo direitos e deveres, pode preservar a sua identidade no tempo, pois a lei assegura essa preservação. A primeira sociedade a assegurar isto em forma de lei foi Roma. Para um romano preservar a sua identidade no tempo significa que ele pode preservar seus bens e suas posses. Contudo, a noção de identidade só é possível caso tenha algo que assegure essa identidade, se o contexto ao seu redor não modifique a toda hora, pois caso a pessoa viva em um contexto em que tudo muda o tempo todo, a percepção que ela tem dela mesma é de que ela não é estável, dessa forma não se vê como um indivíduo. Nesse sentido se cria a concepção de pessoa como sendo uma instituição e permite que a identidade, a permanência de nós, enquanto indivíduos, se dê no tempo.

Além da natureza humana que cada um tem, cada pessoa possui também uma segunda natureza, um papel a desempenhar na coletividade. Na medida em que desempenhamos papéis únicos, que são estáveis, nós somos pessoas. Essa segunda natureza nos individualiza, a natureza humana todo mundo possui, por isso ela não nos individualiza, mas a segunda natureza humana sim. Essa segunda natureza humana é o nosso papel social, ele não nos confunde com a sociedade, ele nos individualiza. Caso se perca essa segunda natureza humana, se perde a essência, se perde a noção de pessoa.

Quando se atribui direitos humanos a humanos direitos, devido à consciência coletiva e à noção de moral (imposta pelas classes dominantes e aceita pela massa popular devido a naturalização) que se construiu e vem se construindo nas sociedades, excluindo os desviantes, os súditos, aqueles que não se encaixam, o que se pretende é tirar a noção de pessoa desses indivíduos, tirar a sua identidade, deixando-os cada vez mais à margem da sociedade, até que sejam esquecidos (DaMatta, 1997).

É extremamente importante compreendermos que somos seres sociais e são as relações sociais, tudo aquilo a que temos contato que nos fazem ser quem somos. Diferentemente do que se afirma no senso comum, o indivíduo que é considerado desviante pela sociedade, não se coloca nessa posição porque quer, inúmeros fatores políticos, econômicos e sociais corroboram para essa situação e é necessário um olhar diferenciado para isso.

2.3 - Uma análise da pessoa privada de liberdade a partir da noção de pessoa no contexto brasileiro

A partir das discussões precedentes, direcionamos nosso olhar para o contexto brasileiro. Neste ponto, analisaremos a formação da noção de pessoa e indivíduo em nosso país, bem como a evolução dessa concepção até os dias atuais, com especial atenção às pessoas privadas de liberdade.

A obra *Raízes do Brasil* (1995), de Sérgio Buarque de Holanda, é bastante relevante para compreender as origens do Brasil e o processo histórico de sua formação. É importante ressaltar que essa obra foi escrita no ano de 1936, com isso precisamos entender que o autor escreve conforme o ideal de nacionalismo da época, e esse dado é de extrema importância para não correremos o risco de cair no anacronismo. Por mais que tenha havido revisões dos escritos por parte de autor e o consequente lançamento de novas edições, é essencial compreendermos que a sociedade passou por algumas mudanças, sendo que essas mudanças serão consideradas no presente texto a partir de diálogos com outros autores brasileiros contemporâneos.

Em seu livro, Holanda (1995) examina o impacto da colonização portuguesa na formação do caráter nacional brasileiro. Ele argumenta que a colonização foi conduzida de maneira pragmática e utilitarista, com foco na exploração econômica. Isso resultou em uma sociedade onde as relações pessoais e os interesses privados frequentemente prevalecem sobre o bem público e as instituições impessoais.

Por muito tempo, o Brasil era compreendido a partir de uma perspectiva externa, com base em suposições europeias. Somente a partir do século XX é que o Brasil começou a ser analisado com base nas experiências reais dos próprios brasileiros. Assim, desenvolveram-se ideias sobre o país fundamentadas nas vivências e na história do próprio Brasil, com o objetivo de compreender sua identidade⁷.

Ainda estamos muito enraizados no passado, o objetivo de Holanda (1995) era compreender o motivo de sermos presos ao passado, por mais que economicamente, houvesse acontecido a modernização, porém, socialmente, ainda estamos atrelados ao passado. A obra *Raízes do Brasil* (1995) oferece uma análise profunda das características

⁷ Informação fornecida pelo Dr. Moacir de Freitas Junior, professor da disciplina Desenvolvimento do Pensamento Brasileiro, durante as aulas ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, em 13 de setembro de 2022.

formativas da sociedade brasileira, explorando como o legado da colonização portuguesa moldou a cultura, as instituições e as relações sociais no Brasil.

De acordo com o autor, Portugal e Espanha são países que fazem a fronteira da Europa com a América não possuindo uma hierarquia feudal, como era de costume em outros povos europeus⁸. Dessa forma, a burguesia mercantil se desenvolveu com mais rapidez, se lançando ao mar. O homem português era livre e dependia de si próprio, sendo esse o motivo da sociedade portuguesa ter mazelas organizacionais.

Uma questão importante que foi destacada por Sérgio Buarque de Holanda (1995), foi o desprezo que os portugueses tinham em relação ao trabalho manual. Diferente de outros Estados do continente, o português herdava uma moral clássica (greco-romana) do trabalho, o compreendendo como algo ruim.

Para entendermos as relações de trabalho, Sérgio Buarque de Holanda (1995) define que existem duas formas de vida coletiva, isto é, o aventureiro e o trabalhador. O aventureiro é aquele que não se preocupa com a atividade de sustento, mas sim com o lucro que ela pode dar, é flexível a diversas situações. Já o trabalhador é aquele que enxerga primeiro a dificuldade para colher o fruto de seus esforços. Nesse sentido, o autor compara os colonizadores portugueses aos espanhóis, destacando que os primeiros estavam mais interessados em explorar rapidamente os recursos naturais do que em se estabelecer uma sociedade organizada e estruturada. Os portugueses eram os aventureiros, visavam o lucro de forma prática, mesmo que para isso tivessem que

⁸ Durante a Idade Média, o feudalismo prevalecia na maior parte da Europa como um sistema social e econômico dominado por uma hierarquia rígida, onde o poder e a terra eram controlados pela nobreza feudal. Na Península Ibérica, composta por Portugal e Espanha, a Reconquista, um período prolongado de guerra para reconquistar territórios ocupados por muçulmanos (do século VIII até 1492), resultou em uma estrutura de poder fragmentada e móvel, dificultando a formação de um sistema feudal rigoroso como o da França ou Inglaterra.

Em Portugal, a consolidação do território sob uma monarquia centralizada durante a Reconquista proporcionou maior coesão territorial e política, reduzindo a necessidade de uma hierarquia feudal complexa. Tanto em Portugal quanto na Espanha, a monarquia desempenhou um papel central na unificação e administração dos territórios, diminuindo a fragmentação feudal e centralizando o poder.

As regiões de fronteira resultantes da Reconquista possuíam condições de vida e de poder mais fluidas e menos estratificadas, conduzindo a uma sociedade mais militarizada e menos feudalizada. A igreja católica e as ordens militares (como os Templários, Hospitalários e a Ordem de Santiago) desempenharam um papel significativo na administração das terras, muitas vezes substituindo a nobreza feudal tradicional.

A economia ibérica, distinta do norte da Europa, não se baseava exclusivamente na agricultura feudal, mas incluía atividades complementares como o comércio marítimo em Portugal e a exploração de minas de prata na Espanha, contribuindo para uma estrutura social menos dependente da agricultura feudal.

Assim, a divergência no desenvolvimento do feudalismo em Portugal e Espanha, comparada a outras regiões europeias, decorreu de fatores históricos, políticos e econômicos que promoveram a centralização do poder real, o papel crucial das ordens militares e uma sociedade em constante mobilidade devido à Reconquista. Isso resultou em uma estrutura social e política influenciada pelo feudalismo, mas que não seguiu rigidamente os padrões observados em outras partes da Europa (Mattoso, 1993).

usufruir de atividades que não lhes interessavam, utilizando mão de obra de indígenas e africanos. Essa atitude moldou a economia e a sociedade brasileira, promovendo uma cultura de improvisação e falta de planejamento a longo prazo.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, eles não fincaram raízes. Eles chegavam para colher e depois voltar a Portugal. O desleixo na colonização, esse modelo predatório de querer sugar tudo da natureza e de outros homens, segundo o autor, fez o povo brasileiro ser como são hoje.

Conforme o autor, havia muitos conflitos, pois as cosmovisões tradicional e moderna não podiam coexistir. O Brasil não dispunha de infraestrutura econômica, política e social adequada para desenvolver sua indústria e comércio. Os senhores de engenho eram símbolos de força na sociedade colonial. O engenho era um organismo completo, uma microssociedade. Como nos mostra Gilberto Freyre (2006), em sua obra *Casa-grande & senzala*, toda sociabilidade acontecia nos engenhos. Ali se construiu parte das relações sociais no Brasil⁹.

Holanda (1995) explora a formação do Brasil rural, destacando a importância da agricultura e das grandes propriedades rurais na estrutura social. A organização econômica e social nas áreas rurais era marcada pelo patriarcalismo, onde o poder estava centralizado nas mãos dos proprietários de terra (os "coronéis"), refletindo uma hierarquia rígida e uma dependência dos trabalhadores rurais.

Os homens que chegaram à cidade eram aqueles que tinham certa importância no campo. Houve uma mudança das honras rurais para as honras da cidade. Os colonos brancos continuaram a acreditar que apenas o trabalho intelectual, não o trabalho físico, poderia realmente elevar o homem. Isso ilustra como foi difícil ultrapassar as fronteiras políticas criadas pelo domínio colonial português durante o período da independência, quando o sentimento de nobreza e a oposição ao trabalho braçal saíram da casa grande e invadiam as cidades.

De acordo com Sérgio Buarque (1995), o Estado não foi uma continuidade da família. A transição para o trabalho industrial no Brasil, onde persistiam muitos valores rurais e coloniais, foi bastante difícil. Segundo o autor, as relações familiares (de famílias patriarcais, rurais e coloniais) eram ruins para produzir homens responsáveis, isto é, a

⁹ O engenho seria o fator de união e de estabilização social, equilibrando a vontade do colonizador de impor seu modo de vida e a do colonizado de adaptá-lo à realidade da colônia, ou seja, ao modo de vida local. O engenho seria um ponto de apoio para a organização social, estabilizando as relações e prevalecendo como a forma social, econômica e política da sociedade brasileira, superando a igreja e o próprio Estado neste papel.

base da brasilidade está na família, inicialmente patriarcal, quando o progenitor educa os filhos de forma a inibir qualquer manifestação individual da infância, por exemplo, a escolha da roupa, a hora de dormir, entre outros. Os filhos não têm liberdade de escolha. Os pais que definem o que é melhor para eles.

Holanda (1995) introduz o conceito de homem cordial, uma figura emblemática da cultura brasileira. Ele argumenta que, ao contrário do que o termo possa sugerir, a cordialidade brasileira não se refere apenas à amabilidade, mas sim a uma predisposição para relações pessoais informais e íntimas. Esse comportamento afeta a vida pública, onde as relações pessoais frequentemente sobrepõem-se às regras e leis impessoais.

O homem cordial foi então a contribuição do Brasil para a civilização. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a cordialidade do brasileiro não quer dizer apenas sinceridade e simpatia. As paixões- egoístas e desgovernadas- estão na origem do conceito: trata-se de um homem de “fundo emotivo, extremamente rico e transbordante” (Holanda, 1995, p. 147), ou seja, um homem dominado pelo coração.

O homem cordial tem dois lados, se mostra em aparência aberta e afetiva aos outros, cuida de seus filhos, se apega às relações afetuosas, baseadas no amor, mas também é violento quando precisa ser, defendendo a sua família de sangue ou de coração. Essa cordialidade é aparência. É como se fosse uma carcaça. O homem cordial é aparentemente cordial, mas por outro lado, ele é violento.

Essa cordialidade foi criada pela incapacidade do brasileiro de se desvencilhar dos laços familiares quando se torna um cidadão. Ele precisa viver coletivamente e por isso, se apega aos outros e os trata como família, ainda que de forma superficial. Este homem é a pessoa generosa e bem-educada, que precisa de um conhecimento prévio para ter confiança em alguém. A intimidade que tal homem tem com os demais chega a ser desrespeitosa, o que faz com que ele chame qualquer pessoa pelo primeiro nome, use o prefixo " inho¹⁰ " para as mais diversas situações e até sujeite santos a punições¹¹.

A cordialidade vem do processo civilizatório, contudo, não tem nada a ver com civilização. O Estado pressupõe o rompimento com a família, ela deixa de ser a

¹⁰ Expressão linguística no diminutivo, exclusividade do português falado no Brasil, que quando utilizado muitas vezes, demonstra proximidade pessoal.

¹¹ No contexto das tradições populares e do folclore em várias partes do mundo, especialmente na América Latina, há práticas curiosas onde devotos expressam sua frustração ou decepção com santos que não atendem suas preces ou pedidos. Essas práticas, que podem parecer irreverentes ou até contraditórias, refletem uma relação íntima e pessoal com o sagrado. Alguns exemplos de "punições" aplicadas a santos são: virar o santo de cabeça para baixo; colocar o santo no "castigo"; amarrar a imagem do santo; deixar o santo de molho em água e retirar o santo do altar.

protagonista das relações sociais. O Estado não é a evolução da família, pois possuem características diferentes. Família é algo particular, doméstico, o Estado é geral, público. Contudo, essa separação não acontece no Brasil. Atualmente, podemos ver o quanto isso é presente, quando famílias de renome ainda possuem a detenção do poder, dependendo do local onde moram; as célebres frases: “você sabe com quem está falando?” “Você sabe quem é meu pai?”.

Nenhuma distinção é feita entre o público e o privado: todos são amigos em todas as circunstâncias. O Brasil é uma sociedade onde o Estado é propriedade da família e os homens públicos são formados na esfera doméstica, onde os laços sentimentais e familiares são transferidos para o contexto do Estado, é o homem que usa o coração como mediador em suas relações, enquanto também tem um grande medo de ficar sozinho. O termo cordialidade é oriundo de *cor*, originário de coração. O coração do homem tem bondade, mas também tem coisas ruins. Tem desejos, vontades e muitas vezes o medo de perder.

A cordialidade tem a ver com essa maneira dos brasileiros de lidar sempre com a esfera íntima e pessoal e abafar a esfera pública. Holanda (1995) não tratou a cordialidade como um elogio, mas sim como um problema para a modernidade, e ela precisa ser superada. A ideia que o autor traz do cordial é porque não se separa o privado do público. A questão de chamar, por exemplo, o político pelo primeiro nome, apelido, essa forma de não nos distanciarmos, não fazer um contrato, um acordo, de tudo passar para a esfera da amizade. Isso mostra que o brasileiro não se reconhece na sua própria realidade.

Raízes do Brasil é uma obra importante para entender a formação e as características da sociedade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda oferece uma análise crítica e perspicaz das raízes históricas e culturais do Brasil, destacando a importância do legado colonial e a influência duradoura do personalismo e do patriarcalismo. A obra nos convida a refletir sobre como esses elementos moldam a identidade nacional e os desafios que o Brasil enfrenta ao tentar reconciliar sua herança com as exigências da modernidade.

Caio Prado Júnior, em sua obra Formação do Brasil Contemporâneo (1961), também estudou o passado colonial brasileiro para buscar o sentido da colonização, as razões pelas quais o Brasil passou a existir como país, apesar de nascer para ser mercado, uma vez que a colonização do Brasil foi estruturada principalmente em torno da economia de exportação. Desde o início, a produção de açúcar, seguida pelo ouro e depois pelo café, destinava-se principalmente ao mercado externo. O autor nos mostra o quanto pesa em nossa formação a configuração de nossa colonização.

É a partir da colonização que entendemos o Brasil de hoje. O século XIX foi um século chave para nosso país, pois é um marco da etapa decisiva do período colonial, é quando rompemos com Portugal. Contudo, segundo Prado Júnior (1961), esse rompimento não foi definitivo com o Brasil colônia, isto é, o Brasil ainda possui uma relação muito grande de dependência. Em termos de povo, economia e consciência coletiva, é como se ainda fossemos uma colônia, pois ainda vivemos em uma sociedade onde predomina a relação de dominação, exclusão e profundas desigualdades, fruto do período de colonização.

Roberto DaMatta, em sua obra *Carnavais, Malandros e Heróis* (1997), expande e aprofunda as ideias de Mauss (1974), Dumont (1993, 2008), Holanda (1995) e Prado Júnior (1961), autores que foram discutidos no presente trabalho, oferecendo uma análise antropológica das contradições que caracterizam a sociedade brasileira, explorando a dualidade entre o indivíduo e a pessoa no contexto brasileiro, onde a identidade pessoal é profundamente influenciada pelas relações sociais e pelos papéis comunitários, assim como a coexistência de hierarquia e igualitarismo. Ele observa que a sociedade brasileira tem uma forte tradição hierárquica, onde as relações sociais são muitas vezes mediadas por uma lógica de patronagem e clientelismo, e onde a posição social e o poder são distribuídos de maneira desigual, mas culturalmente legitimada.

DaMatta (1997) identifica uma tensão entre os espaços da "casa" e da "rua" na cultura brasileira. Segundo o autor, a casa representa o espaço privado, onde as relações são hierárquicas e personalistas. Na casa, prevalece o patriarcalismo, e as interações são governadas pela autoridade do chefe de família e pelas lealdades pessoais. Já a rua representa o espaço público, onde prevalecem as ideias de igualdade e impessoalidade. Na rua, as interações são mais democráticas, mas também mais sujeitas às incertezas e à falta de controle. Dessa forma, DaMatta argumenta que essa dualidade reflete a complexidade da identidade brasileira, onde os indivíduos constantemente negociam entre esses dois mundos, adaptando-se às expectativas e normas de cada contexto.

O autor argumenta que a sociedade brasileira é marcada por uma tensão entre a formalidade das instituições e a informalidade das relações sociais. No Brasil, os indivíduos são principalmente definidos pelos papéis específicos que desempenham, em vez de uma identidade geral regida por leis universais, resultado de um sistema que se baseia no respeito, na honra, nos favores e na consideração, contrastando com os mecanismos universalizantes da economia e da legislação. DaMatta (1997) destaca como a ideia de pessoa no Brasil é moldada pela hierarquia, pelas relações pessoais e pela

importância da rede de contatos (o famoso jeitinho brasileiro). Isso cria uma complexa dinâmica onde a identidade individual é frequentemente negociada e redefinida em função das interações sociais e das posições dentro da hierarquia social.

DaMatta (FecomercioSP, 2014) analisa profundamente a sociedade brasileira, revelando as complexas camadas culturais que a compõem. Segundo o autor, possuímos características que estão enraizadas em nós mesmo e que vem de uma cultura aristocrática, isto é, um conjunto de valores, normas e comportamentos que destacam e perpetuam as distinções sociais baseadas na hierarquia, no *status* e na honra. Esta cultura está enraizada na história colonial brasileira, onde as estruturas sociais eram marcadamente hierárquicas, com uma elite dominante exercendo controle sobre a grande maioria da população, composta de escravos, trabalhadores livres pobres e indígenas.

Segundo o autor (FecomercioSP, 2014), na cultura aristocrática, a sociedade é rigidamente estratificada. As diferenças entre as classes sociais são bem definidas e mantidas por meio de diversos mecanismos, como a educação, a posse de terra e as redes de influência. Ele ainda destaca que essa hierarquia não é apenas econômica, mas também simbólica, refletida em práticas cotidianas, formas de tratamento e cerimônias sociais. A honra e o respeito são valores centrais na cultura aristocrática. Eles são utilizados para justificar e perpetuar as diferenças sociais. A honra está associada ao comportamento público e à conformidade com os padrões sociais estabelecidos pela elite, enquanto o respeito é algo que os subordinados devem aos superiores.

DaMatta (FecomercioSP, 2014) argumenta que a cultura aristocrática tem um impacto profundo e duradouro na sociedade brasileira. Mesmo com a modernização e as mudanças econômicas e sociais, muitos dos valores e práticas aristocráticas persistem. Elas podem ser observadas na política, nas instituições sociais e nas relações pessoais, seja quando observamos as vestimentas de alguém em um shopping ou aeroporto, como o caso que ocorreu no ano de 2014¹² onde a professora Rosa Marina Meyer, docente do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), fez um comentário em sua rede social criticando as vestimentas de um outro passageiro no aeroporto do Rio de Janeiro. Seja a forma que pegamos um talher ou observamos como as pessoas se comportam em um restaurante ou na praça de alimentação de um *shopping center*

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/advogado-ironizado-por-professora-no-rio-pensou-que-fosse-gozacao.html>. Acesso em 30 de abril de 2024.

Dentro de uma sociedade que carrega traços dessa cultura aristocrática é difícil estabelecer a democracia igualitária, onde todos e todas têm direitos e deveres iguais, ou seja, são iguais perante a lei e para com toda a sociedade. A dificuldade se encontra, pois, no passado, em uma sociedade aristocrática as pessoas não eram iguais perante a lei, elas se diferenciavam de acordo com a hierarquia social, por exemplo, um padre era julgado pelas leis da igreja, um nobre era julgado pelas leis da nobreza e o mesmo acontecia com um plebeu, esse era julgado pelas leis da plebe. Se tinha vários sistemas legais que conviviam ao mesmo tempo, e que de certo modo ainda sobrevive no Brasil (FecomercioSP, 2014).

Há uma arrogância que denuncia uma sociedade culturalmente aristocrática. No Brasil enxergamos isso no “sabe com quem está falando?” ou no famoso ditado “aos inimigos a lei, aos amigos tudo”. Aos inimigos se dá a igualdade que é algo que incomoda, pois se começa a tratar a pessoa como qualquer outra, se tira dela o privilégio, a posição de honra. Segundo DaMatta (FecomercioSP, 2014), não é o carnaval, as festas populares brasileiras que revelam a alma do brasileiro, mas sim essa cultura aristocrática

A agenda republicana traz a ideia de que agora o povo é só um, os espaços são ocupados por todos e todas, porém numa sociedade hierárquica e aristocrática, o outro não existe para nós. A hierarquia pode até ser invisível, mas seus efeitos são visíveis e o “sabe com quem está falando?” é um desses efeitos. A sociedade é construída pelo Estado e seus costumes, somos cordiais e autoritários ao mesmo tempo. Um dos princípios fundamentais que organiza a sociedade brasileira é cada um conhecer o seu lugar (Sabino, 2013a, 2013b).

Bresolin (2017) nos mostra que utilizando o conceito de drama social de Victor Turner, DaMatta ilustra como ocorre o rito do “você sabe com quem está falando?”. Inicialmente, o indivíduo se apresenta como uma pessoa anônima, sujeita às regras universais. O “você sabe com quem está falando?” surge no drama social como um ritual de reforço, onde os participantes se conscientizam das diferenças presentes nas rotinas sociais, evidenciando uma relação de desigualdade e revelando a identidade social. O “você sabe com quem está falando?” é, na verdade, um rito autoritário que “expressa uma tentativa de transformação drástica, da universalidade legal para o mundo das relações concretas, pessoais e biográficas” (DaMatta, 1997, p. 219).

Quando se discute sobre hierarquia significa que existe uma ordem de precedência, alguns vêm primeiro e outros vêm depois. Quem vem primeiro tem mais valor do que quem vem depois. Cada indivíduo é tratado conforme a outra pessoa o

percebe, e isso ocorre até mesmo na aplicação das leis. Segundo o professor Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (2022), as leis brasileiras são arbitrárias, sobretudo na sua aplicação e reproduzem desigualdades. Um exemplo que podemos trazer é que até março de 2023 quem tinha qualquer formação superior era beneficiado com a prisão especial¹³, como isso se justifica numa sociedade igualitária?

A interpretação doutrinária da igualdade no Brasil é a ideia que vem de Rui Barbosa de tratar desigualmente os desiguais na medida que se desigalam. Essa ideia ele traz de Aristóteles, que vivia numa sociedade escravocrata tanto quanto era o Brasil no momento da fala de Rui Barbosa. Tratar desigualmente os desiguais significa dar a cada um o valor que ele possui, isto é, quem vale mais, ganha mais, quem vale menos, ganha menos (Abreu, 2022).

Para se ter hierarquia precisa ter uma regra pública que vai hierarquizar as pessoas uma em relação à outra. Na Índia, como nos mostra Dumont (2008), essa hierarquia se baseia na pureza, já no Brasil ela é velada na noção de poder. Segundo DaMatta (1997), no Brasil, o poder é frequentemente legitimado por meio de relações pessoais e informais, onde as figuras de autoridade (como patrões, políticos, e líderes religiosos) mantêm seu poder por meio de um sistema de favores e lealdades pessoais, refletindo uma hierarquia culturalmente aceita.

A hierarquia no Brasil é também uma construção cultural, onde a identidade e o *status* social são frequentemente definidos por categorias como raça, classe e gênero. A sociedade brasileira, com seu histórico de colonialismo e escravidão, desenvolveu uma complexa hierarquia social que ainda influencia as relações de poder e *status*.

Conforme tudo o que foi citado até o momento, é perceptível que vivemos em uma sociedade culturalmente aristocrática, hierarquizada onde o valor do indivíduo vai depender da posição que ele/ela ocupa socialmente e com grandes sequelas do período colonial escravocrata. Frente a isto, agora vamos entender como a construção da noção de pessoa e indivíduo se desenha no contexto social brasileiro.

¹³ Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, por unanimidade, abolir o benefício da prisão especial para pessoas com curso superior que estejam presas provisoriamente. A garantia de cela especial para quem possui diploma universitário estava prevista no Código de Processo Penal (CPP). Com essa decisão, a Corte julgou esse benefício incompatível com a Constituição. A análise ocorreu de 24 a 31 de março de 2023. Apesar da decisão, o direito a prisão em cela especial continua valendo para alguns casos. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-quem-tem-direito-a-prisao-em-cela-especial-mesmo-depois-do-stf-acabar-com-beneficio-para-presos-com-curso-superior/>. Acesso em 01 de maio de 2024.

DaMatta (1997) explora as noções de indivíduo e pessoa como conceitos centrais para entender as dinâmicas sociais e culturais no Brasil. Ele faz uma distinção clara entre esses dois termos, que reflete diferentes modos de percepção e organização social. Segundo o autor, a Sociologia tem frequentemente utilizado a noção de indivíduo (e individualismo) no estudo de realidades não ocidentais, uma abordagem que tem sido questionada nos últimos anos, especialmente pelo trabalho de Dumont. Em contrapartida, a noção de pessoa foi claramente delineada por Marcel Mauss (1974) em um artigo clássico que traça a evolução do conceito, começando com a ideia de personagem nas sociedades tribais, que gradualmente se individualiza até alcançar a concepção de pessoa como um ser psicológico e altamente individualizado. Para Mauss, a pessoa representa uma convergência entre o indivíduo psicológico e uma unidade social, mas, para ele, a noção de pessoa eventualmente leva à ideia de indivíduo. Foi apenas na civilização ocidental que a ideia de indivíduo foi adotada ideologicamente, construindo-se a concepção de indivíduo como o centro do universo social, contendo em si a sociedade. A noção de pessoa, por sua vez, é uma expressão coletiva da individualidade, uma máscara que se coloca sobre o indivíduo ou entidade individualizada.

Para DaMatta (1997), o indivíduo é visto como uma categoria universal e abstrata que enfatiza a igualdade entre todos os seres humanos. Esta noção está associada à ideia de direitos universais, isto é, a identidade de um indivíduo é uma abstração que se aplica a todos igualmente, independentemente de suas particularidades sociais; autonomia, ou seja, foco na independência e na liberdade pessoal, onde cada pessoa é vista como uma unidade autônoma e, igualdade perante a lei. Já a noção de pessoa é uma categoria particular e concreta que considera o papel social e a posição do indivíduo dentro da sociedade. No contexto brasileiro, a identidade de pessoa está intrinsecamente ligada às relações sociais e ao papel que o indivíduo desempenha na sociedade, reconhecendo a importância do *status* social e das posições hierárquicas.

Resumindo, diria que a noção de indivíduo e de pessoa recobre as seguintes características:

Indivíduo

Livre, tem direito a um espaço próprio. Igual a todos os outros. Tem escolhas, que são vistas como seus direitos fundamentais. Tem emoções particulares. A consciência é individual. A amizade é básica no relacionamento = escolhas. O romance e a novela íntima, individualista (obra do autor), são essenciais. Faz as regras do mundo onde vive. Não há mediação entre ele e o todo.

Pessoa

Preso à totalidade social à qual se vincula de modo necessário. Complementar aos outros. Não tem escolhas. A consciência é social

(isto é, a totalidade tem precedência). A amizade é residual e juridicamente definida. A mitologia, as formulações paradigmáticas do mundo são básicas como formas de expressão. Recebe as regras do mundo onde vive. A segmentação é a norma (DaMatta, 1997, p.225-226).

DaMatta (1997) argumenta que, no Brasil, a identidade de pessoa frequentemente se sobrepõe à de indivíduo. Isso reflete uma sociedade que valoriza mais a posição social e as relações pessoais do que a igualdade formal e a autonomia individual. A ênfase na pessoa e nas relações sociais revelam as dinâmicas de poder e a posição presente na sociedade brasileira. A frase "Sabe com quem está falando?" é emblemática dessa dinâmica, onde o *status* e a autoridade são frequentemente afirmados nas interações cotidianas. "Em outras palavras, o 'sabe com quem está falando?' permite estabelecer a pessoa onde antes só havia um indivíduo" (DaMatta, 1997, p. 220). Essa distinção tem implicações significativas para a justiça, a democracia e a vida social no Brasil. A justiça, por exemplo, pode ser aplicada de maneira desigual, dependendo do *status* social da pessoa envolvida.

Dessa forma, a distinção entre indivíduo e pessoa é fundamental para entender as particularidades das interações sociais e das estruturas de poder no Brasil. Enquanto o conceito de indivíduo está ligado à igualdade formal e à autonomia, o conceito de pessoa reflete a importância das relações sociais, do *status* e da hierarquia. Essa distinção ajuda a explicar como as identidades são construídas e reconhecidas no contexto brasileiro, revelando as complexidades das dinâmicas sociais e culturais do país.

No Brasil, há inúmeras expressões que revelam o desprezo pelo indivíduo, muitas vezes associado a pessoas sem princípios, alguém desligado da sociedade e mais próximo da natureza, como os animais. Aqui, o individualismo é visto como sinônimo de egoísmo, um sentimento ou atitude condenada por todos e todas (DaMatta, 1997).

Segundo DaMatta (1997), em um sistema baseado em pessoas, todos e todas se conhecem, são vistos como gente, respeitam-se e não ultrapassam seus limites. Cada um conhece seu lugar e fica satisfeito (a) nele. É nesse sistema de pessoas, que sustenta um universo social segmentado em famílias, grupos profissionais, bairros e a ideologia ariana e racista que hierarquiza nossas relações, que as leis são criadas, estabelecendo a confusão entre a regra e seu autor, que, por implementá-la, pode, naturalmente, deixar de segui-la.

As pessoas não foram feitas para leis que igualam e reduzem os indivíduos a meros recipientes, sem história, relações pessoais ou biografias. Assim, aqueles que recebem a lei se tornam como indigentes e párias sociais, pois depender de um órgão impessoal

(público ou privado) revela a falta de pertencimento a qualquer segmento, ou seja, mostra que não têm família ou um padrinho para interceder por eles (DaMatta, 1997).

Nascemos indivíduos e nos tornamos pessoas quando recebemos nosso nome no ritual do batismo, que nos conecta ao mundo e à sociedade maior. Segundo DaMatta (1997), a massa de pessoas sem mediadores, que entra no mundo sem padrinhos, constitui o universo dos indivíduos e está estritamente sujeita às leis generalizantes, tanto governamentais quanto econômicas. Esta é a experiência mais profunda de exploração em sociedades semitradicionais, isto é, uma sociedade que apresenta características tanto de sociedades tradicionais quanto de sociedades modernas, como a brasileira: ser tratado como um número ou dado de uma massa, em um mundo altamente pessoalizado, onde todos são vistos com respeito e consideração. É nas filas, submetidos às regras universalizantes do sistema, que se descobre a exploração. É para essas pessoas que se direciona o "sabe com quem está falando?".

Da mesma forma que o indivíduo se transforma em pessoa, a pessoa também se transforma em indivíduo quando é estigmatizada ao ponto de perder sua posição social, seja por doença incurável ou desgraça pessoal como dívidas e traições, entrando no mundo da rua e ficando "fora do mundo"¹⁴. Essa transformação de pessoas em indivíduos, por períodos mais longos do que os autorizados pela rotina cotidiana, deve constituir a base dos processos sociais de renúncia do mundo e criação de modos alternativos de existência social. Nada é mais drástico do que a passagem do mundo das pessoas para o universo dos indivíduos, é como se fossem dois mundos distintos, mas que se alimentam e se complementam de maneira complexa. Essa transformação drástica explica todos os casos usando um mesmo princípio estrutural: a transição dramática de um universo de relações e moralidade pessoal para um mundo dominado por leis gerais e universalizantes, sempre aplicadas àqueles sem mediadores. Somente os indivíduos frequentam as delegacias e tribunais (DaMatta, 1997).

O cárcere é composto por uma massa de indivíduos, que um dia até foram pessoas, mas hoje, se encontram fora do mundo, em um território qualquer, um não lugar, um local onde ficam os transgressores, um local, considerado pela sociedade, como um lugar do

¹⁴ Aqui trago a narrativa de um episódio que presenciei no ano de 2008 e exemplifica bem a transição de pessoa para indivíduo. Fazia estágio na Polícia Técnica Criminalística e acompanhei a aplicação de um exame grafotécnico em uma pessoa que se encontrava presa havia 5 meses. Em conversa com o detento, ele relatou o motivo que o levou ao cárcere, pois ele era uma pessoa rica e com um bom *status* social. De acordo com o preso, nem era tanto a questão de estar preso que o incomodava, mas sim a de ter perdido o seu grau na maçonaria e ter sido expulso da instituição. Nas palavras do detento, agora ele era só mais um alguém na sociedade.

pecado, do crime e o lugar do tabu. Entramos em uma arena onde encontramos abuso do poder, a deficiência das instituições destinadas a combater e corrigir os atos criminosos e, no caso do Brasil, é uma discussão muito mais centrada em quem cometeu as ações do que naquilo que conduz as ações ou nas ações propriamente ditas. A sociedade está menos interessada em discutir os delitos e mais focada em especular como aquele indivíduo cometeu tal ação, perpetuando um ciclo de estigmatização e negligenciando a complexidade das condições sociais e estruturais que levam ao crime. Assim, o sistema penal se torna mais uma ferramenta de exclusão e estigma do que um mecanismo de justiça e reabilitação, reforçando a visão de que aqueles encarcerados são meros indivíduos desprovidos de identidade e humanidade, ao invés de seres sociais passíveis de reintegração (Fundação FHC, 2012).

2.4 - Sujeito como ser social: ninguém nasce bandido

A partir da compreensão da noção de pessoa, que está totalmente associado às relações sociais, por meio de uma análise antropológica da natureza social do indivíduo, o objetivo aqui proposto é desfazer a crença comum de que as pessoas que cometem crimes já possuem traços que as predis põem a esses eventos, seja por causa de seus pais, mães, tios, ou mesmo avós que eram ou são criminosos.

Esta ideia está diretamente relacionada às teorias do evolucionismo social e dos determinismos biológico e geográfico, que foram amplamente difundidas e legitimadas pelas faculdades de Medicina e Direito durante o final do século XIX e início do século XX no Brasil, como nos mostra Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930* (1993).

De acordo com Schwarcz (1993), o evolucionismo social é uma teoria que aplica conceitos darwinianos à sociedade humana, sugerindo que as sociedades evoluem em estágios de barbárie para civilização. Os médicos e cientistas da Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro usaram essa teoria para justificar a superioridade racial dos brancos.

Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à 'perfectibilidade' biológica (Schwarcz, 1993, p. 191).

A antropometria e a craniometria eram usados para provar que negros e indígenas estavam em estágios inferiores de evolução, predispondo-os ao comportamento criminoso. No que tange ao determinismo biológico, a teoria sugere que características biológicas inatas, como a herança genética, determinam o comportamento e a posição social dos indivíduos. Essa ideia foi utilizada para justificar que traços hereditários determinavam a propensão ao crime, apoiando políticas de exclusão e controle social baseadas na raça. A crença de que a criminalidade era herdada era reforçada por estudos pseudocientíficos que buscavam traços criminais em características físicas (Schwarcz, 1993).

Já em relação ao determinismo geográfico, a teoria argumenta que o ambiente geográfico de uma pessoa, incluindo clima e topografia, determina seu comportamento e desenvolvimento social. Sua aplicação foi utilizada tanto na Faculdade de Direito como na Faculdade de Medicina para explicar as diferenças de desenvolvimento entre regiões do Brasil e justificar a superioridade das regiões habitadas por europeus. Cientistas brasileiros frequentemente argumentavam que o clima tropical do Brasil tinha um impacto degenerativo sobre os brancos, ao mesmo tempo que supostamente justificava a inferioridade natural dos negros e indígenas que habitavam essas regiões. Essa perspectiva era usada para apoiar a necessidade de imigração europeia, para melhorar a composição racial do país. A Faculdade de Direito ajudava a institucionalizar essas ideias, criando um arcabouço legal que discriminava baseando-se na origem geográfica e racial (Schwarcz, 1993).

A análise antropológica aqui proposta, entende a noção de pessoa como algo intrinsecamente ligado às relações sociais e desafia essas teorias deterministas. Em vez de ver o comportamento criminoso como resultado de traços hereditários ou determinismos ambientais, a análise antropológica foca nas relações sociais e nas estruturas sociais que moldam o comportamento. Isso implica que o comportamento criminoso é influenciado por fatores sociais, econômicos e culturais, e não por características inatas ou determinismos geográficos. Ao desfazer a crença de que a criminalidade é hereditária, o objetivo é mostrar que qualquer pessoa, independentemente de sua origem familiar, pode ser influenciada por suas circunstâncias sociais. Isso confronta diretamente a visão que era promovida pelas faculdades de Medicina e Direito, que utilizavam a ciência e o Direito para perpetuar a ideia de que certos grupos raciais e sociais eram intrinsecamente inferiores.

Assim sendo, Bourdieu (2014) investiga diversas situações e comportamentos que no senso comum, costumam ser atribuídos a uma natureza qualquer, sendo que na verdade são os resultados de um processo complexo de socialização da vida em sociedade. Bourdieu (2014) denuncia a intervenção da sociedade sobre as pessoas e mostra em que medida as relações sociais explicam os comportamentos humanos mais naturais.

É preciso interromper essa ilusão naturalista, caso isso não aconteça, há uma grande chance de se continuar no senso comum. É necessário romper com o natural, com o que parece óbvio. Esse trabalho de desnaturalização é a condição para evidenciar os processos de dominação simbólicos (Bourdieu, 2014).

Convém ao (a) dominante que as coisas permaneçam como são. Dessa forma, é possível identificar que este é um trabalho delicado de identificação das relações sociais e seus processos de dominação e suas consequências, habitualmente apresentadas como naturais e decorrentes de um inatismo biológico.

Toda vez que características inatas são atribuídas a algum ser humano, há um mascaramento dos processos sociais que socializam essa pessoa e que a faz ser do jeito que ela/e é, e não de uma forma diferente. Portanto, existe uma iniciativa interessada em esconder os processos de dominação em nome de um inatismo (Bourdieu, 2014).

Há um desejo de atribuir ao ser humano, isto é, a humanidade genericamente, características inatas, sejam elas de natureza intelectual, afetiva ou espiritual. Fazendo com que o homem ou a mulher sejam definidos antes mesmo deles nascerem. Quando se diz que: “se é homem é porque é assim”, se apresenta uma definição de qualquer homem, com características que estão presentes nele desde o seu nascimento, dessa forma, pode-se dizer que toda definição é genérica e cheia de particularidades, e isso significa que está retirando da convivência social, da vida social, a responsabilidade por aquelas características. Portanto, toda ideia de natureza humana é uma irresponsabilidade ideológica, que serve para mascarar as coisas como elas são (Bourdieu, 2014).

A forma que o indivíduo age obedece a padrões sociais, não sendo algo totalmente gerado da própria consciência, pois há diversas instituições sociais, como por exemplo, Estado, escola e igreja. Frente a isto, o *habitus* serve para fazer essa ligação entre o individual e o coletivo. Segundo Bourdieu entende-se por *habitus*:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Ortiz, 1983, p. 65).

Para Bourdieu, existem três formas para se entender o mundo: forma fenomenológica; forma objetivista e forma praxiológica. Na forma fenomenológica entende-se os fenômenos do mundo como eles são, não há uma consciência de causa e efeito geral. Nessa perspectiva o que importa é o fenômeno imediato. É a verdade da experiência primeira do mundo social. Na forma objetivista já começa a se compreender as relações de causa e efeito, os acontecimentos já não são vistos de forma tão natural. Por fim, na forma praxiológica ocorre a ligação entre as estruturas de pensamento da forma objetivista, ou seja, já há um entendimento de certas conexões entre o socioeconômico e a vida particular do indivíduo (Ortiz, 1983).

Ainda segundo Bourdieu, enxergar a mudança é a interiorização dessa estrutura social que é externa ao indivíduo. Partindo disto,

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. (Setton, 2002, p. 63).

Posto isto, o *habitus* é um sistema de disposições socialmente construídas, ou seja, ele não é o que o indivíduo particular pensa; as formas de agir do indivíduo são socialmente constituídas. Por mais que a pessoa tenha escolhas a fazer, é a sociedade que concede as condições para que essas escolhas ocorram (Setton, 2002).

O *habitus* deve ser pensado como um sistema das disposições constituídas que enquanto estruturas estruturadas são as estruturas sociais que cercam o indivíduo, por exemplo, Estado, polícia, igreja etc. Contudo, as estruturas externas, também são estruturantes dentro da mente do indivíduo, isto é, as estruturas externas estruturam o indivíduo, e o próprio indivíduo também estrutura essas estruturas nele próprio. Em outras palavras, quando o indivíduo aceita as ideias, as ideologias que circulam na sociedade e começa a repensar essas ideias e absorver isso do seu jeito, ele está estruturando a estrutura (Bourdieu, 2007).

Para uma melhor compreensão, estrutura estruturada refere-se às disposições internas dos agentes sociais, que são resultado de processos históricos e sociais. Essas disposições são incorporadas pelos indivíduos por meio de suas experiências e socializações ao longo do tempo. Elas incluem hábitos, habilidades, crenças, gostos e predisposições que os indivíduos adquirem em suas interações com o mundo social. As

estruturas estruturadas são as configurações duradouras de pensamento e comportamento que são moldadas pelas condições sociais e históricas. São os produtos do contexto social no qual os indivíduos vivem e se desenvolvem (Ortiz, 1983).

A estrutura estruturante, por outro lado, refere-se às capacidades dos agentes sociais de agir e influenciar o mundo ao seu redor com base nas disposições internalizadas (as estruturas estruturadas). Essas estruturas estruturantes são os princípios geradores das práticas sociais e das representações que os agentes utilizam para navegar e transformar o campo social. As estruturas estruturantes são, portanto, os mecanismos pelos quais os agentes sociais reproduzem ou modificam as estruturas sociais existentes. Elas são dinâmicas e ativas, permitindo que os indivíduos criem práticas e adaptem-se a novas situações, influenciando, assim, a estrutura social (Ortiz, 1983).

Esses sistemas, essas disposições constituídas que são estruturas estruturantes, esses *habitus* consiste no princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e ideologias características de determinado grupo de agentes, ou seja, do campo, que é esse conjunto de práticas e ideologias características de um grupo de agentes (Ortiz, 1983).

O conceito de campo é algo que está presente em todos os livros de Bourdieu. Entende-se por campo um espaço de posições sociais, que ao se relacionar, as relações sociais estão a favor das posições sociais ocupadas por aqueles que se relacionam. Todo campo é um espaço estruturado de posições sociais. Aqui se entende por espaço algo abstrato, e não um espaço físico. Entretanto, na sociedade as posições sociais não são definíveis por si só, elas só são definíveis em relação às outras. Portanto, a definição é relacional, ou seja, uma coisa é o que a outra coisa não é, e o outro é o que esse não é. E assim, a vida social é estruturada em torno de polaridades que só tem significado no desmentido do seu contrário (Ortiz, 1983).

O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de 'capital social'. A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois polos apostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro polo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no polo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão (Ortiz, 1983, p. 21).

De acordo com Setton (2002), campo seria um espaço de disputa e jogo de poder, onde ocorrem as relações entre grupos com diferentes posicionamentos sociais. Ao citar

Bourdieu, a autora afirma que a sociedade é composta por diversos campos, múltiplos espaços providos de relativa autonomia, mas dirigidos por regras próprias. O simbólico é tudo no campo social e suas regras existem antes de qualquer um entrar em qualquer campo, sejam elas formais ou não.

Nem sempre o *habitus* e o campo social a qual ele pertence vão caminhar juntos, muitas vezes há uma forte oposição. O *habitus* é a subjetividade (o indivíduo) socializada; ele é a forma de entender a sociedade. Porém, o que Bourdieu sempre afirma é que a forma que o indivíduo enxerga a sociedade não é algo natural dele, há uma influência da sociedade (Ortiz, 1983).

Campo, assim como o próprio *habitus*, é uma abstração, conceito científico que deriva de uma série de estudos de Bourdieu, que constatou que pessoas dentro de organizações específicas, tendem a agir de uma forma particular. O *habitus* cobre parte da internalização dessa estrutura, do externo. A internalização dessas demandas que é o exterior, ou seja, o meio a qual o indivíduo vive como, por exemplo, igreja, escola, empresa, elas demandam que este indivíduo se porte de certa maneira, e isso é o *habitus* (Bourdieu, 2007).

Quando o indivíduo entra em algum campo, ele ou ela ocupará uma posição de dominado, ou até mesmo de pretendente à dominado, pois ser dominante é para poucas pessoas. O que define uma pessoa no campo é um simbolismo forte e este é chamado de capital, que nem sempre significa dinheiro, mas sim o que você representa naquele campo, isto é, um conjunto de recursos que cada jogador possui para disputar os troféus específicos do campo, pois todo campo possui troféus, e o seu valor só tem sentido na dinâmica daquele jogo. Quanto mais capital simbólico o indivíduo possuir, mais poder ele ou ela terá. Dentro de cada campo a distribuição de capital é profundamente desigual (Ortiz, 1983).

Bourdieu (1990) chama de *illusio* a obviedade do valor do troféu dentro do campo. Da mesma forma que ocorre a concentração do capital, há também uma concentração do capital simbólico, e junto com o capital se concentra o poder, e assim o dominante controla todo o campo e até mesmo a distribuição dos troféus. Ninguém quer permanecer na posição de dominado por toda a vida, e nenhum dominante quer que o dominado consiga poder, por isso se faz de tudo para não mudar as regras do jogo, ou seja, o dominante sempre será um conservador, que usará a naturalização tanto do troféu quanto do seu próprio poder para manter o domínio do campo.

Cada vez que há uma busca por troféu, há uma legitimação da condição de dominação. O indivíduo está tão fadado a ser dominado, que ele legitima e naturaliza essa condição. Todas as vezes que a pessoa se comporta como se é esperado, há uma legitimação da condição de dominado. E isso não acontece de forma consciente, mas sim devido ao *habitus*. É tudo um processo simbólico. A cada momento as pessoas desejam mais troféus, serem reconhecidas entre os campos, e com isso vai legitimando e perpetuando a dominação assim como as estratégias dessa (Bourdieu, 2007).

Compreender a obra de Bourdieu nos revela que a estrutura social, por meio de mecanismos simbólicos e práticos, exerce uma profunda influência sobre os indivíduos. Os conceitos de *habitus*, campo e capital elucidam como as disposições e práticas individuais são moldadas e reforçadas pelas estruturas sociais, perpetuando relações de dominação. Portanto, a análise da dominação simbólica nos permite reconhecer que os comportamentos e ideias dos indivíduos são produtos de um processo complexo de socialização. Esta perspectiva nos leva a entender que a sociedade não apenas molda, mas também carrega a responsabilidade pelo comportamento das pessoas, destacando a importância de uma crítica contínua às estruturas e práticas que perpetuam desigualdades e limitações à liberdade individual.

Por meio de um estudo do sociólogo e filósofo George Herbert Mead, sobre o “eu” e o “mim”, concluiu-se que o eu não é uma parte inata da biologia. O estudo mostrou que é a partir de brincadeiras imitando ações de adultos que as crianças se desenvolvem como seres sociais (Giddens; Sutton, 2016).

A brincadeira é uma atividade fundamental no desenvolvimento infantil, pois através dela as crianças muitas vezes imitam o que observam no comportamento dos adultos ao seu redor. Como afirmam Giddens e Sutton (2016, p. 253), "durante a brincadeira, as crianças muitas vezes imitam o que os adultos fazem. Por exemplo, fazem torta de lama, depois de terem observado um adulto cozinhando, ou cavam com uma colher, depois de terem observado alguém trabalhando no jardim". Essa imitação não é apenas uma simples reprodução das ações adultas, mas um processo mais profundo de aprendizado social.

Para George Herbert Mead, esse comportamento de imitação é essencial para o desenvolvimento da autoconsciência e da capacidade de interação social. Ele descreve esse processo como "assumir o papel do outro" (Giddens; Sutton, 2016, p. 253) – uma habilidade que as crianças desenvolvem ao aprender a se colocar no lugar do outro, compreendendo diferentes perspectivas e expectativas sociais. Assim, a brincadeira se

torna um meio pelo qual as crianças internalizam e praticam os papéis sociais, adquirindo uma compreensão mais ampla do mundo ao seu redor e das dinâmicas sociais que o compõem.

Essa teoria parte da ideia do eu em duas partes. A primeira, o eu, é a criança não socializada, onde se tem desejos e vontades espontâneas. A segunda parte, o mim, acontece durante as interações sociais, por volta dos 8, 9 anos de idade. É nessa idade que as crianças começam a participar dos jogos organizados, com regras e normas, onde a criança precisa compreender essas regras e qual o seu lugar nesses jogos (Giddens; Sutton, 2016).

As crianças começam a se ver como se estivessem de fora e, em vez de adotar apenas um papel, assumem o papel de um 'outro generalizado'. Fica, portanto, possível para os indivíduos desenvolver uma autoconsciência por meio do 'diálogo interno' entre o individual, o 'eu' ['I'] organísmico e o 'mim' ['me'] gerado socialmente. É esse diálogo interno que informalmente denominamos como 'pensar', um jeito de 'conversar consigo mesmo', por assim dizer. O desenvolvimento do senso de eu [*self*] é o alicerce sobre o qual identidades pessoais e sociais bastante complexas são construídas (Giddens; Sutton, 2016, p. 254).

Apesar das críticas que esse estudo recebeu, devido a simplicidade como o processo de autoformação foi tratado, ele teve uma relevância muito grande, pois foi a primeira teoria de fato sociológica sobre a autoformação, que mostrou que para compreender de forma adequada a nós mesmos, é preciso começar com o processo social de interação humana. Sendo necessário entender a sociedade para apreender sobre o eu individual (Giddens; Sutton, 2016).

Nessa perspectiva, buscando um maior aprofundamento sobre o indivíduo como um ser social, abordaremos o conceito de malha desenvolvido pelo antropólogo Tim Ingold (2015). O autor desenvolveu o conceito de malha como uma abordagem alternativa para entender as relações entre os seres vivos e o mundo que os cerca. De acordo com Ingold, a malha é uma metáfora para descrever a interconexão e interdependência de todos os elementos e entidades em um sistema complexo.

Tim Ingold (2015) acredita que a lógica da inversão operada no pensamento ocidental depositou uma membrana entre os seres e o ambiente, afastando-os e impedindo o trânsito de informações entre eles, como se os primeiros fossem anteriores às relações e o segundo estivesse preordenado.

[...] a inversão transforma as vias ao longo das quais a vida é vivida em limites dentro dos quais está encerrada. A vida, de acordo com esta lógica, é reduzida a uma propriedade interna de coisas que *ocupam* o mundo, mas, estritamente falando, não o *habitam*. Um mundo que seja

ocupado, mas não habitado, que está cheio de coisas existentes, em vez de tecido a partir dos fios do seu devir, é um mundo de espaço (Ingold, 2015, p. 215).

Contrário a essa visão, o autor acredita que os seres e o ambiente se constituem mutuamente em um contínuo nascimento, cujas formas geradas são trilhas de movimento ou crescimento. Neste raciocínio, cada trilha equivale a uma relação, mas não se trata de uma relação entre um organismo aqui e o ambiente lá, mas de “uma trilha ao longo do qual a vida é vivida” (Ingold, 2015, p. 118).

Nessa representação não existe interior ou exterior, e nenhum limite separando os dois domínios. Pelo contrário, trata-se de uma trilha de movimento ou crescimento. Cada uma dessas trilhas revela uma relação. Mas a relação não é entre uma coisa e outra - entre um organismo 'aqui' e o ambiente 'lá'. É, antes, uma trilha ao longo do qual a vida é vivida. Nem começando aqui e terminando lá, nem vice-versa, a trilha serpenteia por meio ou pelo meio como a raiz de uma planta ou de um córrego por entre as suas margens. Cada uma dessas trilhas é simplesmente um fio em um tecido de trilhas que juntas compreendem a textura do mundo da vida. É dessa textura que quero dizer quando falo de organismos sendo constituídos dentro de um campo relacional. Trata-se não de um campo de pontos interconectados, mas de linhas entrelaçadas, não de uma rede, mas de uma malha (Ingold, 2015, p. 118).

Dessa forma, a lógica da inversão é um conceito para desafiar as noções convencionais de dualidade e oposição na forma como compreendemos e nos relacionamos com o mundo. Ingold (2015) argumenta que muitas vezes somos levados a pensar em termos de pares de opostos, como sujeito e objeto, mente e corpo, cultura e natureza, humano e não humano, entre outros.

No entanto, o autor propõe uma abordagem alternativa baseada na lógica da inversão, que busca romper com essa dicotomia. Em vez de enxergar o mundo como uma dualidade de elementos separados e opostos, ele nos convida a considerar a interconexão e a interdependência de todos os aspectos da vida.

Na lógica da inversão, Ingold (2015) argumenta que não podemos entender completamente o humano sem levar em conta o não humano, nem podemos entender a cultura sem considerar a natureza. Ele enfatiza que não existem fronteiras rígidas entre essas categorias, mas sim uma interação contínua e entrelaçada.

Essa abordagem desafia a visão hierárquica e dualista que coloca o humano acima do não humano, a cultura acima da natureza, entre outras distinções. Em vez disso, a lógica da inversão nos convida a perceber a interação e a coevolução constante entre diferentes entidades e elementos em um sistema mais amplo (Ingold, 2015).

Essa perspectiva da lógica da inversão busca promover uma compreensão mais abrangente e interconectada do mundo, onde as fronteiras entre os seres humanos, animais, plantas, objetos e ambientes naturais são vistas como fluidas e permeáveis. Isso nos leva a questionar as oposições rígidas e reconhecidas como múltiplas formas de relacionamento e convivência que permeiam a vida (Ingold, 2015).

Para o autor, as coisas interagem com o ambiente e no ambiente. A partir do momento que conhecemos o mundo, nós construímos o mundo e começamos a nos relacionar com ele de forma mais íntima. A ideia do indivíduo fechado em si mesmo não reflete a natureza que o cerca, são as relações que nos constitui como ser (Ingold, 2015).

Segundo Ingold (2015), o mundo malhado é tecido por diversas linhas que se encontram constantemente, isto é, a malha são várias linhas que se sobrepõe, se cruzam e que de certa distância parecem ser uma coisa só, ou seja, o mundo seria um conjunto de linhas em relação constante. A todo o momento estamos nos relacionando com diversas coisas, por exemplo, no momento que você está lendo esse trabalho, você está se relacionando com o ambiente em que está inserido (a), o local que está sentado (a) ou em pé, com o objeto que está utilizando para ler, com a claridade do ambiente, com o chão que você pisa, entre outras coisas. O fragmento dessas linhas que você está se relacionando agora, atravessará outras linhas de situações que estão ocorrendo ao seu redor.

Para Ingold (2015), perceber o ambiente é se juntar a ele, sendo que cada pessoa percebe a realidade de um jeito. Nesse sentido, a todo momento, o que nós percebemos, é porque estamos no ambiente e nele é que podemos elaborar as nossas percepções de mundo. Contudo, é importante salientar, que na teoria de Ingold há uma simetria entre as partes humanas e não humanas que compõem esses feixes de linhas, isto é, esses sistemas de interação. Voltando ao exemplo supracitado, o ambiente que você se encontra possui uma simetria, de alguma forma, esse ambiente possui parte daquilo que você planejou, porém, a partir do que ele o (a) permite organizá-lo. Assim sendo, você está fazendo parte de um sistema, interagindo com o sistema, possibilitando algumas relações que você pode e outras que não pode nessa interação. Você pode controlar onde se senta para ler, o objeto utilizado para ler, porém não pode controlar o chão em que pisa, o teto ou o céu que te cobre, barulhos externos, pois são linhas que já se encontram nesse ambiente com as quais você tem que lidar.

Ao encarar o mundo dessa forma, Ingold (2015) concebe que as relações com o mundo devem ter habilidades. A todo o momento respostas habilidosas devem ser dadas

ao ambiente, respostas dadas por um corpo como um organismo completo. Nesse sentido, a imagem de uma malha, é o que constitui as relações de linhas com linhas e com a noção de prática habilidosa, de uma resposta de um corpo em relação a essas linhas que o cruzam e que ele irradia. Para Ingold, o mundo é um nascimento constante, ou seja, nessa perspectiva, as coisas vão tornando-se coisas e o mundo tornando-se mundo. Dentro desse contexto relacional, nos cabe pensar que a vida é vivida a partir de um centro que emana e percorre linhas.

Cada pessoa possui a sua vivência e, a partir disso, vai traçando seu caminho e formando a malha juntamente com tudo aquilo que o cerca. Dessa forma, pode-se concluir que tudo aquilo com o que se tem contato é responsável pela formação do indivíduo. As relações estão em constante construção e são nessas construções que as pessoas vão sendo formadas.

Em vista disso, baseado nos conceitos de Pierre Bourdieu, sobre sermos seres sociais, o estudo de Mead e complementado com o conceito de malha de Tim Ingold, percebemos que tudo que ocorre na sociedade e que temos contato, mesmo de forma inconsciente, vai formando quem nós somos.

Como já debatido, é muito conveniente para a sociedade atribuir a responsabilidade pelos atos dos indivíduos a fatores inatos e até geográficos, pois assim ela se exime da responsabilidade por esses agentes. A sociedade não deseja ser responsabilizada pela conduta daqueles considerados desviantes.

É a sociedade que estabelece o que é normal e o que não é, ademais, os considerados anormais tentam se encaixar de alguma maneira. Esses, muitas vezes, são os pobres, ex-presidiários, presidiários, isto é, os excluídos socialmente, colocados à margem da sociedade.

2.5 - Estruturas de controle e estigma: analisando instituições totais por meio de Pierre Bourdieu e Erving Goffman

Manicômios, Prisões e Conventos é uma obra seminal de Erving Goffman, publicada em 1961. Goffman, um dos mais importantes sociólogos do século XX, no traz uma análise profunda das instituições totais e seus efeitos sobre os indivíduos que nelas vivem. Segundo o autor, instituições totais, são como lugares de residência e trabalho onde muitos indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla

por um período considerável, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Exemplos incluem os antigos manicômios, prisões, conventos, quartéis e internatos.

Um dos principais efeitos das instituições totais, segundo Goffman (1961), é a despersonalização dos indivíduos. As rotinas e regulamentos das instituições minam a identidade pessoal, reduzindo os internos a uma condição de anonimato e submissão. Os internos são frequentemente obrigados a seguir regras estritas, usar uniformes e adotar comportamentos conforme às expectativas da instituição.

Goffman (1961) descreve o processo de admissão em instituições totais como um rito de passagem que marca a transição do indivíduo para a situação de interno. Esse processo geralmente envolve a perda de posses pessoais, um exame rigoroso e a aceitação de novas regras e identidades impostas pela instituição. Trazendo DaMatta (1997) para o debate, podemos estabelecer que há uma perda de *status* sociais de pessoa para indivíduo e dentro da categoria dos indivíduos uma maior segregação, pois agora há somente a figura de um interno. Este processo pode ser humilhante e serve para reforçar a submissão e conformidade.

O autor traz a diferença entre ajustamentos primários e secundários. Ajustamentos primários referem-se à conformidade dos internos com as regras e expectativas da instituição. Ajustamentos secundários, por outro lado, são formas de resistência e estratégias que os internos desenvolvem para preservar alguma medida de autonomia e identidade pessoal dentro dos limites da instituição (Goffman, 1961).

As instituições totais promovem um tipo de moralidade institucional que redefine o comportamento apropriado e o autoconceito dos internos. A socialização dentro dessas instituições visa moldar os indivíduos para que aceitem suas novas identidades e papéis. Esse processo pode levar à internalização dos valores e normas da instituição, mas também pode resultar em resistência e alienação (Goffman, 1961).

Outra questão importante abordada pelo autor, é o estigma associado aos internos das instituições totais. A estigmatização ocorre tanto dentro quanto fora da instituição, afetando a forma como os internos são percebidos pelos outros e como eles se veem. O estigma pode ter efeitos duradouros na identidade e na vida social dos internos, mesmo após a sua saída da instituição (Goffman, 1961).

As instituições totais funcionam como mecanismos de controle social, mantendo a ordem e a conformidade por meio de uma combinação de coerção, regulamentação e rituais de degradação. Goffman (1961) mostra como essas instituições exercem poder sobre os indivíduos, moldando suas vidas de maneira profunda e muitas vezes opressiva.

As instituições totais descritas por Goffman (1961) podem ser vistas como campos no sentido de Bourdieu (Ortiz, 1983). Como já mostrado no presente trabalho, um campo, para Bourdieu, é um espaço social estruturado com suas próprias regras, práticas e formas de poder. Cada instituição total tem sua lógica interna e mecanismos de funcionamento, que definem como os indivíduos devem comportar-se e interagir.

Assim como os campos de Bourdieu (Ortiz, 1983), as instituições totais têm hierarquias e relações de poder que moldam a vida dos indivíduos que nelas habitam. Estas instituições operam segundo uma lógica que determina as práticas aceitáveis e as formas de capital (social, simbólico) que são valorizadas dentro de seus limites.

O processo de despersonalização descrito por Goffman (1961) pode ser relacionado ao conceito de *habitus* de Bourdieu (2007). O *habitus*, como já mencionado, é um sistema de disposições incorporadas, formado por meio das experiências e práticas sociais, que orienta a percepção, a ação e o pensamento dos indivíduos. Nas instituições totais, o *habitus* dos internos é moldado e frequentemente transformado pela estrutura rígida e pelos rituais da instituição. Os internos desenvolvem novos *habitus* que são adaptados às exigências da vida institucional, incorporando as normas e valores da instituição.

Em relação aos ajustamentos, os ajustamentos primários e secundários descritos por Goffman (1961), podem ser vistos como estratégias do *habitus* dos internos para lidar com as imposições do campo institucional. O *habitus* dos indivíduos, ao ser confrontado com as novas condições do campo, adapta-se, criando formas de resistência ou de submissão às normas impostas. É importante ressaltar que o *habitus* pode ser modificado, contudo, essa mudança envolve sofrimento. A mudança do *habitus* envolve as regras de cada campo (Bourdieu, 2009).

Goffman (1961) mostra como as instituições totais exercem um controle social abrangente sobre os internos, moldando suas identidades e comportamentos. Esse controle pode ser visto em termos de poder simbólico, um conceito central em Bourdieu (2014). O poder simbólico é a capacidade de impor significados e impor uma visão legítima do mundo social. Dentro das instituições totais, os administradores e os funcionários exercem poder simbólico ao definir o que é considerado comportamento normal ou desviante, estabelecendo rituais de admissão e controle que reforçam a ordem institucional.

Goffman (1961) aborda o estigma que os internos enfrentam tanto dentro quanto fora das instituições totais. Esse estigma pode ser compreendido dentro do campo social

mais amplo, onde diferentes formas de capital (econômico, cultural, social) influenciam a posição dos indivíduos e sua aceitação social. O campo social é estruturado de maneira que certos grupos são marginalizados e estigmatizados. O estigma associado aos internos das instituições totais reflete as relações de poder e as hierarquias dentro do campo social mais amplo, perpetuando a exclusão e a desigualdade.

A obra de Erving Goffman (1961) e os conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2009; Ortiz, 1983; Setton, 2002) se complementam ao oferecer uma compreensão profunda de como as estruturas sociais e institucionais moldam a identidade e o comportamento dos indivíduos. As instituições totais podem ser vistas como campos com suas próprias regras e formas de poder, onde os *habitus* dos indivíduos são transformados e ajustados às exigências institucionais. Além disso, o estigma e o controle social exercidos nas instituições refletem as dinâmicas de poder e capital no campo social mais amplo, demonstrando a interconexão entre micro e macroestruturas sociais.

Frente ao exposto acima, compreendemos que somos seres sociais, moldados pela sociedade e influenciados pelo meio e por tudo aquilo e todos aqueles que em algum momento da nossa trajetória tivemos contato, e desconstruirmos a ideia do senso comum que a pessoa que comete algum crime está predisposta a isto. Dessa forma, agora cabe a nós entendermos qual é o papel do Estado na gestão da violência, sobretudo, às pessoas marginalizadas socialmente.

3. O ESTADO MODERNO: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

No complexo panorama social contemporâneo, a relação entre o Estado, a elite dominante e a dinâmica criminal impactam significativamente as estruturas fundamentais da sociedade. A análise dessa interconexão revela as intrincadas redes de poder, violência institucional e desigualdades que permeiam o tecido social, especialmente em países como o Brasil. A criação do Estado moderno foi um processo complexo que envolveu a centralização do poder, a formação de instituições burocráticas e a monopolização do uso da força. Esse conceito de Estado é amplamente influenciado pela visão de Max Weber (2004), que definiu o Estado como a entidade que detém o monopólio legítimo da violência dentro de um território específico. Entretanto, essa visão tem sido objeto de críticas e reinterpretações por diversos pensadores, incluindo Hannah Arendt (2016), Antonio Gramsci (2002; 2017) e Teresa Pires do Rio Caldeira (2011), cujas ideias oferecem contrapontos significativos à definição weberiana.

Analisando o poder exercido pela classe dominante sob a perspectiva de Antonio Gramsci (2002; 2017) e sua teoria da hegemonia, torna-se evidente que o exercício do poder vai além da coerção direta. A classe dominante exerce sua influência não apenas por meio da violência física, mas também pela modelagem de valores culturais, imposição de normas sociais e construção de consensos aparentemente incontestáveis. Essa complexa interação entre controle coercitivo e influência ideológica cria um cenário propício à discussão sobre violência institucional.

No contexto específico do Brasil, a questão da violência institucional ganha dimensões alarmantes. O sistema prisional, em particular, emerge como um terreno fértil para a análise da interseção entre a violência estatal, a marginalização de segmentos sociais específicos e a perpetuação das desigualdades. O encarceramento massivo de homens pretos e pobres, muitos dos quais são privados de oportunidades para uma ascensão social, levanta questões pertinentes sobre como as estruturas sociais contribuem para uma abordagem desproporcional na aplicação da lei e da justiça (Brasil, 2024c).

Além disso, as contribuições contemporâneas de Teresa Caldeira (2011) e Angela Almeida (2007) ampliam essa discussão ao explorar a privatização da segurança e a violência institucional no Brasil. Caldeira mostra como a segurança se torna um bem privatizado em contextos urbanos fragmentados, desafiando a premissa weberiana de monopólio estatal da violência. Almeida, por sua vez, evidencia como a violência

exercida por instituições estatais perpetua desigualdades sociais, questionando a eficácia e a justiça do controle estatal.

Neste capítulo, aprofundamos essas perspectivas para fornecer uma compreensão mais completa do papel do Estado na gestão da violência, analisando como a centralização do poder, a dominação ideológica e as práticas institucionais moldam a experiência da violência e a ordem social. Dessa forma, a abordagem multifacetada apresentada aqui mostra as complexidades da governança moderna e as contínuas tensões entre poder, consenso e coerção.

3.1 - Segurança, hegemonia e fragmentação: desafios contemporâneos ao Estado moderno

- 26/04/2019: "Prisões superlotadas não inibirão o crime e a violência", G1¹⁵;
- 22/09/2021: "ONU vê tortura em presídios como 'problema estrutural do Brasil'", Câmara dos Deputados - notícias¹⁶;
- 03/02/2022: "Em três anos, denúncias de tortura e maus-tratos no sistema prisional do DF cresceram 3.600%, diz levantamento", G1¹⁷;
- 07/06/2022: "Um homem morre e dez são presos em operação policial contra roubos em Itabaiana", G1¹⁸;
- 26/05/2022: "Homem morre em 'câmara de gás' dentro de viatura da PRF, acusam familiares, CNN Brasil¹⁹;
- 25/05/2022: "Sobe para 25 o número de mortos em operação policial no Rio de Janeiro", CNN Brasil²⁰.

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/prisoes-superlotadas-nao-inibirao-o-crime-e-a-violencia.ghtml>. Acesso em jun. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/809067-onu-ve-tortura-em-presidios-como-problema-estrutural-do-brasil/>. Acesso em jun. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/03/em-tres-anos-denuncias-de-tortura-e-maus-tratos-no-sistema-prisional-do-df-cresceram-3600percent-diz-levantamento.ghtml>. Acesso em jun. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/06/07/operacao-alavantu-contraroubos-em-itabaiana.ghtml>. Acesso em jun. 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/homem-morre-em-camara-de-gas-dentro-de-viatura-da-prf-acusam-familiares/>. Acesso em jun. 2022.

²⁰ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sobe-para-25-o-numero-de-mortos-em-operacao-policial-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em jun. 2022.

Essas e tantas outras notícias que mostram a violência do Estado, podem ser lidas diariamente nos jornais e assistidas nos noticiários brasileiros. Alguns tipos de violência praticada pelo Estado são aceitos pela sociedade, já outros não. O que leva a essa legitimação da violência por parte do Estado e a aceitação da sociedade?

Para entender os motivos da legitimação da violência por parte do Estado pela sociedade, primeiramente é preciso compreender o que venha a ser Estado. Uma das principais teorias sobre a origem do Estado é a contratualista, que argumenta que o Estado surgiu da necessidade de regular e mediar as relações entre indivíduos que viviam em um estado de natureza, delegando poder a uma terceira parte para regulamentar as interações no grupo. Isso transformaria o grupo em uma sociedade e limitaria a liberdade individual até o ponto em que não interferisse na liberdade alheia, como cláusulas de um contrato firmado por todos e todas (Olsson; Castaldi, 2018).

Segundo Thomas Hobbes (1979), o Estado-Nação surge da necessidade de limitar e regular a liberdade dos indivíduos em estado de natureza. Esse processo ocorre quando os indivíduos renunciam à sua liberdade, abdicam do direito de autogoverno e conferem a um homem ou a uma assembleia de homens o poder e a autoridade para tomar todas as decisões e representar todos e todas, com o objetivo de alcançar o bem comum. Dessa união dos indivíduos em uma entidade única, forma-se o Estado, gerando assim o grande Leviatã, um deus mortal que está abaixo apenas do Deus imortal e cuja função é garantir a paz e a defesa dos indivíduos. Assim, a autorização que cada indivíduo concede ao Estado para usar todo o poder e a força, por meio do temor que o Estado inspira, é capaz de alinhar todas as vontades, garantindo a paz interna e promovendo a ajuda mútua contra inimigos externos (Olsson; Castaldi, 2018).

De acordo com Max Weber, o Estado moderno nos termos específicos a ele:

Mas, que é um agrupamento ‘político’, do ponto de vista de um sociólogo? O que é um Estado? Sociologicamente, o Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez; de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas, com exclusividade, aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituíram, historicamente, nos precursores do Estado moderno. Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física (Weber, 1974, p. 58).

Segundo Weber (1974), todo Estado se funda na força, dessa forma, a violência e a coação se mostram necessárias para a existência do Estado. Outro ponto importante é a

questão do território, haja vista, que ele é essencial para que se tenha o Estado, pois é nesse local que ele exerce o monopólio da força física. Dessa forma, território e coação física são atributos fundamentais para a existência do Estado.

Em nossa época, [...] deve-se conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. E, com efeito, é próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado a tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do ‘direito’ à violência. (Weber, 1974, p. 59).

Dessarte, para Weber, o Estado é o detentor do monopólio da violência legítima em determinado território. Ele tenta ser a única instituição em que a população reconhece o direito de, em determinadas ocasiões, praticar a violência. A população aceita essa situação por diversos motivos que variam de sociedade para sociedade.

O termo monopólio tem origem na economia e descreve uma empresa que consegue se estabelecer como a única vendedora de um certo produto. Quando Weber (2004) afirma que o Estado tenta exercer o monopólio da violência legítima em determinado território, ele quer dizer que o Estado tenta se tornar a única instituição capaz de praticar a violência legítima naquele local e, se existe violência maior, é porque o Estado permite. Já a violência legítima é aquela praticada, por exemplo, pela polícia no cumprimento de leis. De acordo Weber (2004), a violência não é evidentemente o único instrumento de que se vale o Estado, mas é o seu instrumento específico. Atualmente a relação entre Estado e violência é particularmente íntima. Em todos os tempos os agrupamentos políticos mais diversos, a começar pela família, recorrem a violência física, tendo-a como instrumento normal de poder.

Weber (2004), em sua definição clássica, caracteriza o Estado moderno como a entidade que possui o monopólio legítimo do uso da violência. Para o autor, essa capacidade é essencial para a manutenção da ordem e da autoridade dentro de um território. O Estado é visto como a única instituição que pode legitimamente usar a força para garantir o cumprimento das leis e a segurança pública. Essa visão se fundamenta na ideia de que a centralização do poder coercitivo é necessária para a estabilidade social e a implementação das políticas estatais.

Os Estados modernos não se formaram porque seus fundadores queriam proporcionar bem-estar à população, respeitar a tradição, garantir o respeito à lei ou porque desejavam ser modernos. Segundo Charles Tilly (1996), quando os Estados

modernos se formaram, eles não eram muito diferentes de quadrilhas criminosas que para não agredir o povo cobravam deles, contudo, para se manter, o Estado precisa conquistar o apoio dos governados.

Foram as alianças entre os monarcas europeus e a burguesia que fez com que o Estado moderno crescesse. O desenvolvimento capitalista enriqueceu o Estado e, ao mesmo tempo, a burguesia o domesticava, conquistando cada vez mais direitos, obrigando os governos a respeitarem as leis que defendiam a sua liberdade e as suas propriedades. Motivadas por essas conquistas de direitos, as classes populares também passaram a se organizar para exigir o direito de votar, formar sindicatos, de defender as suas próprias ideias, entre outros (Tilly, 1996).

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (Gramsci, 2017, p. 42).

Segundo Gramsci (2017), o Estado não é simplesmente um instrumento de dominação direta, mas uma arena onde os interesses dos grupos dominantes e subordinados são negociados e equilibrados. Este equilíbrio é necessário para a legitimidade e funcionamento do Estado, garantindo que, embora os interesses do grupo dominante prevaleçam, eles não sejam tão exclusivos que ignorem completamente os interesses dos grupos subordinados. Essa abordagem permite que o Estado mantenha uma aparência de consenso e coesão social, mesmo que as relações de poder subjacentes continuem favorecendo o grupo dominante.

O resultado desse processo foi a formação das democracias modernas, contudo, conforme observou Gramsci (2002; 2017), nas sociedades modernas o poder não é exercido apenas pelo governo, pela polícia, pelos tribunais, pela violência. A disputa pelo poder passa pela disputa de ideias, pela produção de cultura e de notícias. As diferentes classes e os diferentes grupos sociais lutam para convencer a sociedade de que suas ideias representam o interesse de todos, cada grupo tem a sua ideia e, para colocar isso em prática, tentam formar alianças que inclua o maior número possível de grupos entre os que serão beneficiados pelos projetos políticos, contudo, isso nunca será feito apenas pela

força ou só pelo interesse econômico e muito menos pela propaganda, mas exigirá que as pessoas sejam convencidas, Gramsci chamou esse processo de luta pela hegemonia, ou seja, a liderança da sociedade.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também 'dirigente' (Gramsci, 2002, p. 62-63).

Gramsci (2002; 2017), oferece uma análise que complementa e complica a visão de Weber (1974; 2004). O autor introduz o conceito de hegemonia, que se refere à liderança cultural e ideológica exercida pela classe dominante para obter o consentimento das massas. Gramsci introduz o termo hegemonia em contraposição à dominação puramente coercitiva. Ele argumenta que a dominação política e social é sustentada tanto pela coerção (uso da força) quanto pela hegemonia (consenso ideológico). Segundo Gramsci, a hegemonia é mais eficaz e sustentável do que a coerção, pois envolve a internalização voluntária dos valores e ideias da classe dominante pela sociedade. Esse processo é essencial para a estabilidade do poder em uma sociedade complexa e pluralista.

Dessa forma, a hegemonia é construída por meio da conquista da hegemonia cultural, que envolve a influência sobre as instituições educacionais, religiosas, midiáticas e outras que moldam a consciência e os valores das pessoas. A classe dominante molda o senso comum da sociedade, ou seja, as ideias e crenças que parecem naturais e óbvias para as pessoas, mas que, na verdade, refletem os interesses e a perspectiva da classe dominante. Assim, enquanto Weber foca no monopólio da violência, Gramsci destaca a importância do consenso e da liderança ideológica na manutenção do poder estatal (Gramsci, 2002).

Gramsci (2002) também enfatiza que a luta pela hegemonia é uma arena de conflito constante. As classes dominadas não aceitam passivamente as ideias da classe dominante, e há uma luta ideológica em andamento, na qual as classes dominantes tentam manter sua influência cultural e as classes dominadas procuram construir alternativas e desafiar sua condição atual.

Há uma busca muito grande pelo poder, haja vista, que o poder é a capacidade de impor sua vontade para outra pessoa mesmo contra a vontade dela, “[...] situa-se, portanto, dentro de uma relação social, e indica a situação de desigualdade que faz com que um dos

atores possa impor sua vontade ao outro” (Aron, 2000, p. 494), ou seja, o poder costuma acontecer em situações de desigualdade, onde um dos lados não consegue dizer não, mesmo que queira e seja contrário a ordem dada.

Segundo Hobbes (1979), um indivíduo pode possuir poderes naturais (qualidades inerentes à sua personalidade ou características físicas) ou poderes instrumentais (os meios utilizados para obter outras vantagens). No entanto, o poder mais significativo é aquele formado pela união dos poderes de diversos homens, concedidos a um único homem, seja natural ou civil, referindo-se ao poder absoluto do Estado na figura de seu representante. Por outro lado, Weber (1999) aborda os conceitos de poder, dominação e disciplina. Para o autor, poder é a capacidade de impor a própria vontade, dominação é a obediência a uma ordem, e disciplina é o treinamento para o ato de obedecer (Olsson; Castaldi, 2018).

As concepções de poder de Hobbes e Weber destacam um uso do poder de forma impositiva, vertical e coercitiva, resultando na dominação de indivíduos submetidos a esse poder, ou do mais forte sobre o mais fraco. Exemplos dessa dinâmica de poder incluem a imposição da vontade de um pai sobre seus filhos, a autoridade de um policial sobre um preso e as decisões do Estado sobre seus cidadãos. Essas situações demonstram uma relação de dominação marcada pelo comando e pela obediência (Olsson; Castaldi, 2018).

Hannah Arendt, em seu livro *Sobre a Violência* (2016), oferece uma perspectiva que desafia a concepção weberiana. Arendt distingue claramente entre poder e violência. Para a autora, o poder é a capacidade de agir em conjunto, baseado no consenso e na cooperação voluntária das pessoas, enquanto a violência é instrumental e coercitiva, usada quando o poder falha. Segundo a autora, a violência pode destruir o poder, mas não pode criá-lo. Arendt argumenta que a verdadeira força de uma comunidade reside no poder coletivo, não na capacidade de usar a força. Ela critica a glorificação da violência e sugere que um Estado que depende exclusivamente da violência para manter a ordem está demonstrando sua impotência e falta de poder legítimo.

Deste modo, o exercício do poder nem sempre requer legitimidade, muito menos é legal, ele pode ser imposto contra a vontade daquele que supostamente vai seguir o comando. No entanto, o poder com base apenas na ameaça de violência é frágil, é preciso que as pessoas obedeçam ao que for decidido. O exercício do poder está em toda parte, seja na relação entre Estado e indivíduo, seja nas relações familiares, nas amizades, nas

relações corporativas e em todo tipo de relação social. Poder não é posse, é exercício (Olsson; Castaldi, 2018).

De acordo com Aristóteles, nós seres humanos somos animais sociáveis e políticos. “O homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade” (Aristóteles, 1991, Livro IX). “A política é, portanto, o conjunto das condutas humanas que comportam a dominação do homem pelo homem” (Aron, 2000, p. 496). Dessa forma, a definição de política não se trata do conjunto de condutas humanas que comportam o poder do homem sobre o homem, mas sim da dominação do homem sobre o homem. Dominação não é a mesma coisa de poder, a dominação é a probabilidade de encontrar obediência a um determinado comando. Isso significa que a dominação implica na aceitação de cumprir a ordem, no poder pode haver resistência, mas na dominação não há, pois quem cumpre a determinação que lhe foi dada é capaz de reconhecer o comando como legítimo, legal e por isso o aceita, ou seja, aceita a ordem pois a considera legítima (Aron, 2000).

Se a política comporta a dominação do homem pelo homem, significa que, para que haja o seu exercício é preciso que as pessoas aceitem a dominação, isto é, que elas achem justo que um ator se imponha perante outros, que a disparidade de forças entre os atores sociais seja considerada justa. Aqui entra a necessidade da legitimação, isto é, aquilo que dá fundamento e sustentação ao poder. A legitimação faz com que as pessoas aceitem a dominação (Aron, 2000).

Faz parte da metodologia de Weber (1979) compreender os motivos pelos quais os indivíduos agem socialmente, ou seja, compreender o sentido que as pessoas dão às suas ações. Weber tenta entender as razões que levam as pessoas a fazerem o que elas fazem a partir do sentido que elas mesmas dão às suas atitudes. Dessa forma, o sociólogo faz uma análise sobre os motivos pelos quais as pessoas podem obedecer a dominação.

Weber (1979) constrói tipos ideais, que é uma ferramenta metodológica de investigação cuja função é sistematizar a realidade a fim de proceder a comparações com fenômenos históricos reais. Para compreender melhor o motivo pelo qual as pessoas obedecem aos comandos, Weber identifica três tipos de dominação legítimas, elas não são as únicas possíveis, e na prática, quase sempre se misturam em um processo de dominação, são elas: dominação tradicional, carismática e racional-legal.

A dominação tradicional se baseia no costume de obedecer porque sempre foi assim, ou um hábito tão forte que nos pareceria estranho nos desviarmos dele. As pessoas

obedecem, pois, acreditam no caráter sagrado de tradições antigas e nas pessoas que foram designadas por essas tradições a exercerem autoridade.

Dominação tradicional em virtude da preservação na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal. [...] Obedece-se à pessoa em virtude da sua dignidade própria, santificada pela tradição, por fidelidade. O conteúdo das regras está definido pela tradição (Weber, 1979, p. 131).

A dominação carismática se baseia na crença de que o líder possui qualidades excepcionais, dons extraordinários. Os liderados podem acreditar que o líder é inspirado por Deus ou que é excepcionalmente capaz de compreender o verdadeiro destino da nação. O líder pode não ter nenhuma dessas qualidades, mas vai exercer poder quando convencer os liderados de que possui essas qualidades, muitas vezes os inspirando a fazer coisas que não fariam. O carisma pode influenciar multidões a favor das mais diversas causas, contudo, a dominação será exercida enquanto as pessoas acreditarem nas qualidades do líder que teria habilidades excepcionais fora do cotidiano que o diferenciaria do restante das pessoas da sociedade (Weber, 1979).

O terceiro tipo de dominação é a racional-legal, ela se baseia na crença de que é correto obedecer a lei, não porque a lei seja inspirada pela ordem ou crença divina ou porque se concorde com todos os detalhes de todas as leis ou porque obedecer seja sempre do seu interesse, mas porque a lei deve ser cumprida (Weber, 1979).

“Sua ideia básica é: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma. A associação dominante é eleita ou nomeada e ela própria e todas as suas partes são empresas” (Weber, 1979, p. 128). Parte de um conjunto de regras que sejam legalmente criadas. A legalidade ou o fato de as regras estarem de acordo com a lei, faz com que os atores acreditem que seja justo obedecer.

Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à ‘lei’ ou ‘regulamento’ de uma norma formalmente abstrata (Weber, 1979, p.129).

O processo de criação e publicação de uma lei, onde há participação popular, faz com que ela seja entendida como de todos e todas e para todos e todas, pois houve a participação adequada dos atores sociais envolvidos em sua formulação. Ela foi debatida antes de ser promulgada, não foi imposta de forma arbitrária. Todo processo envolvido, previsto em um estatuto já socialmente aceito leva as pessoas à crença de que é justo seguir. A burocracia seria o tipo mais puro de dominação racional-legal. A ideia é não ter

nenhuma influência de motivos pessoais ou sentimentos envolvidos no comando. É um tipo de dominação impessoal, obedece-se ao regulamento e não à pessoa. Dessa forma, mesmo quem manda vai ter o seu momento de obedecer, conforme esteja formalmente registrado no regulamento (Weber, 1979).

A dominação racional-legal geralmente é exercida pelo Estado que se estrutura por uma Constituição. Quando ocorre casos de violência por parte do Estado, por mais extremas que elas sejam, se há justificativas legais, os questionamentos da massa social são mínimos, eles só ganham força, quando não há legitimação.

Avançando com a discussão para a realidade social brasileira, é de extrema importância abordar o advento da violência institucional em nosso país. O Brasil é reconhecido como um Estado democrático de Direito, com o decreto da Lei nº 6.683/79²¹ que concede a anistia, se colocou um fim à ditadura e ao regime militar e todos e todas são livres e iguais perante a lei. Contudo como nos mostra Almeida (2007)

Mesmo que a maioria de nós continue a se opor à tortura, todos temos consciência de que uma parte preciosa de nossa identidade coletiva foi irrecuperavelmente perdida. Estamos no meio de um processo de corrupção moral: aqueles que estão no poder estão literalmente tentando quebrar uma parte de nossa espinha ética, desfazer e enfraquecer algo que pode ser visto como a maior conquista da civilização: o crescimento de nossa sensibilidade moral espontânea (Zizek, 2007 *apud* Almeida, 2007, p. 4).

A tortura atualmente se resignificou, a jurisdição deixou brechas e nem sempre a sua prática é questionável. "O mesmo aconteceu com as execuções sumárias, a morte produzida por agentes do Estado - sem a ocorrência de confronto ou a necessidade de legítima defesa - ou com as prisões arbitrárias" (Almeida, 2007, p. 5). O Brasil que vivemos hoje é muito diferente do Brasil dos anos 1960. Com o advento da urbanização nos anos 1980, as grandes mudanças no processo de trabalho industrial e das reformas neoliberais, houve um aumento acelerado e descontrolado da favelização nos grandes centros urbanos, com uma população marginalizada e vulnerável, excluídas dos serviços sociais básicos como educação, emprego, saúde, resultando em territórios abandonados pelo Estado, onde sua presença só é vista em sua forma repressiva e penal.

Teresa Caldeira, em sua obra *A Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2011), explora como a violência urbana e a segregação espacial moldam a vida cotidiana e as relações sociais. Segundo a autora, tomando como referência a

²¹ Lei nº 6.683/79. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 13 dez. 2021.

cidade de São Paulo, a segurança se tornou amplamente privatizada. Moradores de áreas ricas contratam segurança privada, constroem muros altos, mudam-se para condomínios privados e utilizam tecnologias de vigilância para proteger suas propriedades. Isso implica que a violência e a segurança não são mais monopolizadas pelo Estado, mas são geridas por entidades privadas, desafiando a premissa weberiana, haja vista, que o Estado não consegue garantir segurança uniformemente. Essa divisão espacial indica que o monopólio da violência está distribuído entre várias entidades, tanto legais quanto ilegais.

Caldeira (2011) nos mostra como diferentes grupos, incluindo milícias e organizações criminosas, exercem controle sobre certas áreas urbanas. Esses grupos muitas vezes substituem ou competem com a autoridade do Estado, sendo percebidos como as autoridades de fato, regulando a vida cotidiana e impondo sua própria ordem, demonstrando uma fragmentação do monopólio da violência.

A percepção de insegurança leva à segregação espacial, com os ricos se isolando em enclaves fortificados e as classes mais pobres cada vez mais entregues ao crime organizado. Nesse sentido, a cidadania é fragmentada pela violência e pela desigualdade. A capacidade do Estado de garantir direitos e segurança para todos/as os/as cidadãos/ãs é profundamente comprometida. Essa segregação reflete a falha do Estado em prover segurança de maneira equitativa, e mais uma vez evidenciando a falha do Estado e consequentemente minando a sua autoridade e legitimidade (Caldeira, 2011).

A desigualdade na provisão de segurança acentua as divisões sociais e espaciais, hierarquizando a sociedade, isto é, criando cidadãos de primeira e segunda classe. Os ricos podem se proteger, enquanto os pobres são deixados à mercê da violência e da insegurança, exacerbando a exclusão social. A fragmentação da autoridade estatal e a privatização da segurança reconfiguram a cidadania, onde direitos básicos como a segurança dependem da capacidade financeira. Isso questiona a universalidade dos direitos e o papel do Estado como garantidor desses direitos (Caldeira, 2011).

Outra questão colocada por Almeida (2007) mostra como a conservação e recriação do modo de convivência social entre as classes, herdado do regime escravista, influencia os comportamentos atuais. Segundo a autora, as classes dominantes na época da escravidão tinham medo de que os ex-escravos se rebelassem e depredassem, saqueassem as propriedades privadas, ou que ficassem como andarilhos pelas ruas. Contudo, essas classes perigosas foram ocupadas, por meio de trabalhos domésticos. Hoje as classes altas e médias possuem o mesmo medo e o modo de convivência social entre senhores e escravos se ajusta a atualidade

[...] à atualidade a concepção ideal de parâmetros legais distintos para os crimes e atos infracionais, conforme sejam eles praticados por pessoas das classes média ou alta, ou pessoas desse conjunto excluído. Estas pessoas parecem formar parte de um 'outro' nacional, que não o conjunto dos 'autênticos' cidadãos. Seus crimes são 'hediondos' – categoria jurídica efetivamente criada para a punição dos atos infracionais dessas pessoas – e sua recuperação impossível, na verdade indesejável. Na mesma medida da 'democratização', aponta Paulo Arantes, “as classes confortáveis’ do núcleo orgânico’ se complementaram com 'as classes torturáveis' que não por acaso 'são compostas de presos comuns, pobres e negros' (Almeida, 2007, p. 7).

Criado pela ditadura, o aparelho repressivo do Estado, continua o mesmo, isto é, as Polícias Militares estaduais, que segundo Almeida (2007, p. 7), é "seguramente o vetor mais presente na violência institucional". Ainda se tem uma guerra contra o inimigo interno, esse que durante a ditadura se configurava como sendo os partidos comunistas, de "esquerda", ou seja, os subversivos, hoje ocupam posições importantes na máquina estatal. Dessa forma, o antigo inimigo interno foi ressignificado, hoje

as polícias transferiram essa 'guerra' para o imenso contingente das populações periféricas pobres das cidades, formado em grande parte por negros, que por sua fragilidade está mais próxima dos pequenos crimes contra o patrimônio das classes A e B e do pequeno tráfico de drogas. O 'inimigo interno' passou a ser este contingente populacional. A violência institucional passou a ser essencialmente uma forma de controle social dessas 'classes perigosas' (Almeida, 2007, p. 7-8).

E isso se deve ao modelo de convivência social que herdamos, enfim, se questionavam se os escravos tinham alma, hoje, se questiona se esses humanos têm direito aos direitos humanos.

Dessa forma, a violência institucional no Brasil se configura por meio das execuções sumárias praticadas pelas polícias, mesmo não tendo pena de morte no nosso país, pelas abordagens humilhantes nas periferias e pela criminalização da pobreza por parte do Estado e da sociedade. E é aqui que enxergamos de forma concreta a violência legitimada do Estado e naturalizada por grande parte da sociedade.

Hoje em nosso país, o crime tem cor e classe social, moldando um cenário em que homens pretos e pobres compõem a maior parte da população carcerária brasileira, conforme mostram os dados citados no presente trabalho. Essa alarmante constatação ecoa a interseção das desigualdades estruturais, onde a equidade de oportunidades é muitas vezes uma ilusão distante. É contraditório que as mesmas vozes que clamam por igualdade e justiça social estejam frequentemente confinadas às margens do sistema penal, privadas das chances necessárias para uma verdadeira ascensão na escala social. A

máquina do encarceramento, muitas vezes impulsionada por circunstâncias socioeconômicas adversas, traz à tona uma realidade angustiante: as barreiras para uma vida digna e a representação dentro do sistema penal muitas vezes são moldadas por uma narrativa que reflete profundas fissuras em nossa sociedade.

4. POR DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

No contexto do sistema prisional brasileiro, uma realidade frequentemente oculta e repleta de complexidades emerge através das vozes e relatos dos apenados. A experiência de ingressar no cárcere e dar os primeiros passos dentro deste sistema carrega uma carga emocional singular, cuja plena compreensão só é possível por meio da perspectiva daqueles que vivenciam essa realidade. Este capítulo se dedica a explorar esse ambiente multifacetado, analisando o sistema prisional brasileiro a partir da perspectiva dos próprios apenados. As narrativas de seus primeiros dias de encarceramento proporcionam uma visão única e profundamente emocional dessa experiência.

Para compreender plenamente o cenário atual, é importante traçar um olhar retrospectivo sobre as raízes históricas que deram origem ao sistema prisional brasileiro. Desde os primeiros registros, o contexto carcerário do Brasil reflete uma trajetória repleta de influências socioculturais e políticas, moldando suas configurações ao longo do tempo. A união de variáveis complexas, que vão desde a legislação penal até as condições socioeconômicas, levou à formação de um sistema marcado por desafios e controvérsias.

A evolução histórica do sistema prisional brasileiro resulta em um cenário contemporâneo de dimensões alarmantes. A quantidade de pessoas encarceradas, como mostra os dados disponíveis no presente capítulo, atinge níveis sem precedentes, com números que escancaram a superlotação e os desafios de gerenciamento enfrentados pelas instituições prisionais. Além disso, a diversidade de idade e os diferentes tipos de penas inflam a necessidade de uma análise abrangente e sensível à multiplicidade de experiências vividas pelos apenados.

No âmbito das Ciências Sociais, a Sociologia das emoções emerge como uma abordagem teórica que nos convida a explorar as complexas interações emocionais que permeiam o sistema prisional. A compreensão das emoções humanas, muitas vezes silenciadas e esquecidas nas narrativas tradicionais, enfatiza os aspectos mais profundos e humanos da experiência carcerária.

No núcleo deste capítulo encontram-se as narrativas íntimas e pessoais de 22 apenados que estavam encarcerados em um presídio situado em uma cidade do Estado de Minas Gerais, relativas aos seus primeiros dias no sistema prisional. Ao analisarmos seus relatos, adotamos a lente da análise do discurso, desvelando não apenas as palavras que escolhem, mas as entrelinhas que revelam as complexidades emocionais subjacentes. Cada narrativa é um portal para compreendermos as interações entre indivíduos e a

instituição prisional, as estratégias de adaptação, os sentimentos de vulnerabilidade e os desafios na busca por uma identidade dentro das grades.

Ao prosseguir neste capítulo, navegamos pelos corredores emocionais do sistema prisional brasileiro, explorando os desafios enfrentados pelos apenados, a interconexão entre emoções individuais e estruturas sociais, e a potente importância de seus relatos priorizando o local de fala dos apenados e suas vivências. Cada narrativa, meticulosamente analisada, se revela como um fragmento da experiência humana dentro do sistema prisional, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das complexidades dessa realidade complexa.

4.1 - Lugar de fala

Ao longo da construção da humanidade muitos grupos sociais, considerados minorias, devido a sua representatividade, foram silenciados. A história nos mostra que ao longo dos anos homens falaram pelas mulheres, ricos pelos pobres, brancos pelos pretos e dominantes pelos dominados. Como já foi mostrado no presente trabalho, o meio em que vivemos, a nossa posição social influencia em nosso modo de enxergar a realidade social e o silenciamento de muitas vozes beneficia quem está no poder, como nos mostra Patrick Champagne:

Se esta representação ocupa pouco espaço no discurso dos dominados, é porque estes dificilmente são ouvidos. Fala-se deles mais do que eles falam e, quando falam aos dominantes, tendem a tomar um discurso emprestado, o que os dominadores usam (Champagne, 2008, p. 69).

A questão da representação das vozes dos dominados é complexa e frequentemente marcada por uma profunda assimetria no discurso. Champagne (2008) observa que, quando os dominados são mencionados, geralmente são eles que falam menos e, quando se expressam, frequentemente adotam um discurso que não é genuinamente seu, mas sim um reflexo dos termos e narrativas dos dominadores. Esse fenômeno ressalta a dificuldade dos dominados em terem suas próprias vozes plenamente ouvidas e reconhecidas, revelando uma dinâmica onde suas verdadeiras perspectivas são muitas vezes mediadas e filtradas pelos que exercem o poder.

Nesse contexto, Ribeiro (2017) contribui para a discussão ao introduzir o conceito de "lugares de fala" que se refere a um instrumento teórico-metodológico para analisar como diferentes segmentos de mídia, como jornais populares ou de referência, concedem

variados espaços para as falas das fontes e dos leitores. De acordo com Amaral (2005 *apud* Ribeiro, 2017), o conceito de lugares de fala permite evidenciar que as condições sociais e simbólicas dos meios de comunicação e seus leitores influenciam a forma como o discurso é configurado e recebido. Assim, para entender o discurso, é imperativo considerar as condições e as posições sociais dos grupos envolvidos, refletindo como o mercado de leitores e as posições simbólicas afetam a recepção e a construção das narrativas.

De acordo com Ribeiro (2017),

Em comunicação, o conceito de lugares de fala, segundo o artigo Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa, seria um [...] instrumento teórico – metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos à falas das fontes e dos leitores (Amaral, 2005, p. 105.). Ainda segundo o artigo: [...] o aporte que propomos reconhece as implicações das posições sociais simbólicas do jornal e do leitor e incorpora a noção de mercado de leitores, a partir da ideia de que para explicar o discurso, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona. (Amaral, 2005, p. 104 *apud* Ribeiro, 2017, p. 32-33).

Dessa forma, entender o local que a pessoa ocupa na sociedade e os capitais simbólicos de forma diferente é fundamental. Como nos mostra a comunicação, o lugar de fala da imprensa popular e dos jornais de referências são distintos, pois os seus leitores são diferentes.

Segundo Ribeiro (2017, p. 33) "não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente". Não é possível afirmar de onde veio o termo, contudo, com o advento tecnológico, houve um aumento da força política dos movimentos sociais no campo virtual, resultando em um posicionamento contra uma autorização discursiva.

O lugar de fala não busca silenciar ninguém, muito pelo contrário, seu propósito "é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica" (Ribeiro, 2017, p. 34).

É importante ressaltar que o lugar de fala não se trata unicamente de experiências individuais, por mais que essas sejam significativas, porém se trata de um debate estrutural que mostra as condições sociais que os grupos estão inseridos e que permitem ou não o seu acesso a lugares de cidadania. A experiência de cada indivíduo é importante nesse debate, não se nega a dimensão individual, entretanto, o lugar que ele/a está

inserido/a é o que permeia a sua vivência e faz com que os envolvidos/as compartilhem as mesmas experiências. "[...] é a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos desses grupos" (Collins, 1997 *apud* Ribeiro, 2017, p. 35).

Há muitas críticas sobre o lugar de fala e esse erro se deve ao fato que as pessoas olham o indivíduo e não às diversas condições que levam as desigualdades e hierarquias de onde se encontram os grupos subalternizados presos a um silêncio estruturante. As experiências comuns desses grupos silenciados, que são resultados do seu lugar social, é que impede que as pessoas acessem certos espaços e isso resulta numa impossibilidade de que essas vozes sejam ouvidas. "O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir" (Ribeiro, 2017, p. 37).

O conceito de lugar de fala desafia a hierarquização social, pois o direito à vida está intrinsecamente ligado ao direito à voz, e o lugar social tem uma influência significativa nisso. Um exemplo claro é o sistema carcerário, onde a sociedade só presta atenção quando os presos realizam rebeliões; somente então suas vozes são ouvidas. Assim, o lugar social tem uma importância imensurável nas relações sociais, moldando quem pode falar e ser ouvido, e quem permanece silenciado. Reconhecer e valorizar essas vozes subalternas é essencial para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

4.2 - O sistema prisional brasileiro

Olavo Bilac em 1902 já abordava a fragilidade do sistema prisional brasileiro, assim, o sistema "já nasceu torto e quebrado" (Maia *et al.* *apud* Bilac, 2017). Essas palavras poderiam ser proferidas em qualquer momento dos últimos duzentos anos. Durante os últimos dois séculos, tem sido uma constante o debate em torno da eficácia e da moralidade das prisões brasileiras. Embora concebidas como instituições para reabilitação ou punição, as prisões modernas frequentemente são vistas como falhas desde o seu surgimento. Enquanto alguns ainda mantêm a esperança de que elas possam ser reformadas para cumprir suas finalidades originais, para muitos governos, elas se tornaram um fardo político e um problema de investimento público. Embora continuem a ser discutidas e prometidas melhorias, a realidade é que muitas vezes são negligenciadas e esquecidas (Maia *et al.*, 2017).

É importante ressaltar, antes de adentrarmos no contexto histórico do surgimento das prisões no Brasil que, até 1830, o Brasil, ainda uma colônia portuguesa, não possuía

seu próprio Código Penal e era regido pelas Ordenações Filipinas, que listava os crimes e suas respectivas punições. Entre essas punições estavam a pena de morte, confisco de bens, multas e até mesmo a humilhação pública do réu, não incluindo, porém, a privação de liberdade como pena (Santis; Engbruch; D'elia, 2012).

Com a nova Constituição de 1824, o Brasil iniciou uma reforma no sistema penal, abolindo práticas como o açoite, tortura e outras penas cruéis. As prisões passaram a ser descritas como locais "seguros, limpos e bem arejados", com a separação dos réus conforme a gravidade e natureza de seus crimes, embora essa reforma não se aplicasse às pessoas escravizadas (Santis; Engbruch; D'elia, 2012).

Em 1830, foi criado o Código Criminal do Império, introduzindo a pena de prisão de duas formas: simples e com trabalho, podendo esta última ser perpétua. A partir desse novo código, a prisão passou a ter um papel predominante entre as punições, apesar da manutenção da pena de morte. O código não especificava um sistema penitenciário específico, deixando essa definição e regulamentação a cargo dos governos provinciais (Santis; Engbruch; D'elia, 2012).

Quase um século depois, durante o Estado Novo, o Ministro Francisco Campos encarregou o Professor Alcântara Machado de elaborar um anteprojeto do Código Penal. Em agosto, foi publicado o Projeto de Código Criminal Brasileiro, que após algumas modificações, foi sancionado em 1940 como o atual código penal brasileiro (Santis; Engbruch; D'elia, 2012).

No Brasil, especialmente, o sistema prisional enfrenta desafios enormes, refletindo a insegurança pública crescente e as falhas no sistema de justiça. O aumento da violência apenas alimenta o ciclo de superlotação e degradação das condições nas prisões, prejudicando a reinserção dos detentos na sociedade e violando padrões internacionais de direitos humanos. O que fazer com os apenados e como corrigi-los sempre foi uma questão central na sociedade, refletindo os valores e as normas em vigor. Assim, entender o funcionamento das prisões e o seu contexto de surgimento no Brasil é fundamental para compreender as estruturas normativas que governam a sociedade (Maia *et al.*, 2017).

O sistema prisional como conhecemos hoje tem sua origem no século XVIII, na Europa Ocidental, mais especificamente na Inglaterra. Antes disso, a punição aos criminosos era feita de forma violenta e pública, como açoitamentos, torturas, mutilações e execuções em praça pública (Maia *et al.*, 2017).

Com o iluminismo e a ideia de que o ser humano é capaz de evoluir e se aperfeiçoar, surgiu a proposta de reformar o sistema penal. A ideia era substituir a punição

violenta e retributiva por uma punição que tivesse como objetivo a reeducação e a reabilitação do criminoso (Maia *et al.*, 2017).

Michelle Perrot afirma que, em fins do século XVIII, a prisão vai se transformando no que é hoje, assumindo basicamente três funções: ‘punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade, no nível social que lhe é próprio’ (Maia *et al.*, 2017, p. 8).

A partir daí, surgiram outros modelos de prisão, como o panóptico, idealizado pelo filósofo Jeremy Bentham. O panóptico era uma prisão circular, onde os presos ficavam em celas individuais dispostas em círculo, e um único guarda ficava no centro, podendo observar todos os presos ao mesmo tempo e nenhum preso conseguia ver quem o observava ou se o observava. Essa disposição permitia o controle e a vigilância total dos presos, para que suas mentes e os corpos fossem transformados e se tornassem instrumentos dóceis, fáceis de serem controlados. Esse método foi bastante utilizado no século XIX (Foucault, 1999).

A casa de correção também foi um modelo de prisão. O objetivo dessas prisões era corrigir o comportamento do preso, por meio de trabalhos forçados e de uma rotina disciplinada. Com o tempo, as prisões foram se tornando cada vez mais populares e a pena de prisão passou a ser adotada como a principal forma de punição (Maia *et al.*, 2009).

A ideia por trás da criação do sistema prisional era a de que a punição deveria ser mais humanitária, e que o objetivo da prisão não deveria ser apenas a punição, mas também a ressocialização do condenado. O modelo de prisão idealizado pelos reformadores penais era baseado na separação dos presos por delito, na privação de liberdade, no trabalho e na educação (Maia *et al.*, 2009).

No entanto, a ideia de reeducação do preso não se concretizou na prática. As condições das prisões eram insalubres e desumanas, com superlotação, falta de higiene e de uma alimentação adequada. O sistema prisional se tornou um espaço de exclusão e violação dos direitos humanos, e o objetivo de ressocialização do preso foi deixado de lado em favor da punição e do controle social (Maia *et al.*, 2017).

Michel Foucault (1999), filósofo e historiador francês, dedicou grande parte de sua obra ao estudo das instituições disciplinares e de poder na sociedade. Em relação ao sistema prisional, Foucault argumenta que ele não tem como objetivo principal a reabilitação ou ressocialização do indivíduo, mas sim a produção de corpos dóceis e disciplinados, além da manutenção do poder e do controle sobre a população.

Para Foucault (1999), o sistema prisional é parte de uma estratégia mais ampla de controle social, que inclui outras instituições disciplinares, como a escola, o hospital e o exército. O autor argumenta que essas instituições funcionam como dispositivos de poder que moldam e regulam a conduta humana, impondo padrões de comportamento e moldando as subjetividades.

No caso específico do sistema prisional, Foucault (1999) destaca que ele se baseia em uma lógica punitiva que busca punir o indivíduo que cometeu um crime, em vez de oferecer uma oportunidade para que ele se reabilite e se reintegre à sociedade. Segundo o autor, o sistema prisional é um mecanismo de exclusão e de controle que reproduz as desigualdades sociais, mantendo as pessoas em situações de vulnerabilidade e privando-as de seus direitos.

Foucault (1999) também destaca a importância do estudo das práticas cotidianas do sistema prisional, como a vigilância, o controle da alimentação, o uso da força e a disciplina do corpo, que são mecanismos utilizados para manter a ordem e o controle sobre os detentos. Ele enfatiza que essas práticas são fundamentais para a compreensão do funcionamento do sistema prisional e das relações de poder que nele se estabelecem.

Foucault (1999) destaca que o sistema prisional é um dispositivo de controle social, que atua sobre a população em geral, criando um clima de medo e insegurança. A ameaça da prisão e a ideia de que há indivíduos perigosos e marginais circulando pela sociedade contribuem para a manutenção da ordem e da disciplina social.

Para o autor, a prisão não é a solução para os problemas da criminalidade, mas sim um sintoma de uma sociedade que não sabe lidar com a diversidade e a diferença. Ele propõe uma reflexão crítica sobre o sistema prisional e a busca por alternativas que permitam uma convivência mais harmônica e respeitosa entre os indivíduos.

O sistema prisional brasileiro tem sua origem na época colonial, quando os presos eram mantidos em navios-prisão (prisiganga) ou em prisões militares. Este lugar passou a ser utilizado como um depósito para indivíduos que cometeram crimes graves, sendo submetidos a trabalho forçado como forma de punição. É relevante ressaltar que esses prisioneiros não foram condenados à prisiganga, mas sim enviados lá para realizar tarefas árduas ou sofrer castigos físicos. Esse navio-prisão pode ser comparado aos navios negreiros, já que as condições eram semelhantes: indivíduos de pele escura viviam em condições precárias, acorrentados e amontoados, além de serem sujeitos a punições severas, incluindo até mesmo 300 chibatadas (Maia *et al.*, 2017).

Por ser um local temporário, não havia leis que regessem este navio-prisão, o que possivelmente levou o responsável, Marcelino de Souza Mafra, a adotar uma postura autoritária em relação aos detentos. Em um episódio de violência na prisiganga, Mafra foi denunciado por sua tirania, mas no julgamento não recebeu punição, sendo até elogiado por seu tempo de serviço e por manter o navio-prisão em ordem. As autoridades justificaram suas ações, argumentando que os detentos representavam um fardo tanto para a sociedade quanto para a Marinha. Assim, Mafra continuou em seu cargo, utilizando os mesmos métodos até a desativação do navio-prisão (Maia *et al.*, 2017).

Outro local também usado como prisão, foi a ilha de Fernando de Noronha. A ilha é descrita como um local cheio de contradições. Por um lado, encantava os visitantes com sua beleza deslumbrante, enquanto, por outro, representava horror e desumanidade para aqueles que estavam aprisionados lá. Não se sabe ao certo quando a ilha começou a ser usada como prisão, mas parece que isso remonta ao século XVIII. No período colonial, a ilha foi ocupada por franceses e holandeses, devido a sua estratégica localização e as invasões estrangeiras, a Coroa emitiu uma carta régia em maio de 1737, ordenando a cultura e fortificação da ilha. Com o início das obras de fortificação em 1741, há relatos que começaram a chegar os primeiros sentenciados militares (Maia *et al.*, 2017).

Ali não havia uma prisão construída, apenas a própria ilha servia como tal, com o mar como suas paredes. Na ilha viviam paisanos, detentos, viradeiros e militares, cada um levando uma vida aparentemente normal, com alguns até se casando e formando famílias. No entanto, não se pode idealizar esse lugar como um paraíso, pois, apesar do aparente conformismo de alguns detentos, frequentemente ocorriam brigas e discussões entre os moradores. Alguns arriscaram fugir, mesmo sabendo que isso poderia resultar em morte, enquanto outros optaram por tirar suas próprias vidas ali mesmo (Maia *et al.*, 2017).

Seguindo na época colonial, segundo Eduardo Araújo (Maia *et al.*, 2017), no final do século XVII, o sistema prisional brasileiro consistia em três categorias de prisões: a Cadeia Pública, a Cadeia do Tribunal da Relação e o Calabouço, este último reservado para escravos. Essas instalações estavam constantemente superlotadas e caracterizadas pela falta de condições adequadas e pela propagação de doenças devido à higiene precária. Os detentos pareciam exaustos e desnutridos, vestindo-se mal e sendo comparados a zumbis. Além disso, os carcereiros também sofriam com o descaso das autoridades, especialmente em relação aos atrasos em seus pagamentos, pois muitos tinham que buscar outros meios de subsistência devido às condições financeiras precárias.

A situação dessas prisões se deteriorou ainda mais com a chegada da Corte Real em 1808. Muitas casas tiveram que ser desocupadas para acomodar a comitiva portuguesa, incluindo as prisões. Os presos foram transferidos para o Aljube, um antigo espaço pertencente à Igreja, onde as condições eram extremamente precárias e degradantes. A superlotação e a falta de higiene resultaram na propagação de doenças, levando à morte de muitos detentos. Diante desse cenário de horror e caos, a solução encontrada foi oferecer conforto espiritual aos detentos por meio da realização de missas (Maia *et al.*, 2017).

Como já visto, os presos no período colonial viviam em condições sub-humanas, eles eram mantidos em celas escuras, úmidas e insalubres, com pouca ou nenhuma ventilação, higiene ou iluminação, muitas vezes em espaços improvisados em delegacias ou em outras instalações públicas. Eles ficavam presos em condições de extrema violência e castigo, sujeitos a torturas e humilhações físicas e psicológicas. As condições de vida eram extremamente precárias, com falta de higiene, de alimentação adequada e de cuidados médicos.

As prisões eram administradas pelos juízes locais, que tinham autoridade para prender e julgar os acusados. O sistema prisional colonial era, portanto, extremamente arbitrário e injusto, com muitos presos sendo detidos sem julgamento ou por acusações falsas. Além disso, o sistema prisional colonial não tinha nenhum tipo de política de ressocialização ou reabilitação dos presos. A pena era vista apenas como uma forma de punir o criminoso e de manter a ordem social e política (Maia *et al.*, 2009).

Os presos eram obrigados a trabalhar para pagar a sua estadia na prisão, sendo explorados em trabalhos forçados, como a extração de ouro e diamantes nas minas ou a construção de obras públicas. Para mais, o sistema prisional colonial era extremamente seletivo. A prisão era reservada principalmente para os pobres, negros e escravos, enquanto os ricos eram punidos de forma mais branda, constantemente pagando multas ou sendo exilados (Maia *et al.*, 2009).

Não havia um código penal unificado na época colonial, e as leis eram baseadas principalmente nas ordenações portuguesas e nas leis locais, que variavam de acordo com a região e com a situação política do momento. Foi somente com a Proclamação da República, em 1889, que surgiu uma legislação específica para o sistema prisional, com a criação do Código Penal e do Código de Processo Penal (Maia *et al.*, 2009).

O primeiro modelo de prisão criado nesse período foi a Casa de Correção (1889 – 1930), que tinha como objetivo a correção dos presos por meio do trabalho, da disciplina

e da religião. No entanto, esse modelo foi abandonado, devido às condições precárias e à falta de recursos para implementá-lo (Maia *et al.*, 2009).

A Casa de Correção do Rio de Janeiro, também denominada Casa de Correção da Corte, foi criada pelo decreto n. 678, de 6 de julho de 1850, tendo sido destinada à execução da pena de prisão com trabalho no próprio estabelecimento. No último regulamento do período imperial, foi então adotado o sistema penitenciário auburniano²², que prescrevia o isolamento celular durante a noite e o trabalho coletivo durante o dia sob o regime de rigoroso silêncio (Brasil, 1883).

No período republicano, a Casa de Correção teve sua competência alterada pelo regulamento aprovado pelo decreto n. 3.647, de 23 de abril de 1900, que definiu como sua competência a execução da pena de prisão celular enquanto não fossem criadas no país instituições prisionais conforme o sistema penitenciário prescrito pelo Código Penal de 1890 (Brasil, 2018).

Em 15 de novembro de 1889, após a ação dos militares comandados por Deodoro da Fonseca, a monarquia é derrubada e o Brasil se torna uma República, contudo, no que tange ao sistema prisional brasileiro, por mais que houvesse avanços legais, as cadeias brasileiras continuaram a ser um depósito de pessoas.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), muitos presos políticos foram detidos nas instituições prisionais. No entanto, parte da historiografia comete um equívoco ao afirmar que a coexistência entre diferentes tipos de presos começou apenas em novembro de 1935, durante a repressão à "Intentona Comunista". Essa interpretação negligencia o fato de que desde a Revolução de 1930 e diversos conflitos armados subsequentes, as prisões foram constantemente ocupadas por opositores do regime vigente. Além disso, é evidente que a repressão política estava presente desde os primeiros anos da República brasileira (Britto, 2022).

Nas palavras de Graciliano Ramos (2011) é possível ter uma noção do que foi o cárcere durante o governo Vargas:

DE MANHÃ, no curral de arame, achei-me capaz de fixar a atenção, coisa que ainda não conseguira fazer. As minhas observações tinham sido fragmentárias e dispersas, as relações escapavam-me, havia sulcos na memória, fatos de pequena importância avultavam demais. Agora diminuía a perturbação. Tinha febre e uma tossezinha renitente me aperreava, mas as tremuras da noite já não me sacudiam. Aquecendo-me ao sol, apoiado a uma estaca da cerca, distingi várias pessoas conhecidas: Aristóteles Moura; o português que no Pavilhão dos

²² Em 1820, um novo sistema prisional surgiu nos Estados Unidos, conhecido como Sistema Auburn ou Sistema de Nova Iorque. Este sistema apresentava certa semelhança com o sistema da Filadélfia, que envolvia reclusão e isolamento absoluto, mas com uma diferença significativa: no Sistema Auburn, a reclusão era aplicada apenas durante a noite. Durante o dia, as refeições e o trabalho eram realizados em grupo, porém sob uma estrita regra de silêncio, proibindo os presos de se comunicarem ou mesmo trocarem olhares, enquanto a vigilância era rigorosa (Santis; Engbruch; D'elia, 2012).

Primários cantava como galo; França, o padeirinho tuberculoso de riso franzido; Van der Linden, Mário Paiva, Manuel Leal, meus companheiros no porão do Manaus. Quando as turmas saíram para o trabalho e a gente inválida se recolheu, distraí-me a reparar na gaiola enorme. Da porta lateral do fundo corria uma linha de camas de ferro, juntas, as cabeceiras encostadas à parede; nenhum espaço entre elas; faziam ginástica para ocupá-las, galgando as extremidades. Ausência de colchões. Os forros eram esteiras presas com barbantes. Precaução indispensável: se as deixassem soltas, desapareceriam. Esse exagero de cautela e as roupas vestidas pelo avesso não nos permitiam esquecer o meio onde nos achávamos. Era preciso vigiarmos sem descanso os nossos objetos; não me separava da valise. No muro oposto havia uma espécie de lavatório. Sempre as torneiras abertas, rumor contínuo de líquido nas pias, tilintar de canecos, chiar de escovas, lavagem de cuecas e lenços, a higiene precária dos tipos que voltavam das latrinas. Na água morna vinha areia, mas não tínhamos outra para beber.

A direita, perto da entrada, alojavam-se as criaturas mais doentes. Em cima de uma tábua um preto novo gemia grosso e arquejava, pedindo uma injeção de morfina. Perto da grade que dava para o curral um homem pálido e magro se consumia despejando hemoptises em duas bandas de lençol presas entre as coxas. Esses pedaços de pano agitavam-se como asas feridas; a criatura exangue suave, fechava os olhos e abria a boca, sem fôlego; a esteira da cama estava coberta de manchas vermelhas.

Atentando bem, reconheci o Neves, um sujeito visto meses atrás no Pavilhão dos Primários, cheio de mágoas recalçadas. Parecia um dos indivíduos postos à margem, sem que se perceba claramente a razão disto. [...] Neves, pelos modos, era uma dessas criaturas ressentidas. No Pavilhão vivia à parte. E agora se desfazia, derramava os pulmões nos dois pedaços de lençol, na esteira amarrada a barbante. Nenhuma queixa. O suor corria nos sulcos da pele cor de enxofre, os bugalhos sumiam-se nas órbitas profundas e a caveira estava tão visível como se se expusesse num ossuário. A resignação entrevista meses atrás na fila da comida, à porta de um cubículo. Resignação ou indiferença. Dentro em pouco o Neves iria enterrar-se ao pé de um morro, a família o procuraria em vão — ninguém se lembraria da existência dele.

Van der Linden e Mário Paiva também cuspiam sangue. No porão do Manaus tinham perfeita saúde. Mário Paiva me bebera meia garrafa de aguardente e me chateara em demasia: — ‘Lobato tinha uma flauta. A flauta era do Lobato.’ Pobre do Van der Linden. Já nesse tempo se isolava, cercado por antipatias contagiosas, vagas censuras encobertas. A velha blusa de mangas curtas exibia os braços finos, as costelas, o peito débil. Outro passageiro do Manaus, o chauffeur Domício Fernandes, estava nas últimas: perdera a fala e certamente não regressaria ao nordeste. No fim do galpão, sobre enormes tábuas, arrumavam-se muitas pessoas. Devia ser ali, distante dos guardas, que se faziam as reuniões clandestinas de que recebi notícia pouco depois. O exame do ambiente desviou-me as ideias negras, a certeza da morte próxima. Via antigos companheiros finarem-se e apegava-me a insensatas esperanças: não me achava como eles. As misérias patentes — gemidos, queixas, vozes dúbias, escarros vermelhos, dispnéia — livravam-nos dos perigos incertos que em vão queríamos figurar. — ‘Vêm morrer.’

Experimentamos um choque. O pior é não saber a gente como vai morrer. Ali no canto da sala enorme, à direita, os nossos receios se

limitavam: desapareceríamos daquele jeito, iguais ao Neves, a Domício Fernandes, ao negro ansioso que pedia uma injeção de morfina. Essa perspectiva de nenhum modo era desagradável; tínhamos imaginado torturas, a chama do maçarico devastando carnes, e o consumo lento, a inanição, quase nos surgia como favor (Ramos, 2011, p.303-304).

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), o sistema prisional foi utilizado como instrumento de repressão política, com a prisão e tortura de opositores do regime. O governo militar promoveu uma política de encarceramento em massa, com o objetivo de controlar a população e reprimir as vozes dissidentes. As prisões foram superlotadas, com condições de vida precárias, tortura e violência generalizada (Instituto Vladimir Herzog, 2023).

O governo militar utilizou a prisão como forma de punição e silenciamento dos opositores políticos. Muitos presos políticos foram torturados e assassinados dentro das prisões, em uma política conhecida como terrorismo de Estado. O sistema prisional brasileiro também foi utilizado como forma de disseminar o medo e a intimidação entre a população. As prisões foram transformadas em locais de terror, onde os presos eram submetidos a condições desumanas e constantes violações dos direitos humanos (Cancelli, 1993).

Ao longo da ditadura, o sistema prisional brasileiro deixou de ser um instrumento de ressocialização e passou a ser uma ferramenta de opressão e violência. A luta contra a repressão política e pela defesa dos direitos humanos nas prisões se tornou uma das principais bandeiras dos movimentos sociais e de direitos humanos no Brasil (Instituto Vladimir Herzog, 2023).

Durante a ditadura militar (1964-1985), o sistema penitenciário foi completamente envolvido pela política de segurança nacional. Adotando como diretrizes a contenção da oposição política e da criminalidade a qualquer custo e o encarceramento arbitrário de suspeitos e perseguidos, essa política contribuiu para a superlotação das cadeias públicas e presídios. Nesse contexto, arbitrariedades, tortura e maus-tratos aos criminosos comuns, há décadas vigentes nas prisões brasileiras (Salla & Alvarez, 2006), parecem ter se expandido (Adorno; Salla, 2007, p. 18).

Ainda segundo Adorno e Salla (2007), o retorno ao regime democrático a partir da segunda metade dos anos 1980 não produziu mudanças substanciais nesse cenário, apesar das reformas institucionais que foram gradualmente implementadas. Por um longo período, persistiram práticas como detenções sem mandado judicial, a atividade clandestina alarmante de grupos paramilitares, e altos índices de impunidade em casos graves de violações dos direitos humanos, inclusive aqueles diretamente ligados ao

Estado, como o uso rotineiro de tortura como método de investigação em delegacias e distritos policiais. Houve também arbitrariedade na aplicação das normas regimentais, incluindo o uso de celas de segurança máxima para controlar e reprimir os detentos, além de abusos frequentes contra os presos. Além disso, a falta de proteção aos direitos garantidos por convenções internacionais, como o direito ao trabalho, à educação, ao tratamento digno, à assistência jurídica e social, evidenciou, nos dez anos seguintes à restauração do estado de direito (1985-1995), o colapso do sistema prisional.

Desde a democratização do país, as políticas penitenciárias têm estado em meio a uma dinâmica contraditória: por um lado, persistem as práticas autoritárias e violentas, a gestão opaca, e a falta de controle efetivo sobre a administração prisional; por outro lado, a exigência do estado de direito impõe a necessidade de adaptação das agências e dos agentes às normas democráticas. As políticas de humanização das prisões no Rio de Janeiro e São Paulo, nos anos 1980, durante os governos de Leonel Brizola e Franco Montoro, foram marcos iniciais nesse sentido. Ao longo do tempo, observaram-se avanços modestos, porém significativos, em relação aos direitos dos detentos, à transparência na administração prisional, e ao controle da corrupção e da arbitrariedade por parte dos agentes públicos na aplicação das regras e regulamentos. Essa tendência continuou na década seguinte, com a criação de Secretarias de Administração Penitenciária independentes das Secretarias de Segurança Pública ou de Justiça, bem como a instituição de ouvidorias, acompanhadas pela expansão da oferta de vagas como medida para mitigar os efeitos da superlotação carcerária (Adorno; Salla, 2007).

Um grande marco dos anos 1980 foi a criação do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Instituído pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal, o órgão é subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e atua como a entidade executiva da Política Penitenciária Nacional. O Depen desempenha funções que incluem fornecer apoio técnico e financeiro para que as Unidades Federativas administrem seus sistemas penitenciários estaduais e distrital, apoiar a construção e reforma de unidades prisionais, colaborar com ações educacionais para os servidores do sistema penitenciário brasileiro, fiscalizar e inspecionar estabelecimentos e políticas penais, além de outras atribuições previstas em lei. O Depen também estende seu apoio a outros países (Brasil, 2022).

Adicionalmente, o Depen é responsável pela custódia dos criminosos mais perigosos do Brasil em cinco penitenciárias federais do Sistema Penitenciário Federal,

localizadas em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO), Mossoró (RN) e Brasília (DF) (Brasil, 2022).

Os anos 90 foram marcados por importantes transformações no sistema prisional brasileiro. A década foi caracterizada pela implementação de políticas de segurança pública mais rigorosas, com o objetivo de combater o crime e a violência. Uma das principais mudanças foi a ampliação do sistema de penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, a suspensão condicional do processo e a prisão domiciliar. Essas medidas tinham como objetivo reduzir a superlotação das prisões e oferecer alternativas ao encarceramento, o que não aconteceu, pois com a criação da Lei dos Crimes Hediondos²³ o resultado foi o aumento da população carcerária, devido ao aumento da duração das penas de prisão e à restrição da possibilidade de progressão de regime. Leis subseqüentes, como as de números 8.930/94, 9.677/98 e 9.695/98, expandiram as definições de crimes considerados hediondos (Adorno; Salla, 2007). O massacre na Casa de Detenção do Carandiru em São Paulo, no ano de 1992, também marcou esse período. 111 presos foram mortos pela polícia militar do Estado, resultando na criação da maior facção criminosa do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) (Nascimento, 2022; Souza, 2012; Wolffenbüttel; Alcântara, 2005).

Apesar das mudanças, o sistema prisional brasileiro ainda enfrentava muitos desafios, como a superlotação, a falta de investimento em programas de ressocialização e a violação dos direitos humanos dos presos. As prisões continuavam a ser locais de violência, corrupção e impunidade.

Dessa forma, nos anos 90, o sistema prisional brasileiro enfrentou uma série de problemas e desafios. Uma das principais questões foi o aumento da população carcerária, conforme veremos abaixo, que cresceu significativamente na década de 90 devido ao aumento da criminalidade e à política de encarceramento em massa adotada pelo governo (Adorno; Salla, 2007).

Com o aumento da população carcerária e uma conseqüente superlotação ainda maior das prisões, resultou num agravamento das condições de vida dos presos, acentuando os problemas de saúde, higiene e segurança dentro das unidades prisionais. O sistema prisional também enfrentou problemas de corrupção, violência e falta de estrutura e investimento adequados (Nascimento, 2022).

²³ Lei que foi criada diante da crescente preocupação da opinião pública devido a frequente ocorrência de crimes violentos, especialmente casos de sequestros seguidos de morte das vítimas, em diversas regiões do país (Adorno; Salla, 2007).

De acordo com Nascimento (2022), à medida que o número de detentos nas prisões aumenta de forma significativa ao longo dos anos, era apenas uma questão de tempo até que facções criminosas surgissem dentro do próprio sistema carcerário. Embora não haja um levantamento oficial, estima-se que o Brasil abrigue 70 ou mais facções criminosas, operando tanto dentro quanto fora das penitenciárias.

A maior facção do país é o PCC, originada em São Paulo após o massacre do Carandiru. Estima-se que o grupo tenha mais de 30 mil membros em território nacional e internacional. Seu foco principal é o tráfico de drogas, armas e cigarros. Investigação da polícia federal revelou que o PCC tem um faturamento anual mínimo de R\$ 400 milhões (Nascimento, 2022).

Em segundo lugar está o Comando Vermelho (CV), cujas origens remontam aos tempos da ditadura, quando presos comuns e políticos compartilhavam as mesmas celas. Originário no Rio de Janeiro, expandiu-se rapidamente por todo o país. Sua atuação concentra-se, assim como o PCC, no tráfico de drogas, armas e cigarros, sendo Luis Fernando da Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar, apontado, pela justiça, como o seu principal líder (Nascimento, 2022).

A terceira maior organização criminosa, originária da região norte do país, é a Família do Norte (FDN), estabelecida no estado do Amazonas em 2006 por Gelson Lima Carnaúba, conhecido como Gê, e José Roberto Barbosa, conhecido como Zé Roberto da Compensa, após saírem de um presídio federal. A FDN, assim como as demais facções supracitadas, também está envolvida no tráfico de drogas, especialmente de cocaína, e usa os rios da região de Manaus para facilitar o transporte das drogas (Nascimento, 2022).

Dada a quantidade de facções no Brasil, e as condições precárias das cadeias no país, é inevitável que ocorram conflitos entre elas dentro e fora do sistema prisional, o que faz aumentar ainda mais a insegurança e instabilidade dentro e fora do sistema carcerário brasileiro, como nos mostra os massacres que ocorreram no Complexo Anísio Jobim em Manaus no ano de 2017 e o massacre em Altamira em 2019. No primeiro massacre 56 detentos foram mortos e pelo menos 200 presos fugiram. Já o segundo massacre resultou em 58 presos mortos, sendo considerado o maior massacre em presídios desde o Carandiru (Nascimento, 2022). Esses são apenas dois, dos diversos massacres e rebeliões que ocorreram nas prisões brasileiras envolvendo facções.

Durante a década de 90, houve uma maior conscientização da sociedade e dos órgãos públicos sobre a necessidade de respeitar os direitos humanos dos presos e de promover políticas de ressocialização mais efetivas. Essa preocupação levou à criação de

diversas iniciativas para melhorar as condições de vida dos presos, como a construção de novas unidades prisionais, a ampliação de programas de educação e trabalho e a implementação de medidas para combater a violência e a corrupção (Adorno; Salla, 2007).

Ainda na década de 90, surgiram movimentos de defesa dos direitos humanos nas prisões, que lutavam pela melhoria das condições de vida dos presos e pela garantia de seus direitos fundamentais. Esses movimentos foram fundamentais para a promoção de mudanças no sistema prisional brasileiro e para a conscientização da sociedade sobre a importância da ressocialização dos presos (Adorno; Salla, 2007).

Apesar desses esforços, o sistema prisional brasileiro nos anos 90 continuou a enfrentar sérios problemas e desafios. A superlotação, a falta de estrutura e a violência dentro das prisões continuaram a ser problemas crônicos, e a questão da ressocialização dos presos ainda era uma preocupação constante.

Nos anos 2000, o sistema prisional brasileiro continuou enfrentando grandes desafios, mas também foram implementadas algumas iniciativas importantes para tentar melhorar a situação. Uma das iniciativas foi a efetuação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), que teve como objetivo integrar e coordenar as ações dos órgãos de segurança pública em todo o país. O PNSP também previu a construção de novas unidades prisionais, com a finalidade de reduzir a superlotação das prisões e melhorar as condições de vida dos presos (Silveira, 2002). Outra importante mudança foi no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), por mais que tenha sido criado no ano de 1994, foi somente “iniciado em 2016, por força de alteração legislativa na Lei Complementar n.º 79, de 7 de janeiro de 1994” (Brasil, 2024a). Essa lei que instituiu o Funpen, tem como objetivo financiar a construção de novas unidades prisionais, além de investir em programas de ressocialização e capacitação profissional dos presos (Brasil, 2024a).

No ano de 2018 foi criado o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que reorganizou as instituições de segurança pública no país, incluindo as prisões. O SUSP foi criado com o objetivo de integrar as diferentes instituições envolvidas na segurança pública, como a polícia, as prisões, o Ministério Público e o Poder Judiciário, e melhorar a coordenação e efetividade dessas instituições (Brasil, s.d.).

Houve também a criação da Lei de Execução Penal (LEP) em 1984, mas que passou por diversas alterações nos anos 2000. A LEP estabelece as regras para a execução das penas privativas de liberdade, incluindo a garantia de direitos dos presos, a progressão de regime, a remição de pena e a ressocialização (Brasil, 1984).

Apesar dessas iniciativas, o sistema prisional brasileiro continuou enfrentando grandes desafios, como a superlotação, a violência, a corrupção e a falta de investimentos em programas de ressocialização. Em alguns Estados, a situação chegou a níveis de crise, com rebeliões e fugas frequentes.

Como já citado, no início dos anos 2000, houve um aumento significativo no número de presos e presas no Brasil, resultado de uma política de encarceramento em massa adotada por alguns Estados. É importante visualizarmos esse crescimento. A figura abaixo, assim como os gráficos, nos mostra o crescimento da população carcerária no país e como a política de encarceramento em massa, sobretudo a Lei de Crimes Hediondos, contribuiu para esse aumento.

Figura 1: População prisional brasileira durante os anos 1969 – 2006

Tabela 1 – População encarcerada e taxa por 100 mil habitantes – Brasil, 1969-2006

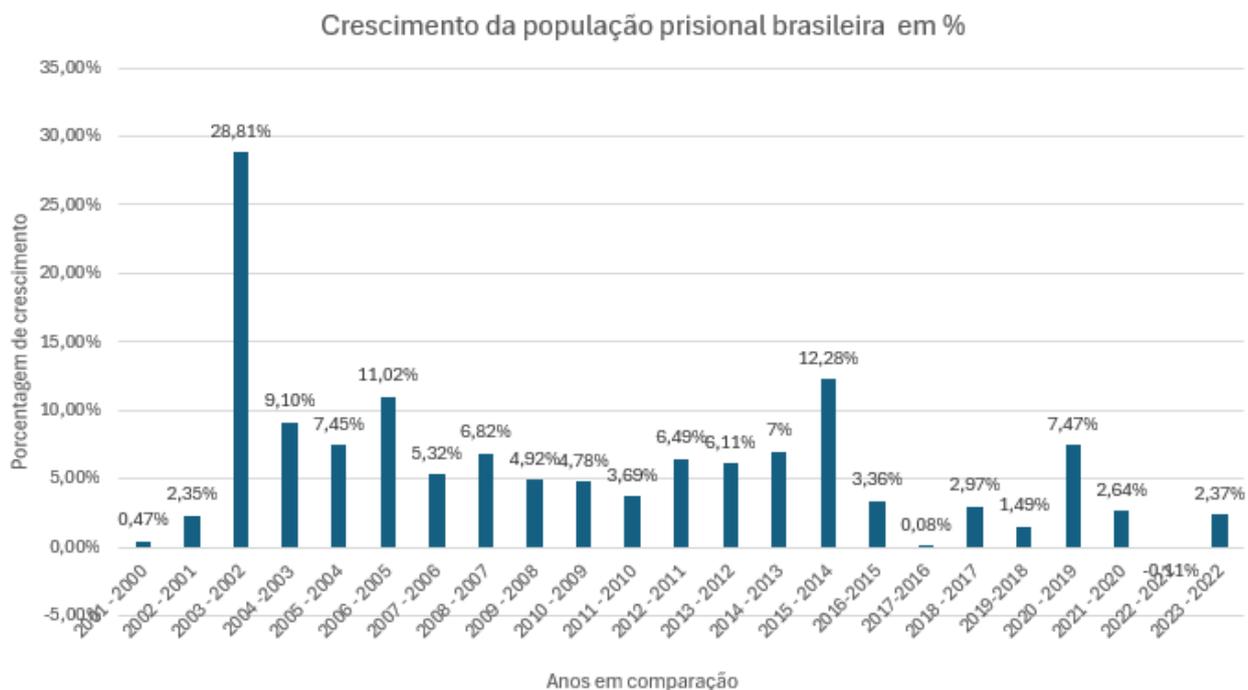
Anos	Presos	Taxa (100 mil)
1969	28.538	30
1988	88.041	65,2
1993	126.152	83,2
1995	148.760	95,4
1997	170.207	108,6
2000	211.953	134,9
2002	248.685	146,5
2003	308.304	181,5
2004	336.358	185,2
2005	361.402	196,2
2006	401.236	214,8

Fonte: Ministério da Justiça e IBGE, para 1969.

Fonte: Adorno; Salla (p.21, 2007).

Gráfico 1: População prisional brasileira durante os anos 2000 - 2023²⁴

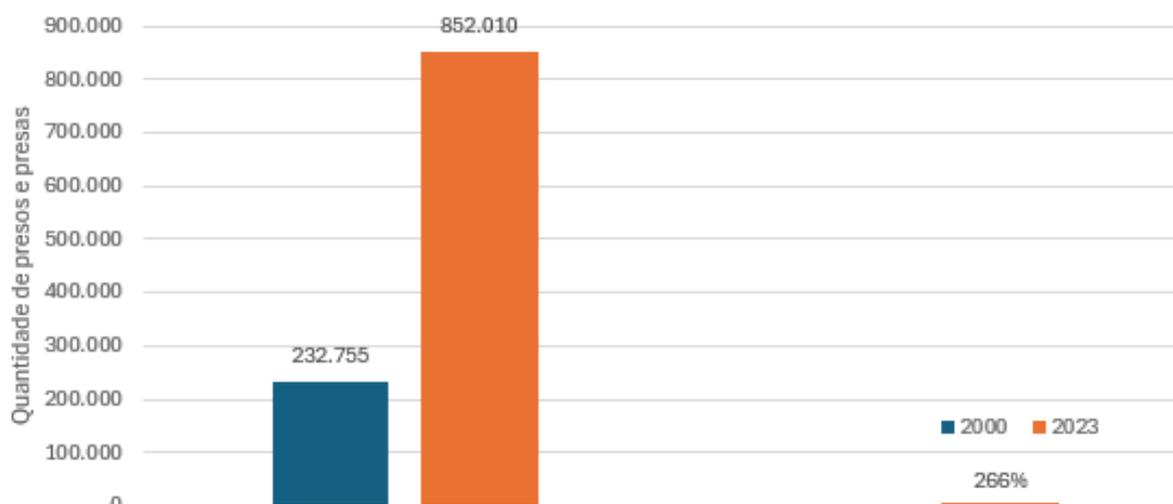
Fonte: Brasil, 2024c

Gráfico 2: Crescimento da população prisional brasileira durante os anos 2000 – 2023 em porcentagem

Fonte: Brasil, 2024c

²⁴ É importante ressaltar que os dados do ano de 2002 se refere ao mês de junho. Todos os demais anos os dados são referentes aos meses de dezembro.

Gráfico 3: Crescimento da população prisional brasileira entre os anos 2000 e 2023
Crescimento população prisional brasileira entre os anos 2000 e 2023



Fonte: Brasil, 2024c

Analisando a figura 1, é possível perceber o grande aumento da população prisional em nosso país, isto é, 1306% em 37 anos. Esse aumento ocorreu numa escala maior durante os anos 1990 e início dos anos 2000, frutos da política de encarceramento que ocorreu no Brasil nesse período. O gráfico 1 nos traz o crescimento dessa população entre os anos 2000 e 2023²⁵, já o gráfico 2, mostra esse mesmo crescimento, porém anual, sempre tendo o ano anterior como referência. Durante os últimos 24 anos houve um crescimento populacional prisional de 266%, como nos mostra o gráfico 3. Dessa forma, não se pode dizer que o Brasil é o país da impunidade, pois a cada ano há um aumento considerável de pessoas presas no país, sendo que, segundo o Conselho Nacional de Justiça²⁶, no ano de 2010, o Brasil possuía a terceira maior população carcerária do mundo, continuando, até os dias atuais, nessa mesma posição.

Diante desses desafios, surgiram diversas iniciativas da sociedade civil, organizações não governamentais e acadêmicos para tentar buscar soluções para o sistema

²⁵ Os dados do ano de 2023 são os mais atualizados, compõem o 15º Ciclo Sisdepen, referente ao 2º semestre do ano de 2023.

²⁶ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>. Acesso em 8 de março de 2024.

prisional brasileiro. Alguns desses esforços incluem o investimento em programas de ressocialização e a promoção de alternativas ao encarceramento, como as penas alternativas e a justiça restaurativa (Fidalgo, Fernando; Fidalgo, Nara, 2017).

Atualmente, o sistema prisional brasileiro é marcado pela falta de investimento em políticas de ressocialização e pela violação dos direitos humanos dos presos. A superlotação é um dos principais problemas enfrentados pelo sistema (Brasil, 2024d). Muitas prisões estão com sua capacidade de lotação excedida, o que contribui para a falta de higiene, a disseminação de doenças entre os presos, ademais, a violência é outro problema grave enfrentado pelo sistema prisional brasileiro.

A violência entre os presos é comum, e muitos são mortos ou sofrem agressões dentro das prisões. Nesse sentido, a violação dos direitos humanos das pessoas encarceradas é um problema que persiste no sistema prisional brasileiro. Há relatos de condições precárias de vida, de maus-tratos, torturas e de abusos por parte dos policiais penais. Poucos recursos são destinados à educação, ao trabalho e à capacitação profissional dos presos, tudo isso contribui para a perpetuação do ciclo de violência e criminalidade, tornando difícil a reintegração dos detentos à sociedade após o cumprimento da pena. Dessa forma, o sistema prisional brasileiro precisa de uma reforma profunda para que possa cumprir o seu papel de reabilitação do preso e respeito aos direitos humanos, em vez de se tornar um espaço de exclusão e violação de direitos (Fidalgo, Fernando; Fidalgo, Nara, 2017).

De acordo com o Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) o sistema prisional brasileiro tinha, em dezembro de 2023, 650.822 presos e presas em celas físicas e 201.188 em prisão domiciliar, totalizando 852.010 pessoas em cumprimento de pena. A capacidade de vagas total das unidades prisionais era de apenas 488.035 vagas, possuindo um déficit de 156.281 vagas. Segundo esses dados, o Brasil tem 419,6 encarcerados a cada 100 mil habitantes (Brasil, 2024d).

Além disso, o Brasil é o terceiro país com a maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) a maior parte da população em cumprimento de pena é formada por homens (93,78%) e a maioria é negra ou parda (472.850)²⁷. Em relação à faixa etária, a maior parte das pessoas cumprindo pena possuem entre 18 e 45 anos, dentre os dados informados²⁸, sendo que 302.705 possuem idade entre

²⁷ 39.020 presos e presas não tiveram sua cor de pele e/ou etnia revelada.

²⁸ 15.983 presos e presas não tiveram sua idade disponibilizada.

18 e 29 anos, enquanto 344.776 possuem idade entre 30 e 45 anos. No que se refere ao grau de instrução, 17.696 apenados são analfabetos (as); 30.187 são alfabetizados (as) sem cursos regulares; 328.103 possuem o ensino fundamental incompleto; 79.066 têm o ensino fundamental completo; 123.817 começaram a cursar o ensino médio, porém não concluíram; 90.425 já concluíram o ensino médio; 10.285 iniciaram, porém, não concluíram o ensino superior; 6.332 já concluíram o ensino superior e 610 estão acima do ensino superior completo. 55.440 apenados não tiveram os dados da sua escolaridade informados (Brasil, 2024d).

Outro dado importante é a quantidade de pessoas em cumprimento de pena por tempo total de penas. Até 6 meses de pena eram 30.888 pessoas; mais de 6 meses até 1 ano de pena eram 3.351; 1 a 2 anos de pena somavam 7.160 pessoas; mais de 2 anos até 4 anos de pena somavam 21.559 indivíduos; mais de 4 anos até 8 anos de pena eram 84.725 apenados; mais de 8 anos até 15 anos de pena eram 88.378 pessoas; mais de 15 até 20 anos de pena somavam 40.758 apenados; mais de 20 até 30 anos de pena eram 35.865 pessoas; mais de 30 até 50 anos de pena eram 18.423 indivíduos; mais de 50 anos até 100 anos de pena somavam 6.199 pessoas e mais de 100 anos de pena 1.701 apenados. 74.661 pessoas em cumprimento de pena não tiveram esses dados informados (Brasil, 2024d).

No que se refere a quantidade de incidência por tipo penal, 123.520 pessoas em cumprimento de pena cometeram crimes contra a pessoa²⁹; 303.984 cometeram crimes contra o patrimônio³⁰; 47.667 cometeram crimes contra a dignidade sexual³¹; 18.904 cometeram crime contra a paz e a fé pública³² e 2.509 cometeram crimes contra a Administração Pública³³ (Brasil, 2024d).

²⁹ Os crimes contra a pessoa são: homicídio simples, homicídio culposo, homicídio qualificado, aborto, lesão corporal, violência doméstica, sequestro e cárcere privado e outros crimes que se encontram entre os artigos 122 e 154-A do Código Penal.

³⁰ Os crimes contra o patrimônio são: furto simples, furto qualificado, roubo simples, roubo qualificado, latrocínio, extorsão, extorsão mediante sequestro, apropriação indébita, apropriação indébita previdenciária, estelionato, receptação, receptação qualificada e outros crimes que se encontram entre os artigos 156 e 179 do Código Penal.

³¹ Os crimes contra a dignidade sexual são: estupro, atentado violento ao pudor, estupro de vulnerável, corrupção de menores, tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual, tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual e outros crimes que se encontram entre os artigos 215 e 230 do Código Penal.

³² Os crimes contra a paz e a fé pública são: quadrilha ou bando, moeda falsa, falsificação (Artigos 293 a 297), falsidade ideológica e uso de documento falso.

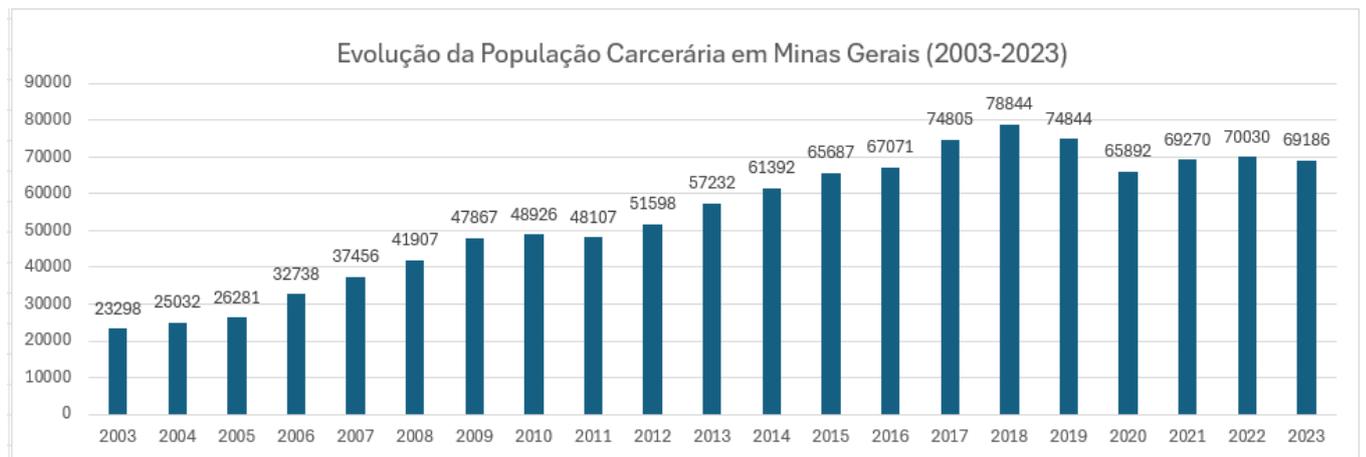
³³ Os crimes contra a Administração Pública são: peculato, concussão e excesso de exação, corrupção passiva, corrupção ativa e contrabando ou descaminho.

Em relação ao grupo de legislação específica, 221.858 cometeram crimes relacionados a drogas (tráfico, associação ao tráfico e tráfico internacional de drogas). No que tange ao Estatuto do Desarmamento, 38.972 cometeram algum crime, seja relacionado ao porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, disparo de arma de fogo, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo. Acerca dos crimes de trânsito (homicídio culposo na condução de veículo automotor ou outro crime que se encontram entre os artigos 303 e 312) 4.461 pessoas se encontravam em cumprimento de pena (Brasil, 2024d).

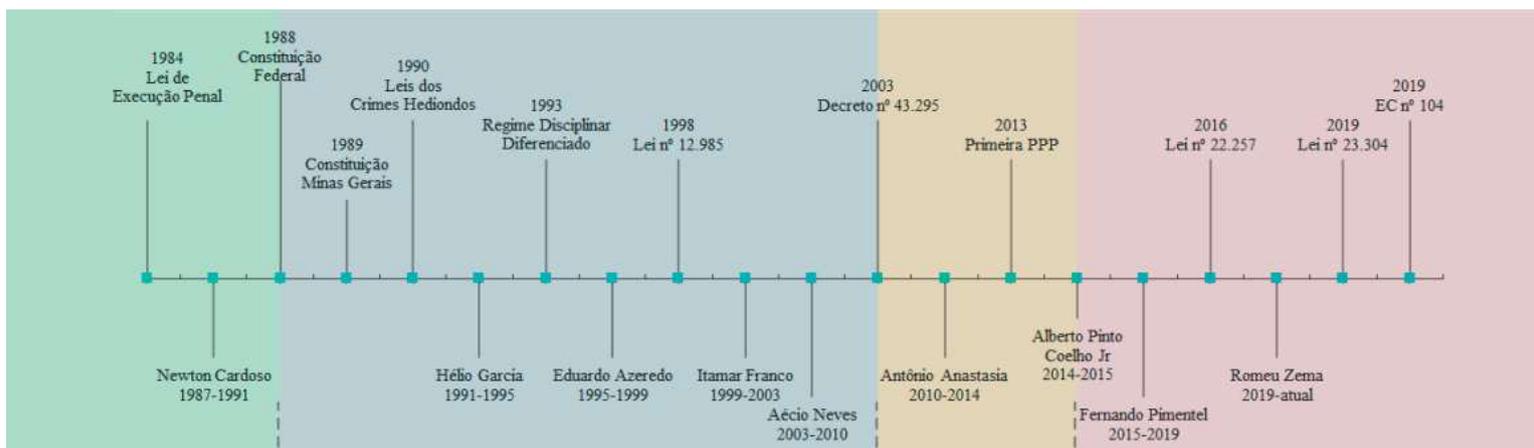
Nos crimes que se enquadram em uma legislação específica, 13.184 estavam relacionados ao estatuto da Criança e do Adolescente; 104 se referiam a genocídio; 725 pessoas cumpriam pena por crimes de tortura e 455 pessoas por cometerem crimes contra o meio ambiente (Brasil, 2024d).

Outro dado preocupante é o número de mortes dentro do sistema prisional. Segundo o SISDEPEN, no ano de 2023 foram registradas 3.091 mortes de pessoas cumprindo pena no sistema prisional brasileiro. Desse quantitativo, dentre os presos que estavam cumprindo pena em cela física (650.822 pessoas), 1.773 vieram a óbito, sendo 1.280 por motivo de saúde; 132 motivo criminal; 191 suicídios; 12 por causas acidentais e 158 por causas desconhecidas. Entre as pessoas que cumpriam pena em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico (100.755 pessoas), 943 morreram, sendo 141 por motivo de saúde; 332 por motivo criminal; 14 suicídios; 19 por causas acidentais e 437 por causas desconhecidas. Já entre os apenados que cumprem suas penas em prisão domiciliar sem monitoramento eletrônico (100.433 pessoas) houve 375 óbitos, desses, 25 por motivo de saúde; 239 por motivo criminal; 2 suicídios; 6 por causas acidentais e 103 por causas desconhecidas (Brasil, 2024d).

Como este estudo tem como foco os detentos de um presídio em Minas Gerais, é fundamental contextualizar o cenário do sistema prisional no Estado. Para isso, apresentamos um gráfico (Gráfico 4) que mostra a evolução carcerária de Minas Gerais entre 2003 e 2023, destacando as mudanças na população prisional ao longo desses anos. Além disso, incluímos uma linha do tempo (Figura 3) que ilustra a trajetória da política penitenciária em Minas Gerais, detalhando os governadores que ocuparam o cargo nesse período e os decretos e leis que sancionaram, os quais tiveram impacto significativo no sistema prisional do Estado. Esses dados fornecem uma base compreensiva para entender as condições e desafios enfrentados pelos detentos, enriquecendo a análise das suas vivências e experiências no cárcere.

Gráfico 4: Evolução da população carcerária em Minas Gerais (2003-2023)

Fonte: Brasil, 2024b

Figura 3: Trajetória da política penitenciária em Minas Gerais

Fonte: Cruz; Ramos; Coelho, 2021

A evolução do sistema prisional em Minas Gerais, marcada por legislações como a Lei nº 12.985³⁴, o Decreto 43.295³⁵, a primeira Parceria Público-Privada (PPP) de

³⁴ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/12985/1998/#:~:text=TRANSFERE%20A%20ADMINISTRA%C3%87%20DAS%20CADEIAS,JUSTI%C3%87A%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS>. Acesso em 12 de junho de 2024.

³⁵ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/43295/2003/?cons=1>. Acesso em 12 de junho de 2024.

2013³⁶, a Lei nº 22.257³⁷, a Lei nº 23.304³⁸ e a Emenda Constitucional (EC) 104³⁹, reflete uma tentativa contínua de enfrentar os desafios da superlotação carcerária e melhorar a administração penitenciária. No entanto, uma análise crítica dessas iniciativas revela um panorama complexo, onde os resultados em termos de redução do número de presos e ressocialização dos detentos são mistos.

A Lei nº 12.985 de 1998 e o Decreto 43.295 de 2003 estabeleceram bases importantes para a administração do sistema prisional em Minas Gerais. Apesar de promoverem a modernização e maior eficiência operacional, essas medidas não conseguiram, por si só, frear o crescimento da população carcerária. Na prática, o número de presos continuou a aumentar, refletindo tendências nacionais de endurecimento das políticas penais e o uso crescente do encarceramento como resposta ao crime (Brasil, 2024b).

A implementação da primeira PPP em 2013, com o Complexo Penitenciário Público-Privado de Ribeirão das Neves, foi saudada como uma inovação promissora. No entanto, críticas surgem quanto à real efetividade desse modelo. Embora tenha havido melhorias na infraestrutura e na oferta de serviços como saúde e educação, a PPP também enfrenta desafios significativos. A terceirização da gestão prisional levanta questões sobre a responsabilidade do Estado e a transparência no uso dos recursos públicos. Além disso, apesar das melhorias, a superlotação e as condições de vida precárias persistem em muitas unidades prisionais, indicando que as PPPs, sozinhas, não são uma solução.

As Leis nº 22.257 de 2016 e nº 23.304 de 2019 trouxeram avanços importantes ao estabelecer normas mais humanizadas para a execução penal e medidas socioeducativas. No entanto, a aplicação prática dessas leis enfrenta barreiras significativas, como falta de recursos, infraestrutura inadequada e resistência institucional. Embora haja um esforço declarado em promover a ressocialização, os resultados são limitados. A reincidência criminal permanece alta, sugerindo que as medidas de ressocialização não estão sendo implementadas de maneira eficaz ou suficiente (Brasil, 2024b).

³⁶ Disponível em: <https://www.seguranca.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/2102-governo-de-minas-inaugura-primeira-penitenciaria-do-brasil-feita-em-parceria-publico-privada>. Acesso em 12 de junho de 2024.

³⁷ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/22257/2016/?cons=1#:~:text=Estabelece%20a%20estrutura%20org%C3%A2nica%20da,Estado%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,30%2F6%2F2019.>. Acesso em 12 de junho de 2024.

³⁸ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23304/2019/?cons=1>. Acesso em 12 de junho de 2024.

³⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm. Acesso em 12 de junho de 2024.

A criação da Polícia Penal pela Emenda Constitucional 104, em 2019, que transformou os agentes penitenciários em policiais penais, introduziu novos desafios. Enquanto a profissionalização desses agentes poderia melhorar a segurança e a gestão interna das prisões, também pode reforçar uma abordagem mais punitiva, desviando o foco das necessidades de ressocialização e apoio psicológico aos detentos.

Apesar das várias leis e iniciativas implementadas, o sistema prisional em Minas Gerais ainda enfrenta desafios significativos. Em termos de impacto geral, as reformas e leis analisadas tiveram um efeito limitado na redução do número de presos no Estado. O encarceramento continua a ser a principal resposta ao crime, resultando em uma população prisional crescente. As iniciativas de ressocialização, embora bem-intencionadas, esbarram em problemas estruturais e falta de recursos, limitando sua eficácia. Isso indica que há uma necessidade urgente de reavaliar as políticas atuais. Uma abordagem mais integrada, que inclua investimentos em prevenção ao crime, educação, saúde mental e reintegração social, é crucial para criar um sistema prisional mais justo e eficaz. (Brasil, 2024b).

Frente a tudo o que foi exposto no presente capítulo e finalizando com esses dados que evidenciam a situação grave do sistema prisional brasileiro e a necessidade urgente de medidas para solucionar os problemas enfrentados pelo sistema, como a superlotação, a violência e a falta de políticas de ressocialização, fica evidente que a superlotação não apenas desumaniza as condições de vida dos detentos, mas também agrava as tensões e a violência dentro das prisões.

A ausência de políticas eficazes de ressocialização impede que os indivíduos encarcerados tenham oportunidades reais de reintegração à sociedade após cumprirem suas penas, perpetuando o ciclo de criminalidade. Para além, a violência sistemática dentro das prisões compromete a segurança tanto dos presos quanto dos funcionários, criando um ambiente de constante ameaça. Portanto, é imprescindível que as autoridades implementem reformas abrangentes que incluam a construção de novas unidades prisionais, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas educacionais e de trabalho, e a promoção de medidas que garantam os direitos humanos dos apenados. Somente assim será possível transformar o sistema prisional em um espaço que contribua para a reabilitação e a reinserção social, em vez de ser um mero mecanismo de punição e exclusão.

4.3 - Entre grades e emoções: a performance do eu e o gerenciamento emocional no cárcere

Erving Goffman, em sua obra *A representação do eu na vida cotidiana* (2002), oferece uma análise das interações sociais por meio da metáfora teatral, revelando como os indivíduos constantemente gerenciam as impressões que projetam para os outros. Segundo Goffman, cada interação é uma performance onde as pessoas controlam suas expressões faciais, gestos e emoções para se adequar às expectativas sociais e manter uma determinada face. Neste processo, as emoções autênticas muitas vezes são suprimidas ou moduladas para alinhar-se às normas e papéis sociais. Esse gerenciamento de impressões é fundamental para a vida social e pode criar um desequilíbrio emocional quando há uma contradição entre o que se sente e o que se expressa. Compreender essas dinâmicas permite uma visão mais profunda das complexidades emocionais e identitárias que permeiam as interações humanas cotidianas.

Estamos inseridos em vários contextos de interações e na medida em que vamos interagindo com outras pessoas, aprendemos a nos portar dentro de um cenário específico e percebemos que as pessoas também se comportam de uma maneira muito específica nesses cenários. Dependendo do cenário, do contexto, o comportamento das pessoas podem variar, bem como a maneira de se comunicar e o próprio figurino pode mudar dependendo do espaço que estamos ocupando.

De acordo com Goffman (2002) as pessoas constantemente gerenciam a maneira como são percebidas pelos outros. Parte desse gerenciamento envolve a exibição de emoções apropriadas para determinadas situações, o que ele chama de encenação (performance). As emoções que exibimos são muitas vezes estratégicas e moldadas pelas normas sociais e expectativas do papel que estamos desempenhando.

Goffman (2002) diferencia entre o *front stage* (palco frontal) e o *back stage* (bastidores) na vida social. No *front stage*, as pessoas apresentam uma versão idealizada de si mesmas para o público, muitas vezes suprimindo emoções que não são apropriadas para a situação. Nos bastidores, elas podem expressar emoções mais genuínas e preparar-se para as apresentações que farão no *front stage*.

Goffman (2002) reconhece que pode haver uma dissonância entre as emoções que as pessoas sentem e aquelas que são obrigadas a expressar. Essa incongruência pode causar estresse e desconforto. De acordo com Arlie Hochschild (*apud* Bonelli, 2004), o trabalho das emoções envolve o processo pelo qual as pessoas adotam um padrão ideal

de sentimentos, criado a partir das interações sociais, e tentam moldar e controlar suas emoções profundas para se conformar a essas expectativas, mesmo quando não sentem dessa forma internamente. O esforço consciente dos seres humanos para reduzir a diferença entre o que estão realmente sentindo e o que acreditam que deveriam sentir é o que chamamos de trabalho emocional, que, em muitas ocasiões, se assemelha a uma jornada de trabalho extra.

Essa dinâmica é especialmente intensa e complexa no sistema prisional, onde os apenados, sob vigilância constante e pressão extrema, precisam adotar e sustentar papéis específicos para garantir sua sobrevivência e adaptação. As emoções autênticas muitas vezes são suprimidas em favor de uma fachada de força e resiliência, criando uma dissonância emocional que pode ter impactos profundos no bem-estar psicológico dos indivíduos encarcerados.

No contexto prisional, os presos estão constantemente envolvidos em um gerenciamento de impressões, tentando controlar como são percebidos por outros presos, policiais penais e funcionários do sistema prisional. Este gerenciamento é crucial para sua sobrevivência e adaptação ao ambiente prisional. No *front stage* das interações prisionais, os presos podem adotar comportamentos e expressões emocionais que demonstrem força, indiferença ou conformidade com as normas do grupo, mesmo que internamente estejam sentindo medo, ansiedade ou vulnerabilidade. Nos bastidores, ou seja, em momentos de privacidade ou em interações mais íntimas, eles podem expressar suas emoções verdadeiras.

Os rituais de interação no sistema prisional são intensamente regulados e carregados de significado. As saudações, o respeito às hierarquias internas, e os comportamentos cotidianos são todos rituais que os presos utilizam para viver e sobreviver dentro do sistema. A face que um preso apresenta pode ser uma máscara de durabilidade, autocontrole ou agressividade. Manter essa face é essencial para evitar ser alvo de violência ou manipulação. Isso implica um constante trabalho emocional para suprimir sentimentos de fraqueza ou medo.

A contradição entre as emoções sentidas e as emoções expressas é uma realidade constante para os encarcerados. Eles frequentemente precisam esconder sentimentos de desespero, tristeza ou arrependimento para manter uma fachada de resistência e força. Este desequilíbrio emocional, como já citado, pode levar a um alto nível de estresse e desconforto psicológico, impactando negativamente o bem-estar mental dos presos. A necessidade de suprimir emoções verdadeiras e adotar um eu socialmente aceitável dentro

da prisão pode resultar em problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e até mesmo sentimento de autoextermínio.

Goffman (2002) sugere que as identidades são performativas e dependem do contexto social. No sistema prisional, os presos desempenham papéis específicos que são esperados dentro dessa microssociedade. Esses papéis podem incluir o "durão", o "conformista", o "subversivo", entre outros. A contínua atuação de papéis específicos pode impactar a identidade pessoal dos presos, causando uma dissociação entre quem eles são realmente e quem precisam ser dentro da prisão. Esse conflito pode afetar sua autoestima e senso de identidade ao longo do tempo.

Frente ao que foi exposto, agora vamos adentrar na realidade do sistema prisional a partir dos relatos dos próprios presos. Esses testemunhos revelam como a necessidade de manter uma fachada de força e resiliência leva muitos a suprimir suas emoções verdadeiras, criando uma dissonância emocional constante. Presos frequentemente descrevem a pressão para aparentar invulnerabilidade como uma estratégia de sobrevivência, o que resulta em uma jornada de trabalho extra emocional. Suas vivências destacam a complexidade do trabalho emocional no cárcere, onde a gestão contínua das impressões e sentimentos é vital para a adaptação e segurança dentro desse ambiente adverso.

4.4 - Narrativas a partir do cárcere

Neste tópico, apresentamos os relatos sinceros e sem intermediações dos apenados, permitindo que suas vozes ecoem autenticamente nas páginas deste trabalho. Cada narrativa é apresentada em seu formato original, preservando até mesmo eventuais erros ortográficos e nuances linguísticas. Essa escolha não apenas busca manter a integridade das histórias compartilhadas, mas também tem o objetivo de estabelecer uma conexão íntima entre os leitores e as experiências vivenciadas pelos presos. Ao manter a essência desses relatos, convidamos a/o leitora/or a mergulhar de maneira mais profunda nas vivências dos apenados, permitindo que a singularidade de cada voz seja apreciada em sua totalidade e que o tecido emocional que permeia o sistema prisional seja tangivelmente sentido por meio da leitura.

Como cientista social, ao observar a realidade do sistema prisional, notei um fenômeno intrigante: apesar da precariedade do ambiente, com celas frias, sujas e superlotadas, os presos, com o passar do tempo, começavam a naturalizar essa condição,

transformando o que deveria ser temporário em uma espécie de lar. Este processo de adaptação à adversidade me motivou a propor uma atividade reflexiva aos estudantes presos, onde eles escreveriam relatos sobre o primeiro dia que foram encarcerados, mesmo que esse evento tenha ocorrido há muitos anos e que alguns fossem reincidentes.

A proposta envolvia que eles relembassem e descrevessem em detalhes suas emoções e pensamentos naquele primeiro momento de prisão e nos dias subsequentes. A intenção era confrontá-los com a memória de um período em que o ambiente prisional ainda era estranho e assustador, antes de se tornar, de certa forma, uma nova normalidade. Esta atividade não era apenas um exercício de escrita, mas uma jornada introspectiva, onde cada preso poderia revisitar suas emoções mais profundas e sinceras, confrontando o impacto inicial da perda de liberdade e a adaptação subsequente.

Essa atividade pode ser relacionada à teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Bourdieu descreve os campos como espaços sociais com regras próprias, onde os agentes lutam por posições e capitais específicos. O sistema prisional pode ser visto como um campo com sua própria estrutura, normas e capitais. Inicialmente, os presos entram nesse campo como novatos, desorientados e vulneráveis, enfrentando um choque cultural e emocional. Com o tempo, eles internalizam as regras e normas desse ambiente, adquirindo o capital necessário para se movimentar e sobreviver nele.

Ao lembrar e refletir sobre o primeiro dia de prisão, os presos não apenas revisitaram suas experiências pessoais, mas também exploraram a transformação de suas posições dentro do campo prisional. Essa reflexão pode revelar como a internalização das normas do campo prisional afetou suas identidades e comportamentos. Além disso, ao expressarem suas emoções e histórias, eles desafiaram a naturalização da vida prisional, reconhecendo a profundidade do impacto que essa experiência teve sobre eles.

A atividade de escrita proposta aos apenados não apenas proporcionou um espaço para a expressão pessoal e emocional, mas também ofereceu uma oportunidade para analisar criticamente a dinâmica do campo prisional. Ao fazê-lo, eles ganharam uma nova perspectiva sobre suas experiências e potencialmente redescobriram uma parte de si mesmos que foi ofuscada pela adaptação ao ambiente carcerário.

Para uma melhor dinâmica de leitura, após cada relato será apresentado a análise dos discursos. Essa análise é uma etapa analítica que revela as complexas camadas subjacentes aos relatos dos apenados, cada um representando uma jornada única e repleta de nuances dentro do sistema prisional. Por meio da análise do discurso, desvendamos as entrelinhas das narrativas, destacando os padrões, as emoções subjacentes e as visões

latentes que enriquecem nossa compreensão da experiência carcerária sob diferentes perspectivas. Cada análise representa uma peça do quebra-cabeça, contribuindo para a formação de uma imagem mais nítida e abrangente das vozes que ecoam além das grades

Relato 1:

Dias de terror.

Meu nome é Brad Pitt! Contarei um pouco de minha chegada ao presídio de *****, Minas Gerais. Tudo começou em um belo dia aonde tudo estava perfeito em minha casa, até que me deparei com a polícia civil e buscando para vir ao meu grande destino. Fiquei bastante assustado inicialmente na minha chegada, pois eu não tenho perfil para criminoso, desconhecia totalmente essa vida! Chegando ao presídio, fui recebido com muito amor pelos agentes! Muita porrada, socos, chutes em plena covardia enquanto eu estava encostado na parede algemado. Para ser sincero, o choque de estar indo preso ocultava as dores das pancadas que os agentes adoravam distribuir. Após isso, fui jogado em uma triagem sem comida nem ao menos uma manta para dormir, pois só tinha o chão para encostar a cabeça com muita urina nas paredes. Pensava que eu não conseguiria ficar passando por tanta humilhação, ofensas, chingamentos, sendo agredido verbalmente e fisicamente. Assim que levado a minha cela, já entrei com o desejo de suicídio, cheguei a pedir aos amigos de cela para me dar vários remédios para mim já acabar com toda essa humilhação, pois no fundo eu realmente não cometi nenhum crime bárbaro. Mais a opressão arrogância desse lugar te faz se sentir um merda um lixo, um nada. Graças a Deus meus companheiros de cela eram pessoas boas, me deram conselhos bons e me ajudaram até eu recuperar minha consciência novamente. No dia a dia até hoje é a mesma coisa, e realmente acredito que com esse sistema prisional só faz nós presos se sentir com mais raiva, ódio, só nos faz querer vingança a tanta opressão. Creio que muitos aqui merecem a morte pelos seus crimes cometidos! Mais aqui deveria ser um lugar para ensinar a eles como viver em sociedade, um lugar de auto ajuda, para que o preso tenha consciência que todos somos iguais e que não precisamos cometer crimes para viver, pois com violência só trará violência.

Análise relato 1:

O relato apresentado descreve uma experiência pessoal no ambiente prisional e expressa uma série de emoções, pensamentos e observações sobre a vivência dentro da

prisão. O narrador, que se identifica como Brad Pitt, o que pode ser uma figura fictícia ou uma forma de ressaltar uma identificação emocional com uma celebridade, possivelmente para chamar atenção para a narrativa, introduz a história mencionando sua chegada a um presídio em Minas Gerais. Ele começa por falar sobre como tudo estava bem em sua casa antes da chegada da polícia. Essa introdução cria um contraste entre a normalidade anterior e a situação de prisão iminente.

No que tange às percepções iniciais e as emoções, o narrador expressa sentir-se inicialmente assustado e deslocado ao chegar ao presídio. Ele destaca que não possui perfil de criminoso e que estava desconhecendo completamente essa nova realidade. Isso ressalta a dissonância entre sua identidade e as circunstâncias em que se encontra. Ele ainda relata o impacto emocional de sua chegada à prisão, usando termos como “terror”, “assustado”, “choque” e “humilhação”. Essa escolha de palavras reflete a intensidade das emoções vivenciadas e ajuda a transmitir a angústia do autor.

Sobre as condições na prisão, o abuso e a violência o relato descreve a recepção no presídio como violenta e humilhante, o autor descreve a violência física sofrida nas mãos dos agentes penitenciários, que inclui “porrada, socos, chutes em plena covardia”. Essa descrição ilustra um ambiente de abuso de poder e impotência do autor diante da situação. Para além, também é mencionado agressões verbais e físicas, enfatizando a brutalidade da experiência. Ademais, ele descreve as condições precárias na triagem, incluindo a falta de comida e higiene, como urina nas paredes e a ausência de uma manta para dormir. Essa descrição, com detalhes visuais, ajuda a pintar um quadro sombrio das condições de vida na prisão, enfatizando o tratamento desumano e degradante enfrentado pelos presos reforçando a sensação de desespero.

O narrador compartilha seus pensamentos e emoções que chegam a ser contrastantes. Ele menciona que apesar das pancadas e humilhações, o choque de ser preso ocultava temporariamente a dor física. Essa afirmação destaca como a intensidade emocional da prisão pode suplantar as sensações físicas, sublinhando a complexidade da experiência. O apenado escreve sobre o desejo de suicídio e a sensação de ser um “nada” devido à opressão e arrogância percebidas no ambiente prisional. Ele também menciona que seus companheiros de cela o ajudaram a recuperar sua consciência e forneceram conselhos úteis. Isso sugere a importância do apoio entre os presos diante das adversidades.

Há uma crítica direta ao sistema prisional, enfatizando a opressão, arrogância e falta de oportunidades de reabilitação. O autor expressa a visão de que o sistema prisional

atual não cumpre seu papel de promover a reintegração e deixa os presos sentindo raiva e ódio, o que potencialmente reforça um ciclo de violência.

O relato conclui com um apelo por uma abordagem mais humanizada do sistema prisional. O narrador propõe uma visão alternativa do propósito da prisão, argumentando que deveria ser um lugar de aprendizado sobre como viver em sociedade e se reintegrar. Ele defende a ideia de que o sistema prisional deveria ser um ambiente de autoajuda, promovendo a consciência de que todos são iguais e que a violência só gera mais violência.

Relato 2:

Dias maus (Cárcere)

Tudo aconteceu quando cheguei no cárcere a primeira vez, no começo não acreditava estar passando por aquela situação. Quando fui preso, me colocaram em uma cela pequena, chamada cela especial. Ali só havia duas camas beliche e quatro presos tinha que dormir no chão frio, pois não havia colchões. Naquele dia como era réu primário, me derramei em lágrimas, a angústia tomou conta do meu coração, momentos de tristeza invadiram minha alma, vontade de suicidar rondavam a minha mente, pois só havia grades em minha volta, a saudade da minha família me deixava ainda mais triste, pois aquela situação havia acabado com os meus sonhos, projetos, planos, tudo havia ido por água abaixo.

Ali dentro daquela cela pequena e fria me sentia que a minha vida tinha acabado. Não conseguia me alimentar nos primeiros dias, aqueles momentos de tristeza havia tirado a minha fome. Orava muito para Deus me tirar daquela situação de morte.

Além da tristeza de estar preso, ainda havia convivência com os colegas que nunca foi boa, sempre sendo ameaçado dentro da passava por várias humilhações. Ali naquele momento a minha vida havia perdido todo o sentido, pois só chorava.

Sempre orava pedindo a Deus para consolar meu coração, me livrar daquela tribulação. Pois não me conformava com aquela situação.

Depois fui transferido para outra cela com mais presos uns vinte e dois mais ou menos, tive que dormir em uma manta perto do banheiro, quem chega por último tem que fazer a função de lavar o banheiro, como não tinha muita experiência os colegas de cela ficavam oprimindo. Sempre o desejo de suicídio passava pela minha cabeça, mas sempre mantive a minha fé firme em Deus, pois tinha no coração a confiança que ele pode mudar qualquer situação.

Em poucas palavras posso definir o cárcere como um inferno. Pois não temos contato com a família, somos mal vistos pela sociedade.

Análise relato 2:

O relato apresenta uma visão pessoal e emocionalmente carregada sobre a experiência de estar no cárcere, focando nos sentimentos, desafios e reflexões do autor durante esse período.

Em relação ao impacto inicial, descrença e angústia o autor começa descrevendo a chegada ao cárcere como algo inacreditável e traumático. A descrição da cela pequena e superlotada, sem colchões, cria um cenário de desconforto e degradação. O autor expressa uma mistura de tristeza, angústia e desespero, incluindo o desejo de suicídio como um reflexo dos sentimentos intensos vividos naquele momento. Isso ressalta a sensação de choque e a dificuldade em aceitar a realidade da prisão.

O cárcere é descrito como algo que destruiu os sonhos, projetos e planos do autor. Ele sente que sua vida foi profundamente afetada e que todas as suas esperanças foram aniquiladas. O isolamento da família, a convivência difícil com colegas de cela permeada por ameaças e humilhações e a sensação de ser malvisto pela sociedade agravam a sensação de desespero. Isso evidencia o isolamento e o estigma que os detentos enfrentam no sistema prisional. A prisão é vista como um divisor de águas que interrompeu drasticamente seu curso de vida. A angústia, a tristeza e a sensação de desespero são evidentes em suas palavras, demonstrando como a experiência inicial foi avassaladora. O autor sente que a sua vida perdeu todo o sentido e é cercada por tristeza constante.

A fé em Deus emerge como uma fonte de força para o autor. Apesar do sofrimento, o apenado enfatiza que manteve sua fé e confiança em Deus. Ele menciona que suas orações eram voltadas para a busca de conforto e orientação divina. A oração e a crença de que Deus pode mudar a situação são fundamentais para o enfrentamento da prisão e para lidar com pensamentos de suicídio.

O relato descreve o cotidiano no cárcere, incluindo a convivência com outros presos e as tarefas designadas a eles. A experiência de ser ameaçado e oprimido pelos colegas de cela contribui para a sensação de desamparo e vulnerabilidade. O autor também reflete sobre como a sociedade vê os presos de maneira negativa.

O relato termina com uma descrição direta do cárcere como um “inferno”, onde a falta de contato com a família e o estigma social são destacados como fatores que agravam

o sofrimento. Essa caracterização enfatiza a intensidade do sofrimento emocional e psicológico que o autor experimenta durante sua prisão. A narração revela um olhar profundo e introspectivo sobre a experiência no sistema carcerário.

Relato 3:

Uma noite uma vida

É impressionante como tudo muda com apenas uma chave e uma porta...ou melhor uma grade.

Em uma única noite perdi além da dignidade o prazer da liberdade, meu mundo caiu, ao olhar em volta e ver apenas quatro paredes e uma grade pude perceber que o medo que sentia era apenas uma mera bobagem!... pois ali percebi que eu sentia era pavor.

Não conhecia nada, ninguém, olhava para outra cela, vários presos juntos e eu só, isolado! De lá eles gritando palavrões, ameaças, me trazendo ainda mais pavor, mas continuei quieto no meu canto sem pronunciar nenhuma palavra, nenhum gesto sequer meu corpo expressava. Ao cair da noite veio o frio, a fome, a sede e tudo o que eu tinha ali era apenas a roupa do corpo e um chão molhado e frio para me sentar. Já em alta madrugada, cansado adormeci ali mesmo, até que veio os guardas me acordaram, tomaram parte da minha roupa e entregaram para outro preso, não questionei, nem expus nenhuma reação, a não ser a de sentir mais frio ainda, junto a fome e a sede, passei a me sentir pior que o lixo!

Quando me levaram para o “fichamento”, senti-me mais oprimido pelos guardas do que pelas ameaças dos outros presos, pensei por vários momentos, que iria sentir o peso das mãos dos guardas, mas não senti. Agradecia a Deus por isso e acalmei meu coração.

Ao voltar para a triagem me colocaram novamente naquele pequeno espaço de 3/1 metro, foi quando eu realmente parei, fechei os olhos e expandi minha mente, então enxerguei o que eu não queria enxergar, eu estava realmente preso, mas uma vez só e isolado.

Pensei em desesperar, fazer alguma coisa, mas o quê?! Então sentei, coloquei o rosto sobre os joelhos e em segredo conversei com Deus, pois ali naquele momento o único que pode nos escutar é ele e nele deposei toda a minha confiança e procurei acalmar meu coração, e deixar Deus me conduzir, nesta fase de vida que, realmente arruína a vida de qualquer pessoa. Então amanheceu, e eu ainda estava ali vivo, então

começou tudo de novo, uma tortura interminável, uma tortura psicológica, que às vezes pode até não ter volta.

Análise relato 3:

O relato “Uma noite, uma vida” apresenta uma narrativa intensa e pessoal sobre a experiência do apenado ao entrar no sistema prisional e confronta imediatamente os desafios emocionais, físicos e psicológicos de estar na prisão. A narrativa destaca várias dimensões da experiência, revelando as emoções do autor e a forma como ele lida com a situação.

O autor começa o relato ressaltando como a vida pode mudar drasticamente com a simples ação de uma chave e uma porta, referindo-se à prisão como uma “grade”. Ele descreve a sensação de perder a dignidade e o prazer da liberdade após ser encarcerado. A metáfora das quatro paredes e da grade ressalta a drástica mudança de ambiente e as limitações impostas pela prisão. Isso demonstra a transformação abrupta que ocorreu na vida do autor e cria um forte contraste entre a liberdade anterior e a prisão atual. O uso das palavras “mundo caiu” e “pavor” reflete a sensação de desespero e medo diante da nova realidade.

O relato destaca o isolamento do autor em sua cela, onde ele é confrontado com palavrões, ameaças e gritos dos outros presos. Para além, o autor descreve as condições adversas da prisão, incluindo frio, fome e sede. Esses elementos físicos acentuam a sensação de desconforto e sofrimento, contribuindo para o quadro de desespero emocional, isso ressalta a vulnerabilidade do autor em um ambiente hostil e desconhecido, intensificando seus sentimentos de medo e solidão.

O autor relata a experiência de ser despojado de parte de suas roupas pelos guardas, o que simboliza a perda de dignidade e autoestima. No entanto, o autor escolhe não reagir, demonstrando uma luta interna para manter a compostura e evitar confrontos.

O autor recorre à espiritualidade como uma forma de encontrar força e conforto em um ambiente hostil. A conversa em segredo com Deus, buscando conforto e orientação representa uma maneira de lidar com a situação e buscar apoio emocional. Essa reflexão espiritual destaca a busca por esperança e consolo em meio a uma situação desafiadora.

O apenado expressa uma mudança de perspectiva à medida que enfrenta sua nova realidade. Ao fechar os olhos e refletir, ele confronta a dura realidade de estar preso e

busca reorientar suas emoções e pensamentos. O relato destaca a tortura psicológica que os detentos enfrentam na prisão, enfatizando que essa experiência pode ter efeitos duradouros e potencialmente irreversíveis.

Relato 4:

Quando eu fui preso eu pensei que tudo na minha vida tinha acabado porque perder a sua liberdade é a coisa mais horrível. Mais muitas das vezes por um lado é até bom. Bom que eu falo é para refletir nas coisas de errado que eu fizso porque todos pode me jogar mais ninguém sabe o que eu estava passando para eu cometer crimes. Mais a vida dentro de uma cadeia é muito ruim os agentes bate e nós e é isso que faz nois ficar mais revoltado e sair deste lugar e matar dos que te fizerão mal a mim. O dia a dia neste lugar não passa e uma coisa mais horrível e você andar com uma doze na sua cabeça eles teshingão te umilhão te bate solta cachorro em cima de nois e as tequnicas passam por você e ve você apanhando e não faz nada porque é tudo uma corja só. Mais eu pesso para Deus abençoar a minha vida e mi livrar deste lugar para que eu possa dar orgulho para minha mãe. Mais essa vida do crime não compensa porque o final de tudo é cadeia caixão ou intão vegetando em cima de uma cama.

Análise relato 4:

O relato apresenta uma visão crua e emotiva da experiência do autor na prisão, abordando aspectos de perda de liberdade, reflexão pessoal, violência, revolta e busca por redenção. O autor começa ressaltando a sensação de que sua vida tinha acabado ao ser preso, destacando a perda de liberdade como algo terrível. Isso sugere a magnitude do impacto emocional da prisão. Contudo, esse sentimento é contrastado com uma perspectiva de reflexão, onde o autor sugere que, de certa forma, a prisão proporcionou uma oportunidade para pensar sobre os erros cometidos. Essa perspectiva sugere uma busca por autocompreensão e responsabilização pelos próprios atos.

O apenado reconhece que cometeu crimes e destaca que as pessoas podem julgá-lo, mas ninguém conhece as circunstâncias que o levaram a cometer esses atos. Essa afirmação revela a complexidade das motivações por trás do comportamento criminoso e a necessidade de compreender o contexto individual.

O autor descreve a vida na prisão como “muito ruim”, mencionando agressões por parte dos agentes prisionais. A violência, o abuso e a humilhação sofridos dentro da prisão

são retratados como fatores que aumentam a revolta dos detentos e alimentam sentimentos negativos e desejo de vingança.

O autor expressa sentimento de revolta e o desejo de vingança contra aqueles que causaram sofrimento. O relato mostra como a prisão pode contribuir para um ciclo de violência e ressentimento, sugerindo que a opressão na prisão pode contribuir para uma mentalidade de luta e busca por justiça.

O relato descreve a monotonia e a dificuldade da vida na prisão, ressaltando a sensação de impotência ao enfrentar a violência e a ameaça constante.

O autor faz um apelo a Deus por bênçãos e libertação da prisão, expressando um desejo de trazer orgulho para a mãe. Essa parte do relato sugere um anseio por uma segunda chance e uma busca por redenção.

O autor conclui avaliando a vida criminosa, afirmando que ela não compensa no final, ele enfatiza que as consequências podem ser prisão, morte ou uma vida de sofrimento. Essa observação sugere uma avaliação realista e madura das escolhas feitas.

O relato transmite uma complexa gama de emoções e pensamentos relacionados à experiência prisional. Aborda aspectos como perda de liberdade, violência, reflexão sobre os próprios atos, revolta, busca por redenção e uma avaliação crítica das escolhas de vida. O discurso destaca a dor, o sofrimento e a busca por significado em um ambiente desafiador e traumático.

Relato 5:

Em primeiro lugar agradeço a oportunidade de poder falar o que eu senti, pela primeira vez que vim preso, que só foi essa e mais nunca na minha vida se Deus quiser, parecia que o mundo tinha acabado para mim. Um sentimento que só quem senti é quem está passando por isso pela primeira vez igual a meu caso. Eu sempre trabalhei na minha vida, sai de casa os 17 anos e fui pro mundo sempre trabalhando e tinha uma coisa que nunca deixei de fazer só parei quando vim preso agradeço a Deus por isso sempre. Bebia e usava droga, sempre e sempre, foi quando tudo começou aos 50 anos. Hoje estou com 52 e hoje agradeço a Deus porque aqui eu aprendi a dar valor na minha família e a detestar droga isso me dar nojo, olha, que era, pra gostar daqui, porque aqui tem muita droga e eu aqui depois de muito tempo perdido na minha vida eu acordei tarde mais nunca é tarde pra ser feliz sem droga, nunca matei nunca roubei, mais tentei fazer coisa errada com minha enteada só tentei mais não fiz, deu errado graças a Deus, vim preso e peguei uma pena de 25 anos mais Deus é tão maravilhoso que ontem chegou a notícia que minha

cadeia caiu para 17 anos 1/6, já vai fazer 3 anos que estou aqui e só falta mais 2 anos para mim ir embora, vocês pode até não acreditar mais foi muito bom para mim aprendi muita coisa, passei por muitas humilhações, aqui por parte de presos e não tenho que falar mal da unidade nunca tomei um tapa de agente. As vezes os que tomam é porque as vezes infelizmente merecem. Só isso muito obrigado.

Análise relato 5:

O relato apresenta uma perspectiva única sobre a experiência do autor na prisão, explorando temas como reflexão, mudança, arrependimento e valorização da família. O autor expressa gratidão pela oportunidade de compartilhar seus sentimentos e refletir sobre sua experiência no sistema prisional. Ele ressalta que esta foi sua primeira vez na prisão e que essa vivência é única para quem a está enfrentando.

O apenado descreve como a prisão inicialmente pareceu o fim do mundo para ele, indicando o choque e o desespero que sentiu ao ser preso. Essa percepção pode ser comum em indivíduos que enfrentam a prisão pela primeira vez.

O autor compartilha partes de sua história de vida, destacando que sempre trabalhou e manteve esse compromisso até ser preso. Ele também reconhece seu envolvimento com álcool e drogas como um fator que contribuiu para o começo de seus problemas. No entanto, destaca que, após sua prisão, ele aprendeu a valorizar sua família e a detestar as drogas. Ele vê a prisão como um catalisador para essa mudança e expressa gratidão por isso. Essa valorização parece ter se tornado uma parte fundamental de sua nova perspectiva de vida.

O autor reconhece que, embora tenha acordado tarde para mudar sua vida, ainda acredita que nunca é tarde para encontrar a felicidade e livrar-se das drogas. Ele menciona que aprendeu muitas coisas durante seu tempo na prisão e superou humilhações e desafios. Essa experiência de aprendizado sugere um processo de crescimento pessoal e autodescoberta.

O apenado compartilha a notícia de que sua pena foi reduzida, ressaltando que agora ele tem uma data de término da sentença. Isso é visto como uma esperança e um passo em direção a um futuro melhor.

O autor descreve que não teve conflitos com os agentes prisionais, sugerindo uma visão equilibrada sobre sua relação com as autoridades prisionais, e ele menciona que, embora alguns detentos recebam punições físicas, acredita que essas punições são

justificadas em certos casos, implicando um senso de justiça. O relato é encerrado com um agradecimento pela oportunidade de compartilhar sua história e fecha sua narrativa.

O relato oferece um vislumbre da jornada emocional e de reflexão do autor durante seu tempo na prisão. Ele destaca a mudança de perspectiva, o aprendizado e o crescimento pessoal que ocorreram ao longo desse período. Para além, sugere um tom de otimismo e aceitação da realidade da pena e uma consideração cuidadosa das relações e dinâmicas dentro da prisão.

Relato 6:

Teofania, O Encarceramento

Quero começar falando, de um momento decisivo em minha vida, apesar do que todos falam, a prisão pode amadurecer uma pessoa, ou enlouquecer há pessoa.

Em tudo que fazemos quando era homens livres trabalho dores, de nada serve de dentro de um sistema prisional, primeiro escrevo, de como me senti e vi, tudo ao meu redor.

No primeiro instante a sociedade e até eu sempre achei que os presos tinha oportunidade de se reconstituir. Acabei vendo no primeiro dia mesmo que tudo que eu achava era uma mentira, quando cheguei no sistema prisional fui tratado como um animal feroz, louco não só eu mais também os outros presos que estava também presos, ficamos num lugar sem água fedendo a urina e a merda, ouvia gritos de socorro isso me assustava vi os agentes tratando um preso com agressividade, e só espero minha vez de ser tratado do mesmo jeito, estava com medo, logo chegou de manhã e fomos tirado e levado para dentro das selas junto com os outros presos, vi presos com problemas mentais e logo vi seria difícil a convivência durante meu tempo nesse lugar, chegando a noite já fiquei sabendo de duas normas as do presos e as dos agentes, logo iria ir a dormir olhei um monte de ratos entrando e saindo da cela. A cela eles tentavam manter limpa sempre, mais não adiantava muito os ratos parecia os donos daquele lugar. Há agressividade dos agentes me fez querer nunca querer sair da cela, os doentes de dentro da cela quase sempre não era atirado para atendimento, o sentimento de suicídio sempre vinha na minha cabeça, nunca tinha visto tanta dor, humilhação como aqui.

Análise relato 6:

O relato “Teofania, O Encarceramento” traz uma narrativa intensa sobre a experiência do autor no sistema prisional, abordando temas como amadurecimento, desilusão, violência, condições insalubres e os impactos emocionais da prisão. A análise de discurso revela diversos elementos emocionais, sociais e psicológicos presentes no texto.

O autor inicia destacando que a prisão pode tanto amadurecer quanto enlouquecer uma pessoa. Essa afirmação sugere uma visão complexa sobre o impacto da prisão na vida das pessoas e uma possível mudança pessoal resultante dela.

O autor relata uma mudança em sua perspectiva após vivenciar a prisão. Ele expressa a desilusão ao perceber que suas expectativas sobre a possibilidade de reabilitação dos presos não se alinhavam com a realidade. O tratamento desumano e agressivo que ele e os outros presos receberam contrasta com a visão que tinham da sociedade.

O apenado descreve o tratamento desumano que recebeu no sistema prisional, sendo tratado como um “animal feroz”. Ele descreve condições degradantes dentro do sistema prisional, incluindo falta de higiene, infestação de ratos, ambiente insalubre, cheiro de urina e fezes, além de testemunhar a agressividade dos agentes. Esse tratamento parece ter gerado um sentimento de impotência, além de contribuir para criar um ambiente desumano e degradante. O sentimento de medo está presente em suas palavras e parece influenciar suas percepções.

O autor nota a presença de presos com problemas mentais e antecipa dificuldades na convivência devido a essa situação. Ele ressalta a falta de atendimento adequado para os presos que precisam de cuidados de saúde mental.

O relato menciona a presença constante de gritos de socorro, bem como os sentimentos de medo, humilhação e até pensamentos suicidas que surgiram em sua mente. Essa parte do relato destaca o profundo impacto emocional da experiência prisional.

O autor expressa um sentimento de desesperança ao mencionar a dor, a humilhação e a impossibilidade de conviver com as condições e tratamento presentes na prisão. Ele descreve a agressividade dos agentes, a sensação de suicídio e a dor emocional resultante dessa experiência.

O relato oferece uma visão angustiante da experiência do apenado no sistema prisional, explorando as complexidades emocionais e físicas dessa vivência. O autor

descreve a desilusão, o tratamento desumano, as condições insalubres e os efeitos psicológicos profundos da prisão. A narrativa transmite uma sensação de opressão, vulnerabilidade e sofrimento, destacando os desafios enfrentados por aqueles que estão detidos.

Relato 7:

Memórias do cárcere

Quando, tive minha moto, roubada, foi que começou, estava eu no auge da vida profissional, com uma vida financeira estável bem acomodado junto a uma família que construí, ao longo de mais ou menos 3 anos.

Até então houve uma grande decepção em minha vida conjugal, ao descobrir a infidelidade de minha companheira. Por vez refletiu na minha personalidade, até então já não era mais o mesmo no trabalho, extress, fadiga, cansaço, falta de concentração que gerou minha demissão no trabalho. Ao passar do tempo, procurei outros meios de renda, passei de ser um trabalhador onesto, a vida do crime que financia um grande sonho em minha vida, quem me proporcionou, uma vida financeira, respeito muintos amigos, até os próprios erros se tornaram acertos. Era então eu conhecido e reconhecido onde morava, era cobiçado até pelas mulheres, sejam damas ou vulgares, mas foi quando tive que pagar um alto preço, certo dia como de costume eu e meu leal amigo como de costume ao amanhecer do dia fumavamos um cigarro preto juntos a porta de sua casa, quando que por um instante percebi um frio no estômago, rápido olhei ao lado percebi então várias viaturas, em nossa direção. Pensamos em primeiro lugar em uma fuga rápida mas sem sucesso, porque do outro lado já também nos cercavam, várias viaturas, só restou a lágrima e a saudade. Quase não acreditei, mas já estava ciente de que eu vivera como um rei, mas vivera pouco, e o preço a pagar seria caro.

Meus primeiros dias no cárcere, foram muinto difíceis, antes sempre mulher dama sobre a cama, em conforto de um lar, seguro, agora aqui, lençol frio, chão gelado, com o rosto todo detonado, dentro de um mínimo espaço de cela. A vida me mostrou que pra ser um vencedor tem que ter mais, que uma arma, ou um furador! Tem que ter hombridade, chegar em qualquer lugar da cidade, falar olhando dentro, e reconhecer que este modo de agir é retrógrado.

Resolvi parar de me lamentar, ergui a cabeça e voltei pas dalma, e descobri que minha mãe estava mais do que certa, o crime financia os seus sonhos mas cobra um alto preço.

Reconheci que muitas vezes eu fui discriminado pelo fato, de condições financeiras ou classe social, mas nada se comparava ao pesadelo que eu começara a viver. Assim se prossegue os dias e meu bonde foi chegando, onde fui para outro bloco, chamado bloco de castigo, onde ainda vivia em condições sub humanas, falta de água, produtos de higiene pessoal, má acomodação, e super lotação, mesmo assim, certo dia, quando acordei de manhã tive um raciocínio lógico, estou vivo, tive um entendimento individual que pra continuar vivo aqui dentro, teria que encontrar a melhor “forma” de viver e conviver com os demais, entendi que antes de pensar, fazer, ou falar, teria que pensar no que é certo!

Descobri que se eu vivesse pelo certo, nada poderia ter errado em minha vida.

Análise relato 7:

O relato “Memórias do cárcere” traz à tona uma narrativa pessoal e reflexiva sobre a trajetória do autor, desde um auge profissional até o envolvimento no crime, a prisão e a subsequente busca por mudança e redenção. A análise do discurso revela vários elementos emocionais, éticos e de autorreflexão.

O autor começa destacando sua vida antes do envolvimento no crime, descrevendo uma vida profissional bem-sucedida, estabilidade financeira e uma família construída ao longo de anos. A infidelidade conjugal da companheira resulta em uma mudança drástica em sua personalidade e na perda do emprego.

A insatisfação e a pressão resultantes da traição e da demissão levam o autor a entrar no mundo do crime como uma forma de sustento. Ele descreve o contraste entre sua antiga vida honesta e sua nova vida criminosa, que traz consigo ganhos financeiros, reconhecimento e popularidade, mas também consequências perigosas.

O autor explora as consequências de sua escolha, descrevendo o momento em que foi preso pelas autoridades. Ele expressa choque, medo e resignação ao perceber que o preço que pagaria por suas ações seria alto.

O autor descreve seus primeiros dias na prisão, contrastando-os com sua vida anterior, descrevendo as condições adversas, passando de um lar confortável para uma cela com lençóis frios e chão gelado. A comparação entre sua vida anterior e a realidade da prisão destaca o choque emocional. Ele também relata as dificuldades e a realidade desumana do ambiente carcerário. No entanto, ele compartilha como, ao longo do tempo,

começou a mudar sua perspectiva e a adotar uma postura de autoavaliação e responsabilidade.

O autor reconhece que o crime financiou seus sonhos, mas também cobrou um preço elevado. Ele compartilha sua realização de que ser um vencedor vai além de armas ou métodos criminosos. O apenado reconhece a importância da hombridade, de enfrentar a vida de maneira correta e olhar dentro de si mesmo.

O autor relata sua transformação interna ao buscar viver de forma correta, mesmo no ambiente prisional. Ele percebe que, ao tomar decisões certas, pode evitar erros e alcançar um sentido de realização.

O autor conclui com a descoberta de que viver de maneira correta é essencial para uma vida bem-sucedida e que suas ações têm impacto direto em seu destino. Isso sugere um processo de redenção e crescimento pessoal.

O relato “Memórias do cárcere” abrange uma jornada de altos e baixos, explorando o amadurecimento pessoal, a busca pela identidade, a decisão de seguir um caminho ético e a realização de que as escolhas influenciam profundamente o rumo da vida. O autor compartilha lições aprendidas e um desejo genuíno de mudança, dando ênfase à responsabilidade pessoal e à busca pelo que é certo.

Relato 8:

A verdade atrás das grades

Saí de casa de manhã, para trabalhar como Office boy aos 14 anos de idade, já tinha conhecido a maconha mais ainda não era viciado, só fumava para não ser diferente da turma do meu bairro, você sabe como é, todo mundo quer ser visto como o mais da turma.

Fui para o trabalho no meio do caminho fui preso por estar agarrado atrás de um ônibus, quando fui abordado tomei um monte de chute, fui colocado de joelhos e tomei umas paulada e fui preso pela primeira vez.

O carcereiro me colocou em uma cela úmida, toda suja de uma cor preta que eu não sei bem o que era aquilo, e tinha outros presos lá inclusive um deles estava pendurado de cabeça para baixo na grade, isso era um modo de punição. Até hoje não sei o motivo, e daí em diante, fui chingado de verme fui muito humilhado pelo agente que estava de plantão e me recordo que tinha a metade de uma barata dentro da minha comida, mal sabia eu que isso era só o começo de muitas humilhações, nos dias de hoje isso piorou muito mesmo. Hoje só de olhar para eles é motivo de apanhar e tomar punições severas.

Análise relato 8:

O relato “A verdade atrás das grades” revela uma narrativa pessoal sobre as experiências do autor em relação ao início do uso de drogas, a interação com o sistema de justiça e as condições desumanas enfrentadas dentro do sistema prisional. O autor começa relatando sua rotina como Office boy aos 14 anos e sua introdução ao uso de maconha. Isso ilustra a influência do grupo de pares e a busca por pertencimento e aceitação.

O apenado descreve o momento em que foi preso devido a um incidente, detalhando a violência física que enfrentou durante a abordagem. Isso expõe um encontro traumático com a aplicação da lei, destacando a brutalidade e a agressão envolvida.

O relato retrata as condições desumanas que o autor enfrentou ao ser encarcerado. A cela úmida e suja, junto com a menção de outro detento pendurado de cabeça para baixo, reflete um ambiente prisional degradante e abusivo.

O autor menciona ter sido chamado de “verme” e ter sofrido humilhação por parte dos agentes penitenciários. Além disso, a presença de uma barata em sua comida destaca a falta de higiene e a degradação das condições de vida na prisão.

O autor sugere que essa experiência não foi um incidente isolado, mas sim um ponto de partida para um padrão de humilhação e abuso dentro do sistema prisional. A menção de que as condições pioraram ao longo do tempo revela a perpetuação dessa realidade desafiadora.

O relato conclui ao mencionar que mesmo olhar para os agentes penitenciários é motivo para ser punido com violência. Isso reforça a atmosfera de medo e o clima de repressão que o autor identifica no ambiente prisional.

O relato pinta um quadro perturbador das experiências pessoais do autor com o sistema de justiça e as condições carcerárias, destacando o impacto emocional das ações violentas, bem como as condições desumanas enfrentadas por aqueles que são privados de liberdade.

Relato 9:**A vida**

Minha primeira vez preso foi em 2003 quando cheguei era orível todo mundo diferente não conhecia ninguém era muito triste fiquei apenas 3 meses e cada dia era uma tristeza e granças a des fui embora.

Continue cometendo outros delitos em 2005 voltei mais já tinha um conceito participei de rebeliões bati machuquei outras pessoas que neim conhecia fiquei 3 anos. Droga é uma merda mais venci a minha caminhada. Sai em 2008 conheci uma pessoa maravilhosa cazei tive 3 filhos lindos construi uma família passei dificuldade na rua e voltei a cometer outros delitos em 2013, já vai fazer 5 anos que estou aqui e a minha família vindo nesse sofrimento. Os agentes do dia de hoje maltrata nois aqui dentro não é igual antigamente então estou sofrendo aqui nessa data de hoje a família sofre eu soffro é uma desgraça a direção que está atuando aqui na unidade os guarda fica colocando a mão em detentos por isso que acontece as coisas lá na rua.

O agente. Senhor **** maltrata a família eu peço por socorro aqui dentro por favor melhore a direção aqui pra nois, desde já agradeço e tire o senhor ***** da cadeia. Socorro.

Aí se eu continuar escrevendo não vou parar por que estou sendo mal tratado aqui dentro tem rato não dá alimentação pra nois a nossa família tem para trazer o nosso alimento e ta com fome pesso por socorro eu queria era já morrer aqui me matar tirar a minha vida nesse lugar pesso mesmo por socorro.

Por isto está acontecendo tudo isto aí de fora colocando fogo em ônibus e não vai parar não porque a denúncia é sobre a direção por favor nos ajude obrigado.

Análise relato 9:

O relato “A vida” apresenta um testemunho pessoal de um indivíduo que passou por períodos de encarceramento, desafios e frustrações, abordando a experiência nas prisões e as condições enfrentadas. O autor inicia o relato mencionando sua primeira prisão em 2003, descrevendo sentimentos de isolamento e estranheza ao chegar ao ambiente prisional. Isso sugere a dificuldade emocional de se adaptar à prisão. O uso do termo horrível e a expressão “muito triste” destacam as emoções intensas associadas a essa experiência inicial.

O apenado admite ter continuado cometendo delitos após sua primeira prisão, incluindo participação em rebeliões e violência contra outros detentos. Isso sugere um padrão de comportamento criminal, indicando um ciclo difícil de quebrar.

O autor relata ter superado o uso de drogas, formado uma família e vivido momentos positivos. No entanto, voltou a cometer crimes, resultando em novo

encarceramento. Isso destaca a luta contra os próprios demônios e as consequências das escolhas passadas.

O relato aborda as más condições atuais dentro da prisão, mencionando o tratamento inadequado pelos policiais penais, a falta de alimentação adequada e até a presença de ratos. Isso evidencia um ambiente carcerário adverso e insalubre.

O autor expressa preocupação com a direção da unidade prisional e especificamente menciona um policial penal pelo nome, alegando que ele maltrata tanto os detentos quanto suas famílias. Isso reflete uma percepção de abuso de poder e irresponsabilidade administrativa.

O relato atinge um ponto emotivo e forte quando o autor expressa desespero e pensamentos suicidas devido às circunstâncias em que se encontra. Ele menciona considerar tirar a própria vida na prisão como uma maneira de escapar do sofrimento. Isso reflete um estado emocional profundamente perturbado e desesperado.

O autor relaciona as más condições prisionais com o comportamento de protesto do lado de fora, incluindo incêndios em ônibus. Isso sugere uma percepção de que os problemas dentro da prisão estão se manifestando externamente como resultado da insatisfação interna.

O relato revela um panorama complexo de experiências pessoais, lutas, desafios e desespero em relação ao sistema prisional. O autor discute suas ações passadas, as dificuldades do presente e suas preocupações com a direção da instituição, enquanto expressa uma profunda angústia emocional e um desejo por mudança.

Relato 10:

Eu ***** no dia 17 de abril de 2017 fui preso por tráfico de drogas. Quando eu cheguei fui logo para um bores cam para saber se eu estava com algu de metal eu estava com um relógio uma Aliança e um anel, logo um agente escrevel meu nome em um papel junto com meus perteces depois me levaram para uma cela pequena e cem banheiro fiquei cinco dias nessa cela só urinando em uma garrafa de refrigerante quando eu completei os 05 dias me levaram para uma audiência de custódia e foi quando chegando lá tinha um juiz um promotor e uma moça em um computador digitando tudo o que eu falava quando o juiz me perguntou se eu tinha um advogado e eu falei que não pos disso que eu não era daqui falei que eu era do estado do Amazonas e logo acabou a audiência e voutei para o presídio e me colocaram no bloco D chamado celas de castigo lá fiquei 26 dias só com uma ropa mais tinha as alimentações café almoço e janta eu estava com 23 presos comigo,

nesse lugar sujo fiquei 26 dias de sofrimento após os 26 dias de castigo me levaram para outro bloco melhor la chamava anexo bloco 2 do seguro pos onde só vem pessoas aciguradas que tem proplemas com faquição criminosa era meu caso não porque eu era de fação mas pela minha cidade de onde eu sou do Amazonas lá tem a fação chamada ***** onde teve a chacina que morreram mais de 60 presos esquartejados pelos presos que eram rivais do *** eu estava no seguro só porque eu era do Amazonas e estou aqui até hoje no seguro aguardando eu ir para o albergue pos a resposta da minha pena foi 6 anos e 9 meses o regime seme aberto e hoje depois de 20 anos sem eu entrar em uma sala de aula estou aqui falando um pouco de mim e estou muito grato por estar em uma sala de aula pos la fora nunca eu ia estudar mas muito obrigado pela oportunidade.

Análise relato 10:

O relato apresentado contém a experiência de uma pessoa após ter sido presa por tráfico de drogas, desde sua detenção até o período atual no sistema prisional. A análise do discurso revela várias etapas desse processo, bem como as condições enfrentadas pelo autor.

O autor começa detalhando o dia de sua prisão em 17 de abril de 2017, mencionando a chegada ao presídio e a realização de procedimentos de revista e anotação de pertences. Isso dá uma ideia de suas primeiras impressões ao entrar no sistema prisional.

O apenado relata ter sido mantido em uma cela pequena e sem banheiro por cinco dias, urinando em uma garrafa, destacando as condições precárias em que estava. A descrição do processo de audiência de custódia também é detalhada, incluindo a presença do juiz, promotor e uma pessoa digitando tudo o que ele falava. A menção de não ter um advogado presente destaca as dificuldades de acesso à assistência legal.

O autor relata ter sido transferido para o bloco D após a audiência, esse bloco é conhecido como “celas de castigo”, ele permaneceu nesse bloco por 26 dias. O autor menciona as condições desse lugar, onde ficou com roupas limitadas, mas com acesso a refeições regulares, além da convivência com outros presos. Essa etapa demonstra o tratamento punitivo. Após esse período, ele foi transferido para o “anexo bloco 2 do seguro”, que parece ser um ambiente diferente, mais controlado.

O apenado explica que foi colocado no seguro devido a problemas relacionados à facção criminosa de sua cidade natal, Amazonas, que estava em conflito com outra

facção. Ele esclarece que não era membro da facção, mas a associação com sua cidade foi suficiente para levá-lo ao seguro. Isso evidencia o nível de complexidade das dinâmicas prisionais.

O autor compartilha a sentença de seis anos e nove meses em regime semiaberto e menciona sua ausência de educação formal por 20 anos. Essa revelação destaca as oportunidades limitadas que teve para se educar enquanto esteve fora do sistema prisional.

O autor fecha o relato expressando gratidão por estar em uma sala de aula e por ter a oportunidade de compartilhar um pouco de sua história. Isso demonstra um desejo de mudança e crescimento pessoal.

O relato oferece uma visão do sistema prisional brasileiro, incluindo a forma como indivíduos podem ser afetados por fatores além do próprio envolvimento em atividades criminosas, como rivalidades entre facções. O autor destaca as dificuldades enfrentadas e demonstra gratidão por poder compartilhar sua história e por ter a oportunidade de educação enquanto está sob custódia.

Relato 11:

O lugar do mal aprendido

Há exatos 1284 dias atrás cheguei nesta unidade prisional, cheguei numa quarta-feira com mais 8 presos e ao chegar um desses presos tentou pegar um maço de cigarro que a própria família lhe depositou e ao pegar um agente viu e começou a lhe bater gritando a todo momento que ele não estava em sua casa e ali o andava do jeito que eles queriam ou apanhava.

Nesta mesma quarta-feira fui jogado numa cela de 1 metro e 50 centímetros por 2 metros com mais 11 homens sendo que um deles estava muito machucado por tinha acabado de apanhar por ter roubado a casa de um funcionário da unidade. Fiquei um dia ali não podia dormir pois não tinha espaço sentia frio, fome e medo pois sempre fui trabalhador e sempre tive medo de assassinos, ladrões pensei que eles eram a pior espécie do mundo. E hoje sei que eles não são assim porque querem aprender a fazer as coisas por medo e receio e ao errar são punidos com murros, chutes, ameaças de morte e sem contar as inúmeras torturas psicológicas, não estou defendendo o por que de muitos machucarem vítimas pois sempre serei contra mais quero ressaltar o lugar onde eles aprendem.

Por isso sempre serei contra a cadeia ela hoje não ajuda ninguém só piora.

Análise relato 11:

O relato “O lugar do mal aprendido” discute a experiência do autor ao chegar em uma unidade prisional, destacando a violência, as condições precárias e a dinâmica de aprendizado que prevalece nesse ambiente.

O autor começa o relato mencionando a quantidade exata de dias que estava na unidade prisional, conferindo uma sensação de precisão e duração. Isso pode refletir um senso de contagem e registro do tempo enquanto estava preso. Ele ainda descreve a chegada à unidade prisional em um grupo de presos e destaca um incidente onde um dos presos foi agredido por tentar pegar um maço de cigarro. Isso introduz a ideia de agressão física por parte dos agentes prisionais, criando uma atmosfera de medo, brutalidade e dominação.

O autor narra a experiência de ser colocado em uma cela extremamente pequena e compartilhá-la com outros 11 homens, incluindo um que estava machucado após roubar a casa de um funcionário da unidade. Ele descreve a falta de espaço para dormir, o frio, a fome e o medo que enfrentou, ressaltando as condições adversas dentro da prisão. A descrição das condições da cela cria um senso de claustrofobia, desconforto e perigo iminente.

O apenado revela uma mudança de perspectiva pessoal. Inicialmente, ele temia assaltantes e assassinos, mas ao passar tempo na prisão, percebeu que muitos deles não eram inerentemente ruins, mas sim influenciados pelo ambiente e pelas circunstâncias. Essa mudança de percepção sublinha a complexidade da dinâmica prisional.

O autor explora o conceito de aprendizado dentro da prisão, indicando que muitos presos adotam comportamentos específicos por medo, coerção e pressão. Ele destaca o ciclo de medo, erros, punições e a necessidade de aderir a essa dinâmica para sobreviver. A descrição de punições físicas e tortura psicológica enfatiza como o ambiente prisional pode forçar indivíduos a adotarem padrões de comportamento negativos.

O autor conclui seu relato expressando uma visão negativa sobre o sistema prisional. Ele destaca que a prisão não ajuda, mas piora as circunstâncias dos detentos. Isso pode ser interpretado como um apelo por reformas e alternativas ao sistema atual de encarceramento.

O relato revela a percepção do autor sobre a dinâmica violenta, as condições adversas e a aprendizagem baseada no medo que prevalecem dentro do sistema prisional.

O autor destaca a transformação de sua própria percepção e critica a eficácia do sistema carcerário como um meio de reabilitação ou correção.

Relato 12:

Sistema carcerário

Meu 1º dia na penitenciária o primeiro instante veio o medo a decepção, quando cheguei aki na porta, akele muro gigante sem nenhuma chance de fuga já me assustou, quando fomos entrando para dentro já reparei nos agentes penitenciários muito bem armado me olhando com uma cara e de primeiro instante eles não querem saber de nada já tentam te oprimi para mostra “a cadeia é nossa”.

Quando me jogaram na triagem uma cela pequena separada das outras muito obscura, fedida longe de tudo e de todos, no primeiro instante estava com raiva por está ali naquele lugar, mais por outro lado com muita fome e cede de imediato eu primário de tudo fui no embalo dos outros presos que estavam ali comigo. O agente com abuso de autoridade falo “se vocês quise-se comer e beber vocês estavam em casa” e jogou as marmitas que estavam jogado no chão no meio dos ratos e uma garrafa de dois litros d’gua e em seguida com o abuso de autoridade o agente veio e joga gás de pimenta na cela.

Isso foi no 1º instante que eu entrei no sistema penitenciário ao decorrer dos anos que já estou aki só foi piorando arrependo de tudo que eu fiz e hoje eu só tenho uma coisa a pedir e falar SOCORRO.

Análise relato 12:

O relato “Sistema carcerário” descreve a experiência inicial do autor ao entrar no sistema penitenciário, destacando o medo, a opressão, as condições degradantes e o abuso de autoridade presentes nesse ambiente. O autor começa destacando o medo e a decepção que sentiu ao entrar na penitenciária. Ele observa o muro alto e imponente que cerca o local, gerando a sensação de que não há chance de fuga. Essa primeira impressão já cria um ambiente de ansiedade e vulnerabilidade.

O autor menciona os agentes penitenciários armados e a impressão de que eles desejam mostrar seu poder e controle desde o início. A descrição dos agentes observando-o com expressões desafiadoras reflete a dinâmica de poder que está presente no sistema carcerário.

O apenado é jogado em uma cela de triagem pequena, obscura e separada das outras, indicando uma imediata privação de espaço, luz e contato social. A descrição da cela como “fedida” sugere as péssimas condições de higiene e conforto, contribuindo para a sensação de desespero e desconforto.

O autor relata a falta de comida e água adequadas na cela, com as marmitas jogadas no chão infestado de ratos. A ação do agente penitenciário de jogar gás de pimenta na cela ilustra o uso de abuso de autoridade e violência para exercer controle, demonstrando o tratamento desumano a que os presos são submetidos.

O autor menciona que ao longo dos anos, sua experiência no sistema penitenciário apenas piorou. Ele expressa arrependimento pelas ações que o levaram até ali e revela que se arrepende do que fez. O relato conclui com um apelo por socorro. O autor reconhece a gravidade de sua situação e pede ajuda, sugerindo que sua experiência na prisão é extremamente difícil.

O relato “Sistema carcerário” apresenta uma perspectiva crua das primeiras impressões do autor ao entrar no sistema penitenciário, evidenciando a opressão, as condições precárias e o tratamento desumano que enfrentou desde o início. O apelo por socorro no final do relato reflete o desejo de mudança e melhoria da situação vivenciada.

Relato 13:

Ao chegar ao sistema prisional, o primeiro sentimento que eu tive foi de medo, ou talvez apenas um susto; ao ver o cenário ao qual eu deveria ficar por sabe-se lá quanto tempo, logo bateu o arrependimento; a primeira “cela” que fui levado tinha aproximadamente 15 “presos” e era um lugar minúsculo, com apenas algumas mantas para se proteger do frio, era uma cena decadente. No mesmo dia fui transferido para o bloco de “castigo”, o qual ficava todos os recém chegados, lá, a situação não era muito melhor, uma pequena cela com 6 camas, 1 banheiro para 25 pessoas sem televisão, banho de sol ou visitas, o sentimento de medo logo sumiu e veio o de abandono.

Ali parecia uma floresta de concreto e aço, onde as “feras” são as próprias pessoas, brigando por qualquer motivo, desde um espaço para dormir a “bitucas” de cigarro; talvez realmente é isso que o sistema queira fazer, criar “feras”, ao invés de ressocializar os detentos eles alimentam o ódio já existente nos corações de cada um, porque além da péssima condição para viver, há uma forte opressão em todos os aspectos, tanto físico como psicológico.

Com o passar do tempo, simplesmente fui me adaptando e aprendendo a viver nesse lugar onde a opressão, ódio e medo, andam lado a lado e tudo o que nos resta é a fé, a esperança de sair o mais rápido possível desta “pequena amostra do inferno”, o meu primeiro sentimento a minha primeira impressão ainda andam comigo e se confirmam a cada dia.

Análise relato 13:

O relato expressa os sentimentos, experiências e observações do autor ao ingressar no sistema carcerário. O autor descreve seu primeiro sentimento como medo ou susto ao chegar ao ambiente prisional. Ao observar as condições em que ficaria e o cenário decadente, sente um rápido arrependimento pelas escolhas que o levaram ali.

O apenado retrata a primeira cela onde foi levado, mencionando a superlotação com cerca de 15 presos e a falta de condições básicas. Ele destaca a pequena quantidade de mantas para se proteger do frio, o que contribui para criar uma imagem sombria e difícil do ambiente.

O autor é transferido para um bloco de castigo, onde a situação não é muito melhor. Ele descreve as condições de superlotação, falta de privacidade e falta de atividades como banho de sol, TV ou visitas. Esse cenário cria um sentimento de abandono e isolamento.

O relato retrata a prisão como uma “floresta de concreto e aço”, onde as pessoas estão em constante conflito por espaço e recursos mínimos. Ele observa que o sistema parece alimentar o ódio e não focar na ressocialização, destacando a opressão física e psicológica presente no ambiente. Com o tempo, o autor relata que se adapta ao ambiente e aprende a conviver com a opressão, o ódio e o medo. Ele destaca a fé e a esperança como elementos que ajudam a lidar com a situação.

O relato conclui enfatizando que a primeira impressão e os sentimentos iniciais ainda são válidos a cada dia, confirmando que o ambiente prisional mantém suas características adversas.

Relato 14:

O cárcere

Há aproximadamente a dez meses cheguei aqui, num ambiente totalmente estranho e horrível para mim. Pela primeira vez tudo mudou totalmente em vida, este

lugar estranho, desordenado e com regras rigorosas, a qual somos obrigados a cumprir, pois somos cobrados pelos guardas e também pelos próprios presos, sem direitos a erro nenhum.

Mesmo quando não erramos alguma coisa, se a caso algum preso de outra cela do mesmo bloco, todos pagamos pelo erro do outro o que é totalmente errado e desumano. Mas com o passar do tempo temos que adaptarmos a tudo isso para sobreviver.

Não temos horário realmente para dormir, pois mesmo a noite ou até madrugada, pode ouvir barulhos, gritos, conversas com som muito alto, sem a menor consideração para um com outro. Os guardas trata a gente com bastante agressividade, nos intimidando a qualquer hora vivemos reprimidos e assustados a todo momento. A única coisa boa para mim é a hora que estou na escola, pois posso me sentir gente novamente e me descontraír por algumas horas.

Mas quando volto para cela tudo começa novamente. E começa de novo o que me parece ser ainda um horrível pesadelo.

Análise relato 14:

O relato “O cárcere” oferece um vislumbre das experiências e percepções do autor ao estar no ambiente prisional. O autor começa por descrever o ambiente prisional como “estranho e horrível”, indicando um contraste marcante com sua vida anterior. O cárcere é retratado como um lugar que traz uma mudança completa para sua existência.

O autor menciona que o ambiente é caracterizado por regras rigorosas impostas tanto pelos guardas quanto pelos próprios presos. A pressão para cumprir essas regras é intensa, com a ideia de que não há espaço para erros. O fato de que todos os presos podem ser punidos por um erro cometido por um indivíduo em sua cela, mesmo que não estejam diretamente envolvidos, é visto como injusto e desumano.

O relato destaca a necessidade de adaptação para sobreviver no ambiente prisional. A condição desumana e a pressão constante parecem forçar os detentos a ajustarem seu comportamento e mentalidade para lidar com a realidade em que se encontram.

O autor aponta para a falta de horários adequados para descanso. A descrição de barulhos, gritos e conversas durante a noite e a madrugada indica a falta de privacidade e a impossibilidade de desfrutar de um ambiente tranquilo para descansar. O relato menciona que os guardas tratam os detentos de forma agressiva e intimidadora, o que cria

um ambiente de medo constante. Isso contribui para um sentimento de repressão e ansiedade, onde os detentos vivem em estado de alerta e desconforto.

O autor destaca que a escola é um momento de alívio dentro do cárcere. A educação proporciona uma oportunidade para se sentir humano novamente e escapar temporariamente das pressões e desafios do ambiente prisional.

O relato termina com a expressão de que, ao retornar à cela após as aulas, o ciclo de desafios, pressões e ansiedade recomeça. O autor compara essa situação a um “horível pesadelo”, sugerindo a persistência e o impacto negativo constante do ambiente prisional em sua vida.

O relato reflete a visão do autor sobre o ambiente prisional, destacando a mudança drástica em sua vida, as regras rígidas, a responsabilização coletiva, a adaptação necessária, à falta de privacidade e a opressão tanto por parte dos guardas quanto dos outros detentos. A escola surge como um breve alívio, mas a sensação de pesadelo persiste ao retornar à cela.

Relato 15:

Pagando pelo erro

Após errar gravemente contra a sociedade certa pessoa, se depara com seu doloroso castigo; a prisão.

Um lugar com um ar um tanto “pesado”. Um castigo ao qual ela jamais iria querer passar por ele novamente.

Se deparou com inúmeras pessoas, uma diferente das outras, homicidas, ladrões, traficantes, etc... Criminosos bárbaros, violentos.

Porém, naquele local eles eram, por incrível que pareça; a maioria humilde; porém “unidos” contra uma tirania que se chamavam de “agentes”, que no qual deveria ser sinônimo de sociedade, que deveriam influenciar os encarcerados a se reintegrar a sociedade. Mas infelizmente não era isso que se sucedia.

Eles oprimem, maltratam covardemente, com palavras e agressões, fazendo com que aqueles que deveriam reintegrar a vida social ficassem mais revoltados e desorientados se saber a que caminho seguir, mas aí lhe pergunto: Qual seria a tendência desses, pós-revolta? Será que realmente os encarcerados que são culpados de não reintegrar a uma vida social ou tem um toque da sociedade nessa situação?

Análise relato 15:

O relato “Pagando pelo erro” aborda a experiência de alguém que cometeu um erro grave contra a sociedade e agora enfrenta o castigo da prisão. O autor destaca que a prisão é o castigo imposto a alguém que cometeu um erro grave contra a sociedade. Essa é uma forma de punição dolorosa que a pessoa enfrenta por suas ações.

O autor descreve a prisão como um lugar com um “ar pesado”, sugerindo que o ambiente é carregado de tensão e negatividade. Ele enfatiza que essa é uma experiência que a pessoa não gostaria de repetir. O relato destaca a diversidade de pessoas na prisão, incluindo homicidas, ladrões, traficantes e outros criminosos. Essa descrição ressalta a variedade de crimes e perfis de indivíduos dentro do sistema carcerário.

O apenado observa que, apesar da natureza dos crimes cometidos, muitos encarcerados são descritos como “unidos” e até “humildes”. Isso sugere que, dentro do ambiente prisional, as diferenças entre os detentos podem ser menos evidentes do que se poderia esperar.

O autor critica os agentes penitenciários, que deveriam ser responsáveis por influenciar a reintegração dos detentos à sociedade. No entanto, o autor argumenta que esses agentes frequentemente oprimem e maltratam os detentos com palavras e agressões.

O apenado questiona se a tirania e o tratamento opressivo dos agentes penitenciários têm um papel na dificuldade que os detentos enfrentam ao tentar reintegrar-se à sociedade após a prisão. A sugestão é que o tratamento recebido possa contribuir para a revolta e a desorientação dos detentos. Outra questão levantada é a de até que ponto a sociedade também tem responsabilidade no processo de reintegração dos detentos. Ele sugere que a sociedade pode ter um papel em criar um ambiente propício para a reabilitação, em vez de apenas culpar os detentos por não se reintegrarem.

Relato 16:

1º de janeiro de 2018. A pior desgraça da minha vida estava para acontecer... Ser preso...!

2 de janeiro, mais ou menos 6:00 HS da manhã e a van que nos transportava para o presídio *****, da a entrada na unidade. Coração batendo acelerado, medo, angústia, incertezas de tudo o que pode acontecer, esses são os primeiros sintomas, nas primeiras horas aqui dentro.

Me levaram para uma cela chamada de triagem, uma cela suja, fedida, com apenas duas camas, e pra piorar a situação o vaso do banheiro estava entupido, uma porcaria... Então é onde vc se sente bastante humilhado, vc se sente um verdadeiro lixo, na verdade é o que somos aqui, para esses agentes penitenciários e para muitos na sociedade... Se eu fosse escrever tudo q nós presos, passamos aqui dentro, teria que escrever um livro...

Análise relato 16:

O relato apresenta uma narrativa emocional e vívida sobre a experiência de ser preso e as primeiras impressões ao entrar no sistema prisional. A narrativa começa com a declaração de que o primeiro de janeiro de 2018 foi marcado pela chegada de uma desgraça, que é o ato de ser preso. O uso da palavra “desgraça” já denota o impacto emocional negativo dessa situação, estabelecendo a importância e a intensidade do evento.

O relato descreve a chegada à unidade prisional no dia 2 de janeiro por volta das 6 da manhã. A utilização de detalhes como o horário e a descrição da van que transporta os presos contribui para a imersão do leitor na experiência. O autor descreve seus sentimentos iniciais ao ser preso - coração acelerado, medo, angústia e incerteza. Essas emoções são naturais e compreensíveis diante de uma situação tão impactante e desconhecida e elas refletem o impacto emocional profundo que a prisão tem nas primeiras horas.

Um aspecto importante é a descrição da chegada ao presídio e a entrada na unidade. A escolha de palavras como “coração batendo acelerado” e “incertezas” ajuda a transmitir a ansiedade e o nervosismo que o autor estava sentindo. O relato foca a experiência na cela de triagem, descrevendo-a como suja, fedida e com problemas de infraestrutura, como o vaso entupido. Esses detalhes visuais e sensoriais ajudam a criar uma imagem vívida da condição desfavorável do ambiente em que o autor se encontra, além de retratar as condições precárias do ambiente prisional, ampliando o sentido de humilhação.

O autor expressa a sensação de humilhação e inferioridade que ele e outros presos experimentam nas mãos dos agentes penitenciários e na percepção da sociedade. Essa sensação de ser tratado como “verdadeiro lixo” ressalta o impacto na autoestima e na dignidade dos detentos.

O apenado menciona que, se quisesse descrever todas as experiências enfrentadas pelos presos, seria necessário escrever um livro. Isso sugere que o relato é apenas um vislumbre das muitas experiências e desafios que os presos enfrentam por trás das grades. A narração pessoal permite ao leitor adentrar na perspectiva do autor e entender os desafios emocionais e práticos associados à detenção.

Relato 17:

Em 2006 vim a 1ª vez preso e conheci o prizídio colônia penal. E vou ser bastante sincero foi o fim do mundo pois eu nunca tinha pasado por iso na minha vida. Pois no mundo do crime o mundo onde eu vivia eu já sabia que um dia iria conhecer.

Num asalto que deu erado fui preso e quando cheguei lá dentro da sela com 24 preso eu asustei bastante muinto aprençivo e ao mesmo tempo com medo porque tudo era bastante novo p/ min e lógico histórias diversas.

Aqui é o lugar onde o filho chora e a mãe não vê. Humilhações diversa já prezenciei aí nesse lugar um abuso de poder muinto grande.

Medo terror o pavor de ser um preso seim ningueim pra poder esta ao meu lado pra me apoia. + graças a Deus eu tenho a minha família que nunca me abandonarao a minha mãe minha esposa e minha filha ****. As minhas forças são pra elas poriso o medo não me asombra +. Por muinto tempo eu tive medo + percebi que eu não poso ter medo de encara as adiversidades dese lugar. Porque? Sinão eu não vou consegui sai. Poriso eu luto todos os dias e horo para que o medo não me asombre. E vou continua lutando para que um dia eu possa sai daqui com a minha integridade física salva. Depoimento de um detento.

Análise relato 17:

O relato apresenta uma visão pessoal e direta da experiência de um indivíduo que foi preso e teve seu primeiro contato com o sistema prisional. O autor relata que sua primeira prisão ocorreu em 2006 e que conheceu o ambiente prisional da Colônia Penal. O uso de “foi o fim do mundo” indica a profundidade do impacto emocional que a experiência teve em sua vida. O autor reconhece que, apesar de já saber que esse momento chegaria, estar lá era algo completamente novo e assustador. Essa discrepância entre o que se imaginava e a realidade acrescenta à sensação de novidade e medo.

O autor destaca a chegada à cela, onde havia 24 presos, evidenciando o ambiente fechado e a convivência com outros detentos. O relato revela que o autor estava apreensivo e com medo, o que é natural dado o ambiente desconhecido e a convivência com outros presos, cada um com suas histórias. Essa mistura de emoções é enfatizada ao longo do relato.

O apenado menciona ter testemunhado humilhações e abuso de poder dentro do sistema prisional. Isso evidencia a dinâmica complexa e, por vezes, desumana que pode ocorrer nos presídios e penitenciárias, afetando a dignidade dos detentos. Para além, o autor ressalta a importância do apoio de sua família, especialmente de sua mãe, esposa e filha. Ele afirma que suas forças estão concentradas nelas, e essa conexão com sua família é um elemento central para enfrentar os desafios da prisão.

O autor discute seu processo de lidar com o medo. Ele explica que, apesar de inicialmente sentir medo, percebeu que precisa encarar as adversidades do ambiente prisional para conseguir sair. A oração e a luta diária são apresentadas como ferramentas para superar esse medo e manter sua determinação.

O autor encerra o relato expressando sua esperança de que um dia conseguirá sair da prisão com sua integridade física preservada. O uso das palavras “lutando” e “orando” demonstra seu esforço contínuo e sua busca por uma saída melhor. Isso indica que, apesar das dificuldades e medos, a determinação persiste e motiva sua busca por uma saída.

No geral, o relato fornece um olhar pessoal sobre as emoções, os desafios e as estratégias de enfrentamento de um detento no sistema prisional, destacando a importância do apoio familiar, a luta contra o medo e a busca por superar as adversidades para conquistar a liberdade.

Relato 18:

Pela primeira vez no sistema

Eu no dia 20 de janeiro de 2001, fui preso no artigo 157, roubando um transe-unt fui condenado há 2 anos no regime fechado, eu não queria cometer nenhum tipo de crime, mas infelizmente sou usuário de CRACK, uma droga muito pesada e insociável, por isso cometi esse crime.

Bom, estou arrependido porque sofri demais, as celas eram superlotadas, com capacidade para 10 pessoas estávamos em 50 pessoas nas celas.

O prédio que funcionava a carceragem era cheio de goteiras no teto, vazava água nas paredes, molhando todo o chão, para dormir era preciso forrar sacolas plásticas por

baixo dos colchões, o banheiro, o vaso sanitário era colocado no chão, a cortina do banheiro era uma embalagem plástica improvisada as condições eram sub-humana independente dos erros que cometemos nenhum animal merecia aquelas condições muito ruim sofreu muito.

Análise relato 18:

O relato apresenta uma visão crua e sincera da experiência do autor ao ser preso pela primeira vez e ingressar no sistema prisional. O autor começa relatando a data em que foi preso e a natureza do crime pelo qual foi condenado, destacando o artigo 157, sendo condenado a 2 anos de prisão em regime fechado. Ele reconhece sua culpa e atribui o cometimento do crime ao fato de ser usuário de crack, uma droga pesada e destrutiva. Isso destaca como as substâncias ilícitas podem influenciar as ações das pessoas, levando-as a cometer atos criminosos para sustentar seus vícios.

O autor expressa arrependimento por ter cometido o crime, o que é agravado pelo sofrimento que enfrentou após ser preso. A experiência prisional parece ter sido uma fonte de sofrimento físico e emocional para ele, o que o levou ao arrependimento pelo que fez. Essa reflexão sugere uma consciência de seus erros e das consequências de suas ações.

O relato descreve as condições insalubres e degradantes nas quais o autor foi mantido na prisão. O autor detalha a superlotação da cela, as goteiras, as paredes molhadas e a falta de condições básicas, como a falta de cortinas adequadas para o banheiro. Ele usa a expressão “nenhum animal merecia aquelas condições” para enfatizar o quão terrível eram as condições em que ele e outros detentos foram mantidos. Essa descrição enfatiza a crueldade e as dificuldades enfrentadas pelos detentos.

A narrativa sublinha o sofrimento que o autor enfrentou, ressaltando o impacto psicológico e emocional das condições prisionais precárias. Essa experiência parece ter tido um impacto profundo em sua percepção e opinião sobre o sistema prisional.

O relato oferece uma visão direta das circunstâncias que levaram o autor a cometer um crime enquanto usuário de drogas e descreve as duras realidades das condições prisionais que enfrentou. O relato sugere um sentido de arrependimento e reconhecimento das consequências de suas ações, bem como a exposição das condições desumanas em que os detentos muitas vezes se encontram no sistema prisional.

Relato 19:**O primeiro sentimento atrás de grades**

No dia 06 de dezembro de 2018 fui preso acusado de algo que eu não cometi, e com a certeza da minha inocência fui até a delegacia dar meu depoimento e por incrível que pareça eu saí da delegacia preso.

Desde então me sinto um réu mal visto por todos, presos, agente etc. Foi a experiência pior da minha vida, com 51 anos passar por isso, quando cheguei na cadeia ouvi muitos presos e agentes falar que eu iria morrer pois à dois dias atrás um senhor que tinha sido preso com uma acusação parecida tinha sido assassinado pelos presos e então eu seria o próximo isso me abalou profundamente o meu psicológico ainda hoje depois de 5 meses não me recuperei, minha autoestima 0%, já tentei suicídio e vivo imensamente triste as vezes me sinto um lixo não dá pra expressar o que sinto, só sei dizer que não dezoje a ninguém passar pelo que estou passando, mas estou vivo graças a misericórdia que Deus tem com a minha vida. E ele é quem vai me tirar desse cárcere.

Análise relato 19:

A análise do discurso revela uma narrativa marcada por um sentimento de injustiça, desespero e traumas decorrentes da experiência de ser preso de forma equivocada.

O autor começa destacando a data em que foi preso e afirma categoricamente que foi acusado de algo que não cometeu. Esse sentimento de injustiça é central para o relato, pois o autor mantém sua convicção de inocência mesmo após sua prisão. A sensação de ter sido preso injustamente minou a confiança do autor no sistema legal e na justiça.

O autor expõe o forte impacto psicológico que a prisão injusta causou em sua vida. Ele descreve como a experiência afetou sua autoestima e psicológico, levando-o a um estado de tristeza profunda e pensamentos suicidas. Isso demonstra o quanto o trauma da prisão teve um efeito devastador em sua saúde mental.

O autor compartilha a experiência de ser malvisto por outros detentos e agentes. Essa percepção negativa contribuiu para uma queda acentuada na autoestima do autor. Ele se sente como um “réu malvisto por todos”, o que sugere uma profunda alienação e isolamento social. Essa sensação de ser maltratado ou evitado pelos outros detentos pode ser um reflexo do estigma associado à acusação e prisão, independentemente da culpa real.

O relato menciona que o autor ouviu comentários de outros detentos e agentes que o ameaçaram de morte, citando um incidente anterior semelhante. Esse contexto de ameaça e medo é intensificado pela perspectiva de morte iminente. Esse medo constante e sensação de perigo contribuíram para o abalo emocional e psicológico do autor.

O autor revela que sua experiência na prisão teve um efeito profundo em seu estado mental. Ele descreve uma queda significativa em sua autoestima, menciona ter tentado suicídio e expressa um estado de tristeza constante. A narrativa sugere uma luta contra a depressão e a angústia emocional.

O autor encerra o relato expressando sua crença na misericórdia divina como sua única esperança para sair dessa situação. Ele atribui a Deus a capacidade de tirá-lo do cárcere e demonstra uma busca por algum tipo de consolo e solução diante de sua luta. O relato reflete o profundo impacto emocional e psicológico da prisão dita injusta sobre o autor. O sentimento de injustiça, o medo, a tristeza e a busca por uma saída por meio da fé estão entrelaçados na narrativa, pintando um quadro da angústia vivenciada por alguém que passou por essa experiência traumática.

Relato 20:

2014 minha primeira vez que fui preso. Bom é um sentimento muito ruim, que mistura medo desespero e pânico. Eu mesmo fiquei 10 meses preso da primeira vez tudo é diferente é outro mundo desconhecido que vc tem que procurar aprender rápido pelo seu bem, as coisas dentro deste lugar chamado colônia penal, aqui dentro a gente tem que aprender a falar na gíria do sistema, fazer funções.

O medo é o mais pior, porque vc vive 24 hs por dia sobre pressão, tudo pode mudar em segundo e sempre é pra pior.

A comida no mínimo é uns 30 dias para começar a se alimentar bem antes é impossível não é tanto por causa da comida não que a comida seja boa, porque não é, mais o psicológico é muito afetado, bate aquela saudade de casa, mais com o tempo vc é capaz de suportar tudo, a parte boa de ser o único ser vivo que se adapta em qualquer lugar para sua sobrevivência, quando eu voltei agora no ano 2016, já foi tudo diferente, não tive muita dificuldade e não sofri muito, mais não quer dizer que não sofro porque sofro é muita saudade e as lembranças são as piores, mais com minha fé, irei logo embora pra nunca mais voltar.

Análise relato 20:

A análise do discurso revela uma narrativa marcada por uma primeira experiência de prisão em 2014 e uma subsequente prisão em 2016. O relato começa com a descrição do sentimento negativo e complexo associado à primeira vez que o autor foi preso. São mencionados sentimentos como medo, desespero e pânico. Esses sentimentos ilustram a intensidade da reação emocional ao se deparar com um ambiente desconhecido e ameaçador.

O autor descreve a prisão como um “outro mundo desconhecido”. O relato enfatiza a necessidade de adaptação rápida ao ambiente prisional. O autor menciona a importância de aprender as gírias e as dinâmicas do sistema para sobreviver e se proteger dentro da prisão. A natureza estranha e nova do ambiente prisional é destacada, bem como a necessidade de se adaptar rapidamente a uma nova cultura e regras.

O medo é descrito como um elemento dominante na prisão, sendo um dos aspectos mais perturbadores ali dentro, onde a pressão e a imprevisibilidade das situações criam um clima de tensão constante. O autor destaca como as circunstâncias podem mudar abruptamente, frequentemente para pior, o que contribui para um estado de alerta permanente.

A narrativa sugere que a experiência na prisão não apenas afeta o corpo, mas também o estado psicológico dos detentos. A alimentação inadequada e as condições precárias afetam o bem-estar mental, intensificando sentimentos de saudade e lembranças dolorosas do mundo exterior. O relato destaca o impacto duradouro que a prisão pode ter na psique dos detentos.

O autor menciona sua fé como uma fonte de força e esperança para enfrentar os desafios da prisão. Essa fé parece ser um recurso importante para manter a resiliência e a determinação de superar as adversidades. O apenado compartilha que sua segunda experiência de prisão, em 2016, foi diferente da primeira. Isso devido a capacidade de se adaptar a diferentes ambientes como uma forma de sobrevivência. Dessa forma, sugere-se uma evolução pessoal e uma maior familiaridade com o ambiente prisional. Embora ainda haja sofrimento, a experiência é retratada como menos difícil devido à familiaridade adquirida.

O relato reflete as emoções complexas e as dificuldades enfrentadas por alguém ao ser preso pela primeira vez. Aborda a necessidade de adaptação, os desafios psicológicos, o medo constante e a resiliência necessária para enfrentar o ambiente

prisional. A fé é apresentada como uma ferramenta de apoio emocional na busca pela superação e pela eventual saída do sistema prisional.

Relato 21:

Minha primeira prisão foi no ano de 2010 foi meio constrangedor também é aquela desconfiança medo e raiva ao mesmo tempo não conhecia o sistema prisional, tinha que conviver com as dificuldades com diálogo com os carcereiros e também com os presos, estamos em um lugar onde estamos a flor da pele todos os instintos ligados com o que possa acontecer, brigas por diferenças de religião cor raça até mesmo sexo coisas que no século que vivemos não poderiam estar acontecendo embora somos partes desses descazos sociais que aflingi nossa sociedade, a nossa vida, no entanto que no ano de 2017 eu retornei ao sistema prisional estou até hoje esperando outra oportunidade para tentar retomar minha vida trabalhando honestamente longe de tudo que possa denegrir ou acusar minha pessoa de hoje viver longe de preconceitos e de intolerância dos seres humanos, tentar viver uma vida realmente como deve ser deixar nossas fraquezas e pensarmos positivamente no que nós podemos ser melhor no dia de amanhã.

Análise relato 21:

O relato apresenta uma visão pessoal sobre a primeira prisão ocorrida em 2010, e posterior retorno ao sistema prisional em 2017, explorando sentimentos, desafios e aspirações. O autor descreve a primeira prisão como “constrangedora”, indicando um sentimento de vergonha e desconforto. Há uma mistura complexa de emoções, incluindo desconfiança, medo e raiva. A experiência é nova e desconhecida, resultando em um ambiente onde as emoções estão à “flor da pele”. Esses sentimentos são reflexos das incertezas e adaptação a um sistema prisional desconhecido.

O autor menciona as dificuldades de convivência, tanto com os agentes prisionais quanto com os presos. Isso sugere que a experiência prisional não se limita apenas à reclusão, mas também envolve interações complexas com diferentes partes envolvidas no sistema.

O relato ressalta o ambiente tenso e potencialmente volátil dentro do sistema prisional. O autor menciona conflitos baseados em diferenças de religião, cor, raça e sexo. Esses conflitos contradizem as expectativas de uma sociedade moderna e, ao mesmo tempo, expõem as tensões sociais e as contradições presentes no sistema carcerário.

O autor reconhece que, embora os detentos sejam considerados parte dos “descasos sociais”, eles também são afetados por esses problemas. A experiência da prisão, de certa forma, revela como a sociedade como um todo lida com questões sociais e a marginalização de determinados grupos.

O apenado relata o retorno ao sistema prisional em 2017 e expressa o desejo de uma oportunidade para retomar a vida trabalhando honestamente. O relato sugere uma aspiração por uma vida melhor, livre de preconceitos e intolerância. Há uma busca por mudança pessoal e pela superação das fraquezas.

O relato encerra com uma nota de esperança, destacando a intenção de pensar positivamente no futuro e de se esforçar para ser uma pessoa melhor. Essa perspectiva otimista sugere que, apesar das adversidades, o autor está comprometido em melhorar a própria vida e se afastar de situações que possam prejudicar sua imagem ou integridade.

O relato explora as emoções e desafios associados à primeira prisão, bem como a busca subsequente por uma vida mais positiva e redentora. A narrativa destaca as dificuldades da convivência no ambiente prisional, incluindo a presença de conflitos e preconceitos, enquanto também aborda a necessidade de transformação pessoal e a esperança de uma vida melhor no futuro.

Relato 22:

O antes e depois

A primeira vez que tive minha liberdade privada eu tinha 12 anos não me importava com nada, pois já tinham conhecimento que a justiça era branda demais para menores, o único motivo que me fazia sentir mau, era de saber que meus pais iriam ficar bem mau, e isso foi até aos 18 anos de idade com diversas passagens em vários artigos. Até quando tive minha liberdade privada de verdade, porém agora de maior de idade e com a lei mais severa, fez a minha cabeça mudar totalmente com arrependimentos verdadeiros, hoje com 21 anos de idade e 3 anos e 4 meses preso consigo pensar em uma expectativa de vida diferente com projetos e objetivos de vida de um homem com uma vida normal, as vezes acho que foi um mau que veio para o bem e que realmente mudou minha vida literalmente é isso hoje quero um futuro com uma opinião formada e espero que vários que estão no momento no mesmo lugar que eu me encontro, posso pensar no mesmo objetivo, acreditando que o crime só te recompensa com o sofrimento.

Análise relato 22:

O relato apresenta uma narrativa pessoal que abrange uma transformação significativa, abordando a perspectiva do autor antes e depois de passar por experiências no sistema prisional. No início o autor descreve uma atitude de despreocupação quando jovem e menor de idade, em relação às consequências criminais. O autor relembra sua juventude transgressora, começando a ser privado de liberdade aos 12 anos e continuando até os 18 anos, com várias passagens em vários artigos. Isso sugere que o sistema de justiça para menores era percebido como “brando demais”, o que possivelmente influenciou a percepção do autor sobre a impunidade.

O autor expressa o reconhecimento de que suas ações prejudicavam seus pais, gerando desconforto para eles. No entanto, o impacto sobre os pais não foi suficiente para gerar uma mudança de comportamento. Isso revela uma consciência parcial das consequências de suas ações.

A partir dos 18 anos, quando as leis começam a ser mais severas para adultos, o autor menciona uma mudança significativa em sua perspectiva e mentalidade. Ele passou a sentir arrependimentos genuínos e começou a repensar suas ações passadas. Isso sugere que o aumento da responsabilidade legal trouxe uma maior consciência das consequências e riscos envolvidos em atividades criminosas, essa mudança de perspectiva sugere um processo de amadurecimento e reflexão sobre suas escolhas.

A experiência do autor na prisão parece ter gerado um profundo arrependimento e uma transformação em suas atitudes. O autor passa a olhar para a vida de uma forma mais madura, com projetos e objetivos para um futuro diferente e mais construtivo. Agora com 21 anos e tendo passado 3 anos e 4 meses na prisão, o autor expressa um desejo de ter uma vida diferente no futuro. Ele fala sobre projetos e objetivos de vida mais positivos, alinhados com a ideia de viver como um indivíduo comum e não mais como um criminoso.

O autor acredita que a experiência de prisão, apesar de difícil, foi um ponto de virada positivo em sua vida. Ele expressa a crença de que o “mal” que experimentou por meio do sistema penal foi um fator que o levou a repensar suas ações e a buscar uma nova perspectiva de vida. O autor enfatiza que o crime não compensa, mas sim traz sofrimento. Essa mensagem é destinada a outros que possam estar enfrentando situações semelhantes.

O autor encerra o relato com a esperança de que sua transformação inspire outros que estejam na mesma situação. O autor deseja que esses indivíduos possam almejar um

futuro melhor, longe das atividades criminosas, baseado em uma compreensão mais profunda das consequências.

O relato descreve uma jornada de mudança e crescimento pessoal, com o autor passando de uma vida transgressora na adolescência para uma visão de futuro mais positiva e alinhada com uma vida honesta e livre de criminalidade. Isso destaca como as experiências de vida podem moldar profundamente nossas perspectivas e comportamentos ao longo do tempo.

4.5 - Campos emocionais: sintaxe e sujeitos nas narrativas prisionais

Neste tópico, realizaremos uma análise detalhada das emoções narradas pelos presos, utilizando o conceito de sintaxe de maneira metafórica. Em vez de nos referirmos à estrutura gramatical das frases, aplicaremos a ideia de sintaxe à organização e estruturação das emoções descritas pelos detentos. As emoções serão sistematicamente colocadas em uma tabela, permitindo uma visualização clara e ordenada dos sentimentos expressos. Essa abordagem nos permitirá não apenas mapear o campo das emoções, mas também identificar e contextualizar os sujeitos que vivenciam essas emoções. Por meio dessa análise, buscaremos compreender melhor a complexidade emocional das experiências carcerárias e como diferentes emoções se inter-relacionam ao longo do tempo.

Para facilitar a compreensão dos relatos e destacar a repetição dos sentimentos e experiências entre os presos, as tabelas foram coloridas de acordo com os temas e emoções que se repetem em diferentes relatos. Cada cor representa um sentimento ou aspecto específico, como medo, opressão, arrependimento, ou condições físicas adversas. Essa abordagem visual permite identificar rapidamente padrões comuns e diferenças nas experiências dos detentos, tornando a análise mais didática e acessível. Ao associar cores aos sentimentos e situações descritas, a visualização das tabelas se torna mais clara e intuitiva, facilitando a interpretação dos dados e a compreensão das complexas interações no ambiente carcerário. Dessa forma, a cor azul representa sentimentos de choque, medo e dor; a cor vermelha emoções negativas como humilhação, raiva, ódio e agressão; a cor verde emoções positivas ou de recuperação, como apoio, conselhos e reflexão e a cor amarela está associada a sentimentos de vigilância e incerteza.

Relações emotivas								
Grupo	Ele mesmo	Policiais penais	Companheiros de cela	Amigos de fora	Família	Polícia	Sociedade	Deus
Relato 1	Medo e desamparo; Desespero e desejo de suicídio;	Violência e humilhação.	Solidariedade e apoio.	Não mencionado diretamente.	Preocupação.	Ressentimento	Crítica ao sistema prisional.	Busca por compreensão e perdão.
	Revitalização e esperança.				Sufrimento.	Desejo de justiça.		
Relato 2	Angústia e desespero; tristeza profunda e perda de sentido;	Opressão e humilhação.	Conflitos e pressão social.	Isolamento.	Saudade.	Ressentimento e desconfiança.	Estigma e exclusão.	Conforto e confiança.
	Fé em deus e esperança			Distância.	Desamparo.			
Relato 3	Medo e Pavor; Desespero e isolamento;	Opressão e desconfiança.	Ameaças e intimidação.	Saudade.	Angústia.	Ressentimento	Estigma e exclusão.	Confiança e conforto.
	Confiança e esperança em Deus			Solidão.	Preocupação.			
Relato 4	Perda e arrependimento;	Violência e revolta.	Solidariedade e apoio.	Saudade.	Orgulho e expectativas.	Ressentimento e desconfiança.	Estigma e desequilíbrio social.	Fé e crença na redenção.
	Revolta e desejo de vingança;			Preocupação.				

	Esperança e fé em Deus.							
Relato 5	Desespero e arrependimento;	Respeito e agradecimento.	Humilhação e conflito.	Saudade e esperança.	Orgulho e alívio.	Respeito.	Reintegração e superação.	Fé e gratidão.
	Valorização da família e mudança de hábitos.					Desconfiança.		
Relato 6	Medo e desesperança; Desilusão e choque.	Agressividade e hostilidade.	Conflito e dificuldade de convivência.	Saudade.	Preocupação.	Desconfiança.	Revolta e desesperança.	Súplica.
				Isolamento.	Angústia.	Desprezo.		Questionamento
Relato 7	Desilusão.	Confronto.	Conflito e convivência.	Saudade.	Angústia.	Desconfiança.	Rejeição e retribuição.	Busca e conforto espiritual.
	Arrependimento			Resignação.	Distância.	Perdão.		
Relato 8	Desilusão e revolta; Trauma e sobrevivência.	Abuso e desconfiança.	Conflito e solidariedade forçada.	Saudade.	Vergonha e angústia.	Ressentimento	Estigma e rejeição.	Questionamento e esperança.
				Abandono.		Desconfiança.		
Relato 9	Desespero e angústia;	Revolta e ressentimento.	Conflito e solidariedade forçada.	Preocupação.	Tristeza e sofrimento.	Desconfiança.	Desesperança e revolta.	Súplica por ajuda e conforto espiritual.
	Arrependimento e culpa.			Solidão.		Revolta.		
Relato 10	Medo e desamparo;	Violência e indiferença.	Conflito e solidariedade forçada.	Saudade.	Preocupação.	Desconfiança.	Estigma e superproteção.	Devoção e esperança.
	Resignação e gratidão.			Isolamento.	Esperança.	Injustiça.		

Relato 11	Medo e Desamparo	Violência e Abuso de Poder.	Solidariedade Forçada e Conflito.	Distância	Preocupação e Incompreensão	Desconfiança.	Crítica.	Questionamento
	Reflexão e mudança de percepção.			Isolamento		Crítica	Desilusão	Espiritualidade.
Relato 12	Medo e arrependimento; Desespero e Necessidade de ajuda.	Desespero e necessidade de ajuda.	Solidariedade forçada e conflitos.	Distância e incompreensão.	Preocupação e sofrimento.	Desconfiança.	Crítica.	Questionamento e fé abalada.
						Ressentimento	Desilusão	
Relato 13	Medo, arrependimento e adaptação;	Opressão física e psicológica.	Conflito e solidariedade forçada.	Distância e incompreensão.	Preocupação	Desconfiança.	Crítica ao sistema carcerário.	Fé e esperança.
	Sobrevivência.					Desejo de liberdade.		
	Resiliência.							
Relato 14	Estranhamento e adaptação; Repressão e medo constante.	Agressividade e intimidação.	Solidariedade forçada e conflitos.	Distância e desconexão.	Saudade e desejo de liberdade.	Ressentimento	Desumanização e crítica ao sistema.	Fé e esperança.
						Desconfiança.		
Relato 15	Arrependimento e dificuldade de aceitação;	Opressão e maltrato.	União forçada e conflitos internos.	Distância.	Saudade.	Desconfiança.	Crítica e descrença no sistema.	Questionamento
	Revolta e desorientação.			Isolamento.	Desilusão.	Culpabilização		Busca espiritual.
Relato 16	Medo e angústia	Desprezo.		Distância.	Saudade.	Ressentimento	Estigma.	Questionamento

	Humilhação e autocondenação.	Desconfiança.	Solidariedade forçada e conflitos.	solidão.	Dor.	Culpabilização	Abandono.	Desespero.
Relato 17	Medo, apreensão;	Abuso de poder.	Solidariedade forçada e conflitos.	Apoio.	Amor, apoio e motivação.	Ressentimento e culpa.	Estigma e desamparo.	Fé e esperança.
	Determinação, luta e esperança.	Desconfiança.		Solidão.				
Relato 18	Arrependimento e sofrimento; Desespero e frustração.	Descaso e indignação.	Solidariedade.	Preocupação e distância.	Amor e apoio.	Ressentimento e crítica.	Estigma e exclusão.	Fé e esperança.
			Conflito.					
Relato 19	Injustiça e desespero; Tristeza profunda e autoestima baixa.	Medo.	Desconfiança.	Preocupação.	Preocupação.	Ressentimento e descrença.	Estigma.	Fé e esperança.
		Desconfiança.	Ameaça.	Solidariedade.	Apoio.		Abandono.	
Relato 20	Medo, desespero e pânico;	Pressão e conflito.	Solidariedade.	Saudade e apoio.	Saudade e esperança.	Desconfiança.	Estigma.	Fé e esperança na libertação.
	Adaptação e resiliência.		Conflito.			Ressentimento	Desejo de redenção.	
Relato 21	Desconfiança.	Conflito.	Conflitos por diferenças.	Apoio e saudade.	Preocupação	Repressão.	Estigma.	Fé e confiança.
	Medo e raiva.				Esperança.	Desconfiança	Desejo de redenção.	
Relato 22	Arrependimento e mudança; Esperança e projetos de vida.	Conflito e respeito forçado.	Adaptação e compartilhamento.	Apoio.	Preocupação.	Repressão e desconfiança.	Redenção.	Fé e conforto espiritual.
				Distância.	Perdão.		Estigma.	

Espaços de sociabilidade					
Espaços de sociabilidade	Cadeia (de forma geral)	Triagem	Cela pós triagem	Casa	Rua
Relato 1	Medo e vulnerabilidade;	Desespero e sensação de abandono.	Suporte e solidariedade.	Preocupação e sofrimento.	Ignorância e imaturidade.
	Humilhação e condições precárias.				
Relato 2	Desespero.	Isolamento e precariedade.	Pressão social e conflitos internos.	Saudade.	Ignorância e falta de preparo.
	Condições desumanas.			Sentimento de perda.	
Relato 3	Medo e desconhecido.	Isolamento e condições precárias.	Solidão e desamparo.	Saudade.	Ignorância e despreparo.
				Perda de liberdade.	
Relato 4	Medo	Desamparo e condições precárias.	Solidão e desconforto.	Saudade e nostalgia.	Liberdade.
	Intimidação.				Restrição.
Relato 5	Confinamento e restrição.	Desamparo e desconforto.	Solidão e reflexão.	Saudade.	Libertação.
				Remorso.	Receio.
Relato 6	Violência e desumanidade.	Medo e desconforto.	Solidão e depressão.	Saudade.	Libertação.
				Remorso.	Receio.
Relato 7	Condições precárias e superlotação.	Medo.	Adaptação e sobrevivência.	Saudade e nostalgia.	Libertação.
		Incerteza.			Receio.
Relato 8	Violência e confinamento.	Medo e desamparo.	Repulsa.	Nostalgia.	Libertação.
			Sobrevivência.	Desejo de retorno.	Insegurança.
Relato 9	Condições desumanas e desespero.	Medo.	Isolamento.	Nostalgia e saudade.	Libertação.
		Violência.	Conflito.		Insegurança.
Relato 10	Condições desumanas.	Medo.	Isolamento.	Nostalgia e saudade.	Esperança.
	Sobrevivência.	Humilhação.	Conflito.		Incerteza.
Relato 11	Violência e desumanização.	Medo.		Nostalgia.	Esperança.

		Humilhação.	Condições precárias e desespero.	Distância.	Incerteza.
Relato 12	Medo.	Raiva e condições precárias.	Conflito.	Nostalgia.	Esperança.
	Desumanização.		Sobrevivência.	Distância.	Incerteza.
Relato 13	Opressão e condições precárias.	Medo e abandono.	Adaptação.	Nostalgia.	Esperança e liberdade.
			Sobrevivência.	Distância.	
Relato 14	Regras rigorosas.	Estranhamento e insegurança.	Conflitos e barulhos constantes.	Nostalgia	Esperança e liberdade.
	Desordem.			Distância.	
Relato 15	Ambiente pesado e desordenado.	Desconhecimento.	Conflitos e solidariedade forçada.	Nostalgia e desejo de retorno.	Esperança.
		Intimidação.			Incerteza.
Relato 16	Ambiente desumano e desesperador.	Humilhação.	Solidão e conflitos internos.	Saudade e nostalgia.	Esperança.
		Desesperança.			Incerteza.
Relato 17	Medo e desesperança.	Humilhação.	Solidão e conformismo.	Saudade e nostalgia.	Esperança e preparação.
Relato 18	Sofrimento e condições desumanas.	Desconforto e insegurança.	Superlotação.	Saudade e nostalgia.	Esperança e planejamento.
			Desespero.		
Relato 19	Medo.	Injustiça.	Solidão e desespero.	Nostalgia e saudade.	Esperança e liberdade.
	Ameaça.	Desamparo.			
Relato 20	Medo.	Desamparo e estranhamento.	Solidão.	Saudade e nostalgia.	Esperança e liberdade.
	Adaptação.		Sobrevivência.		
Relato 21	Fé e confiança.	Desconforto e estranhamento.	Conflito.	Saudade e nostalgia.	Esperança e libertação.
			Adaptação.		
Relato 22	Confinamento e sobrevivência.	Desconforto e incerteza.	Adaptação e rotina.	Nostalgia e desejo de retorno.	Esperança e liberdade.

Tecendo vidas: As relações dos presos com a malha					
Relatos	Objetos inanimados	Animais	Sujeira e condições físicas	Presídio (estrutura)	Espaço carcerário
Relato 1	Algemas, manta ausente, chão sujo de urina, paredes.	Não mencionados diretamente no relato.	Urina nas paredes, chão sujo, falta de comida e de itens básicos.	Triagem, cela, ausência de camas ou colchões.	Opressores e desumanizadores, criando um ciclo de raiva e ódio.
Relato 2	Grades, camas beliche, chão frio, manta.	Não mencionados diretamente no relato.	Cela pequena e fria, banheiro sujo, falta de colchões.	Cela especial, cela com 22 presos, sem contato com a família.	Descrito como "um inferno", sem contato com a família, falta de esperança.
Relato 3	Chave, porta/grade, paredes, chão frio e molhado, roupa, fichamento.	Não mencionados diretamente no relato.	Chão molhado e frio, falta de recursos básicos (fome, sede), triagem apertada.	Cela pequena e fria, espaço de triagem de 3x1 metro.	Descrito como um local de tortura psicológica e isolamento.
Relato 4	Arma (doze), estrutura da cadeia (cela).	Cachorro solto em cima dos presos.	Não mencionada diretamente no relato.	Mencionado como um lugar horrível, onde os presos sofrem violência física e psicológica.	Descrito como um lugar onde o tempo não passa e que promove revolta.
Relato 5	Droga (presente na prisão, mas rejeitada pelo preso).	Não mencionados diretamente no relato.	Não mencionados diretamente no relato.	A prisão foi um lugar onde o apenado refletiu, apesar da condenação e humilhação.	O espaço da prisão permitiu reflexão e mudança.
Relato 6	Cela, sujeira (urina e fezes), falta de água.	Ratos "entrando e saindo da cela", dominando o ambiente.	Lugar "fedendo a urina e merda", celas constantemente invadidas por ratos.	Sistema prisional tratado como uma mentira, prisões incapazes de ressocializar.	Espaço físico marcado por dor, humilhação, e sensação constante de insegurança.

Relato 7	Lençol frio, chão gelado, cela mínima.	Não mencionado diretamente no relato.	Falta de água, má acomodação, superlotação.	Bloco de castigo, condições sub-humanas.	Condições sub-humanas, falta de higiene.
Relato 8	Cela úmida e suja, cor preta indefinida.	Baratas.	Cela suja e úmida, meio ambiente hostil.	Punições físicas e psicológicas, como o preso pendurado de cabeça para baixo.	Cela úmida, escura e suja.
Relato 9	Alimentação inadequada e falta de conforto.	Ratos presentes na cela.	Cela suja, falta de alimentação e condições precárias.	Mau tratamento pelos agentes e rebeliões.	Local onde maltrata a família, agentes batem, agressões físicas e tratamento abusivo.
Relato 10	Relógio, aliança, anel e urina em garrafa.	Não mencionado no relato.	Cela pequena e suja com banheiro improvisado. Presença de sujeira e falta de limpeza nos blocos.	Bloco D (celas de castigo) e Bloco 2 (seguro), com especificidades em relação a facções e segurança.	5 dias em uma cela sem higiene adequada, urina em garrafa. Alimentação básica fornecida após o período de castigo. Audiência de custódia com juiz, promotor e registro em computador.
					Oportunidade de estudar após anos, mostrando gratidão.
Relato 11	Maço de cigarro, cela de 1,50 x 2 metros.	Não mencionado no relato.	Condições de sujeira e falta de espaço	Cela de 1,50 x 2 metros com 12 pessoas.	Estrutura do presídio como um espaço opressivo e punitivo, sem

			para dormir adequadamente.	Sentimentos de medo, fome, frio e desamparo.	consideração pelo bem-estar dos presos.
Relato 12	Cela pequena, gás de pimenta, marmitas e garrafa d'água jogados no chão, muro gigante e segurança armada na entrada.	Ratos.	Sujeira, presença de ratos, e alimentos jogados no chão. Agentes abusando de autoridade, jogando gás de pimenta e alimentando os presos de maneira inadequada. Marmitas e garrafa d'água jogados no chão, expostos a ratos.	Muro gigante e segurança armada na entrada, reforçando a sensação de controle e opressão.	Cela pequena, obscura, fedida e separada das outras. Ambiente que piora com o tempo, causando arrependimento e desespero.
Relato 13	Mantas, banheiro compartilhado entre muitos presos bitucas de cigarros.	Não mencionado no relato.	A condição física do ambiente é precária, refletindo em sujeira e falta de manutenção.	Cela minúscula com cerca de 15 presos, apenas algumas mantas, e um ambiente decadente. Pequena cela com 6 camas, 1 banheiro para 25 pessoas, sem TV, banho de sol, ou visitas.	Um lugar de opressão com uma estrutura que contribui para a sensação de estar em um "inferno".
Relato 14	Escola.	Não mencionado no relato.	Descrição não específica, mas inferida como um ambiente	Barulhos, gritos e conversas altas durante a noite, sem consideração pelos outros.	Ambiente descrito como estranho, desordenado, com regras rigorosas e sem direito a erro.

			desordenado e horrível.	A única parte positiva mencionada é a escola, onde o narrador se sente mais humano e descontraído.	
Relato 15	Mencionados implicitamente, relacionados ao ambiente e às condições de vida na prisão.	Não mencionado no relato.	Não especificado diretamente no relato, mas inferido como um ambiente que contribui para a sensação de castigo e desconforto.	O espaço destinado para reintegração não cumpre seu papel, com os agentes contribuindo para a desintegração social dos presos.	Descrição do espaço como tendo um ar "pesado" e opressivo.
Relato 16	Van de transporte, cela, camas, vaso sanitário.	Não mencionado no relato.	A cela é descrita como suja, fedida, com um vaso sanitário entupido.	Ambiente opressivo: a estrutura física do presídio, com seu design e condições, contribui para a opressão psicológica e emocional.	cela de triagem, um espaço pequeno e inadequado, com apenas duas camas e um vaso sanitário entupido.
Relato 17	Cela.	Não mencionado no relato.	Não especificado detalhadamente, mas o ambiente é descrito como opressivo e adverso.	A cela descrita como pequena e superlotada com 24 presos, o que causou medo e ansiedade.	Descrição do presídio como um lugar opressor e aterrorizante, com grandes desafios emocionais e físicos.
Relato 18	Celas, goteiras, chão e paredes molhadas, sacolas plásticas, colchões, vaso sanitário.	Não mencionado no relato.	Água vazando nas paredes, chão molhado, colchões forrados com sacolas plásticas, banheiro improvisado.	O prédio da carceragem com goteiras, vazamento de água nas paredes e condições de superlotação.	Celas superlotadas, originalmente projetadas para 10 pessoas, mas com 50 ocupantes.

Relato 19	Não mencionados diretamente no relato.	Não mencionado no relato.	Não especificamente detalhadas, mas implicadas como parte do ambiente geral e sofrimento vivido.	Estrutura do presídio não detalhada diretamente, mas implica um ambiente hostil e ameaçador.	Sensação de estar em um espaço hostil e ameaçador, com a percepção de que a vida está em perigo.
Relato 20	Comida.	Não mencionado no relato.	O relato menciona que a comida demora 30 dias para se tornar aceitável e que o psicológico é muito afetado.	O presídio é descrito como um "lugar chamado colônia penal", um ambiente desconhecido e opressivo.	O espaço é descrito como um lugar onde é necessário aprender a "falar a gíria do sistema" e realizar funções.
Relato 21	O relato não menciona objetos inanimados específicos.	Não mencionado no relato.	Não há uma menção específica a sujeira ou condições físicas, mas a experiência geral inclui dificuldades e constrangimentos.	O sistema prisional é descrito como desconhecido e desconcertante, com dificuldades no convívio com carcereiros e presos.	O espaço é um lugar de tensão, onde conflitos surgem devido a diferenças de religião, cor, raça e sexo.
Relato 22	Não mencionado diretamente no relato.	Não mencionado no relato.	Não explicitamente mencionado, mas a mudança na experiência pode implicar uma maior consciência das condições físicas.	Não mencionada diretamente, mas implicada na mudança de experiência ao longo do tempo.	A experiência na prisão muda com a idade, passando de uma visão mais leve para uma percepção mais séria e impactante.

Questão temporal			
Fase temporal	Antes de ser preso	Durante o encarceramento	Devir durante
Relato 1	Ignorância e inocência; Desconhecimento e despreparo.	Violência e desespero.	Crítica e esperança por mudança; Desejo por justiça e perdão.
		Desesperança e consideração de suicídio.	
		Solidariedade e apoio dos companheiros.	
Relato 2	Incredulidade e descrença; Preocupação e medo do desconhecido.	Tristeza profunda e desejo de suicídio;	Crítica ao sistema e busca por mudança; Conscientização e reflexão.
		Fé e esperança em Deus; Adaptação e resiliência.	
Relato 3	Incredulidade e choque; Medo e preocupação.	Desespero e tristeza.	Reflexão crítica e desejo de mudança; Persistência e sobrevivência.
		Esperança e fé em Deus; Resiliência e adaptação.	
Relato 4	Despreocupação e ignorância.	Revolta e sofrimento.	Reflexão e transformação; Adaptação e projeção de futuro.
	Choque e desespero.	Esperança e resiliência.	
Relato 5	Despreocupação e desconhecimento.	Humilhação e resiliência.	Esperança e expectativa; Reflexão e transformação.
	Choque e adaptação.	Aprendizado e autoavaliação.	
Relato 6	Ignorância e inocência.	Desespero e desumanização.	Esperança e cautela; Reflexão e transformação.
	Perda de liberdade e angústia.	Resignação e sobrevivência.	
Relato 7	Estabilidade e queda.	Adaptação e aprendizado; Resignação e esperança.	Mudança e reconstrução; Redenção e perdão.
	Arrependimento e reflexão.		
Relato 8	Curiosidade e pressão dos pares.	Desamparo e sobrevivência.	Autoconhecimento e autodefesa; Reflexão e transformação.
	Inocência e desconhecimento.	Adaptação e cautela.	
Relato 9	Curiosidade e iniciação.	Desespero e sofrimento.	Esperança e sobrevivência; Suplica por mudança e justiça.
	Arrependimento e mudança.	Resistência e luta.	
Relato 10	Incerteza e necessidade.	Desespero e sobrevivência.	Esperança e oportunidade; Gratidão e determinação.
	Arrependimento e mudança.	Adaptação e aceitação.	

Relato 11	Normalidade e Preparação.	Reflexão e Adaptação.	Esperança e Determinação; Consciência e Advocacia.
	Desespero e Medo.	Crítica e Resistência.	
Relato 12	Normalidade e arrependimento	Sobrevivência e adaptação.	Resiliência e superação; Esperança e mudança.
	Preocupação e desconhecimento	Desespero e isolamento.	
Relato 13	Normalidade e arrependimento.	Adaptação e aprendizado.	Fé e persistência; Reflexão e mudança interna.
	Desconhecimento e inocência.	Desespero e luta diária.	
Relato 14	Normalidade e arrependimento.	Adaptação e sobrevivência.	Fé e resiliência; Reflexão e anseio pela liberdade.
	Desconhecimento e inocência.	Repressão e conformidade.	
Relato 15	Arrependimento.	Revolta e desumanização.	Reflexão e busca por mudança; Esperança e reintegração social.
	Desconhecimento, despreparo e inocência.	Sobrevivência e resistência interna.	
Relato 16	Medo, incerteza e preocupação.	Desespero.	Reflexão e busca por redenção; Esperança e planejamento.
	Arrependimento.	Adaptação, sobrevivência e resignação.	
Relato 17	Medo.	Determinação e resiliência; Adaptação e fortalecimento espiritual.	Esperança e projeção de futuro; Construção de um novo caminho.
	Consciência dos erros e arrependimento.		
Relato 18	Medo.	Resistência, adaptação e resignação.	Esperança e planejamento; Redenção e mudança.
	Droga e culpa.	Sofrimento.	
	Arrependimento.		
Relato 19	Inocência e confiança; Despreocupação e normalidade.	Medo e angústia; Depressão e tentativa de suicídio.	Esperança e fé; Resiliência e luta.
	Medo do desconhecido.	Resiliência, adaptação e sobrevivência.	Esperança na redenção; Fé e confiança em Deus.
Relato 20	Inocência e despreocupação.	Medo constante.	
Relato 21	Desconhecimento e inocência.	Conflitos.	Determinação e projeção futura; Fé e confiança em Deus.
	Preocupação com o futuro.	Sobrevivência, esperança de redenção e mudança.	
Relato 22	Inocência e desconhecimento; Despreocupação e descuido.	Reflexão e conformação; Busca por redenção e mudança.	Esperança e projeção futura; Fé e confiabilidade em Deus.

Estas tabelas oferecem uma representação detalhada das emoções, das interações sociais e das mudanças temporais descritas no relato da trajetória dos apenados, abrangendo desde o período anterior ao encarceramento até o atual momento de reflexão e esperança para o futuro. Através da utilização de uma escala de cores, é possível distinguir as diferentes nuances emocionais experienciadas durante esse processo.

As emoções associadas ao choque, medo e dor estão representadas pelo azul , refletindo o impacto inicial e profundo do encarceramento. Esses sentimentos frequentemente emergem no início da experiência prisional, marcados por uma sensação de desamparo e desorientação.

As emoções relacionadas a humilhação, raiva, ódio e agressão são representadas pelo vermelho . Essas cores simbolizam a intensidade das reações negativas enfrentadas pelos apenados, como a desumanização e a violência, que muitas vezes dominam durante o período de adaptação ao ambiente carcerário.

Em contraste, as emoções de recuperação, apoio e reflexão são associadas ao verde . Esse verde simboliza os momentos de introspecção e aprendizado, onde há uma tentativa de encontrar significado e esperança, refletindo a capacidade de resiliência e crescimento pessoal apesar das adversidades.

Sentimentos de vigilância e incerteza são representados pelo amarelo , ilustrando a constante sensação de alerta e o medo do desconhecido que acompanha o encarceramento. Esta cor destaca a sensação de insegurança e a necessidade de adaptação ao novo ambiente.

As tabelas oferecem uma visão minuciosa do impacto psicológico e emocional do processo de prisão, assim como das alterações nas relações sociais e nas perspectivas de vida do indivíduo ao longo do tempo. A análise dessas cores e emoções permite uma compreensão aprofundada das experiências vividas, elucidando as complexas dinâmicas entre o passado, o presente e as aspirações futuras dos apenados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou oferecer uma análise sociológica do sistema prisional brasileiro, buscando refletir, por meio de uma análise local, a realidade nacional, recorrendo ao olhar daqueles que vivenciam diretamente suas implicações: as pessoas privadas de liberdade. A análise do indivíduo como ser social revela uma complexa teia de interações entre autonomia pessoal e influências coletivas. O primeiro capítulo evidenciou que, desde os primórdios da humanidade, as identidades, escolhas e trajetórias de vida são intrinsecamente moldadas pelo meio social. Ao explorar as diversas influências dos contextos históricos, culturais e econômicos, compreendemos como os indivíduos desenvolvem suas narrativas de vida dentro de uma rede de relações e eventos.

No caso específico dos indivíduos em reclusão, a análise destacou a importância de considerar os fatores sociais e contextuais que permeiam suas escolhas, desafiando a visão simplista de que atos criminosos são exclusivamente resultado da vontade individual. Ao examinar os conceitos de pessoa e indivíduo, foi possível compreender a fragmentação e a reconstrução da identidade que ocorre dentro das paredes das prisões, revelando como as normas sociais e culturais influenciam a vida dos presos, e como eles se tornam tão estigmatizados socialmente. A aplicação dos conceitos de campos e *habitus* de Bourdieu revelou como as práticas e disposições adquiridas antes do encarceramento são transformadas e, muitas vezes, distorcidas pelo ambiente carcerário. Assim, a interdependência entre o eu e o outro se torna um conceito essencial para entender a complexidade das ações humanas dentro da sociedade.

A relação entre o Estado, a classe dominante e a dinâmica criminal revelam um panorama complexo de dominação, violência institucional e desigualdades sociais, especialmente em contextos como o do Brasil. A análise das contribuições de teóricos como Max Weber, Antonio Gramsci, Hannah Arendt, Teresa Caldeira e Angela Almeida evidencia que o exercício do poder estatal transcende a mera coerção, englobando também a construção ideológica e a privatização da segurança. No Brasil, a violência institucional manifesta-se de forma alarmante no sistema prisional, refletindo e exacerbando as desigualdades sociais. O encarceramento massivo de homens pretos e pobres ilustra como a aplicação da lei pode perpetuar a marginalização e a injustiça. Deste modo, o capítulo dois ofereceu uma visão abrangente das intrincadas relações entre poder, violência e ordem social, destacando as contínuas tensões e desafios na governança moderna.

A exploração do sistema prisional a partir das perspectivas dos próprios apenados revela uma dimensão profundamente humana e emocional, muitas vezes negligenciada nas análises tradicionais. O contexto histórico do sistema prisional brasileiro, enriquecido por dados que destacam sua precarização, ofereceu uma base sólida para compreender a evolução e as falhas estruturais do sistema. A obra de Goffman, proporcionou ao referencial teórico uma valiosa interpretação de como os presos gerenciam suas identidades, emoções e relações dentro do ambiente carcerário.

Os relatos dos 22 presos sobre suas emoções no primeiro dia de encarceramento ofereceram uma visão única das complexas interações entre indivíduos e a instituição prisional, destacando as estratégias de adaptação e os sentimentos de vulnerabilidade que marcam essa experiência. Ao adotar a análise do discurso e a Sociologia das Emoções, o capítulo três mostra as raízes históricas e os desafios contemporâneos do sistema prisional, enfatizando a importância de dar voz aos apenados. Nesse sentido, as análises desses discursos, complementadas pelas tabelas que mostram as relações emotivas, espaços de sociabilidade a relação dos presos com a malha descrita por Tim Ingold e dimensões temporais, destacam as profundas implicações psicológicas e sociais da experiência de encarceramento. Os sentimentos iniciais de medo, humilhação e desespero relatados pelos apenados revelam a brutalidade da entrada no sistema prisional, sobretudo devido ao rompimento com a sociedade, pois agora eles são vistos como criminosos, eles saem de uma posição, onde muitos tinham um certo poder, que lhes foram delegados pelo crime, e passam a ser agentes extremamente marginalizados socialmente. A evolução dessas emoções, que muitas vezes culminam em uma resignação adaptativa, demonstra a capacidade de sobrevivência humana nas condições mais adversas, mas também expõe as falhas críticas do sistema em promover a reintegração social e em respeitar a dignidade humana. Assim, cada relato se torna um valioso fragmento que contribui para uma compreensão mais completa e sensível das realidades enfrentadas dentro das grades, reforçando a necessidade de uma abordagem humanizada e inclusiva na análise do encarceramento.

À vista disso, o sistema prisional brasileiro, aqui generalizando, pois como foi apontado, há outras pesquisas que mostram a degradação desse sistema, longe de cumprir seu papel de ressocialização, perpetua ciclos de violência e exclusão. A mudança dessa realidade exige uma transformação profunda das políticas públicas, do aparato judicial e da sociedade em geral, para que se possa garantir um tratamento humano e justo para todos os indivíduos, independentemente de seus atos passados. Este trabalho destaca a

necessidade urgente de uma abordagem mais humanizada e menos punitiva, que reconheça o potencial de mudança dos indivíduos e as complexidades de suas identidades. Promover uma sociedade mais justa e inclusiva exige um compromisso com a reforma do sistema prisional e com a criação de oportunidades reais de reintegração para as pessoas privadas de liberdade.

A elaboração desta dissertação enfrentou algumas dificuldades que refletiram a complexidade do tema abordado. Uma das principais dificuldades foi o acesso a fontes primárias confiáveis e atualizadas, dada a natureza restritiva e sensível do ambiente prisional. Conseguir fazer com que os apenados escrevessem seus relatos e permitissem que eu falasse sobre eles fora do sistema prisional, exigiu a construção de um ambiente de confiança mútua, essencial para obter depoimentos autênticos e ricos em detalhes emocionais. Outro desafio significativo foi a análise dos dados obtidos, uma vez que as narrativas dos presos são profundamente pessoais e emocionalmente carregadas, exigindo um tratamento ético e metodológico cuidadoso. Além disso, a diversidade das experiências relatadas impôs a necessidade de uma abordagem analítica complexa, que contemplasse as variações individuais e contextuais. A síntese teórica de diferentes perspectivas sociológicas também apresentou um desafio, pois foi necessário integrar as ideias de teóricos como Max Weber, Pierre Bourdieu, Roberto DaMatta, Antonio Gramsci, Erving Goffman, dentre outros, de maneira coerente e aplicável à realidade brasileira.

Apesar das dificuldades, a escrita da dissertação proporcionou muitos pontos positivos que enriqueceram a qualidade e a profundidade da pesquisa. A utilização de uma abordagem metodológica qualitativa permitiu uma exploração detalhada e sensível das experiências individuais dos apenados, revelando nuances emocionais e sociais que frequentemente passam despercebidas em estudos quantitativos. A inclusão de perspectivas teóricas variadas, desde a Sociologia das Emoções até os conceitos de campos e *habitus* de Bourdieu, ofereceu uma análise robusta e multidimensional do sistema prisional. Este esforço interdisciplinar enriqueceu a compreensão das dinâmicas internas das prisões e das complexas interações entre os presos e as estruturas institucionais. Outro ponto positivo, se não digo o principal, foi a oportunidade de dar voz aos apenados, valorizando suas experiências e proporcionando uma plataforma para que suas histórias fossem ouvidas e compreendidas. Este enfoque humanizado não apenas fortaleceu a relevância social da pesquisa, mas também destacou a importância de

considerar os indivíduos como agentes ativos em suas próprias narrativas, mesmo em contextos de extrema adversidade.

A dissertação oferece contribuições significativas para os estudos futuros sobre o sistema prisional brasileiro, abrindo novos caminhos de investigação e intervenção. Primeiramente, a pesquisa evidencia a importância de adotar uma abordagem integrada e humanizada ao estudar o encarceramento, promovendo uma compreensão mais completa das experiências dos apenados e das dinâmicas institucionais. Os relatos detalhados e as análises emocionais fornecem um rico banco de dados que pode ser utilizado por futuras pesquisadoras e pesquisadores interessadas/os em explorar aspectos específicos da vida prisional, como estratégias de adaptação, construção de identidade e os efeitos psicológicos do encarceramento. Além disso, ao destacar as falhas críticas do sistema prisional em promover a reintegração social, a dissertação incentiva a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas. As recomendações apresentadas podem servir como base para a elaboração de programas de ressocialização que respeitem a dignidade humana e facilitem a reintegração dos apenados na sociedade. Por fim, ao integrar diversas teorias sociológicas e proporcionar uma análise detalhada das interações emocionais e sociais no contexto prisional, este trabalho contribui para o enriquecimento do debate acadêmico, oferecendo uma perspectiva inovadora e aprofundada sobre um tema de extrema relevância social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda. **Sabe com quem está falando?** Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. YouTube, 8 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X-0JHaWqfBM>. Acesso em 02 maio 2024.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 7–29, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>. Acesso em: 01 mar. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>

ALMEIDA, Angela Mendes. **Estado autoritário e violência institucional**. 2007. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.ovp-sp.org%2Fdebate_teorico%2Fdebate_amendes_almeida.pdf&clen=162518&chunk=true. Acesso em: 15 dez. 2021.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Coleção: Os pensadores. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vazes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BONELLI, Maria da Glória. Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 357–372, jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B6bYMqGqpzgvqkjy9JFgwyj/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jun. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100015>

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed., São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Arquivo Nacional- Memória da Administração Pública Brasileira. **Casa de Correção do Rio de Janeiro (1889 - 1930)**. 2018. Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/dicionario-primeira-republica/531-casa-de-correcao-da-capital-federal.html>. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.**

Brasília, DF: 1984. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.210%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%201984.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20Penal.&text=Art.,do%20condenado%20e%20do%20internado.. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Fundo Penitenciário Nacional.**

Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2024a. Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/funpen#:~:text=O%20Fundo%20a%20Fundo%20%C3%A9,lei%20que%20instituiu%20o%20Funpen.> Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Minas Gerais.** Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN. Brasília, 2024b. Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/MG>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **O Depen completa 38 anos de trabalho dedicado à segurança pública.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/o-depen-completa-38-anos-de-trabalho-dedicado-a-seguranca-publica>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Informações Penais: 15º ciclo SISDEPEN. 2º semestre de 2023.** Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN. Brasília, 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatórios de Informações Penais – RELIPEN.** Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN. Brasília, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/brasil>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **SUSP - Sistema Único de Segurança Pública.** s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/susp>. Acesso em: 03 maio 2023.

BRESOLIN, Keller Augusto. Resenha: sabem com quem está falando? Conflito social e personalismo. **Café com Sociologia.com**, 2017. Disponível em: https://cafecomsociologia.com/resenha-sabem-com-quem-esta-falando/#google_vignette. Acesso em: 01 maio 2024.

BRITTO, Aurélio de Moura. A historiografia sobre as prisões na Era Vargas: notas preliminares ao debate. **História Debates e Tendências**, v. 22, n. 1, pp. 44-61, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5524/552472318004/html/>. Acesso em: 02 jun. 2023. <https://doi.org/10.5335/hdtv.22n.1.12243>

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2011.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Coord). **A miséria do mundo**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 63 - 79.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; RAMOS, Alicia Maricel Oliveira; COELHO, Marina Tereza da Silva. **Trajatória da Política Penitenciária em Minas Gerais notas de pesquisa**. In: VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2021, Brasília. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/189>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FECOMERCIOSP. **Roberto DaMatta analisa a sociedade brasileira contemporânea**. YouTube, 03 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-EOWVc3zpcM>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara (Orgs.). **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. *E-book*. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Sistema_Prisional_-_Teoria_e_Pesquisa.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de; LOPES, Luiz Paulo da Moita. Vivenciando a outridade: escalas, indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 147-172, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201913696>. Acesso em: 01 abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201913696>

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. SP: Global, 2006.

FUNDAÇÃO FHC. **Cultura das transgressões no Brasil: as lições da História - parte 5 - Roberto DaMatta**. YouTube, 03 de outubro de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ku-C6B6S_ug. Acesso em: 30 abr. 2024.

GARCIA, Jesus Cesar. A ressocialização no sistema prisional brasileiro. **Revista Saber Acadêmico**. N. 22, 2016. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170619111147.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

GOLDMAN, Marcio. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 83- 109, 1996. Disponível: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/111620/109658>. Acesso em: 16 jul. 2022. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111620>

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HUMANIDADE. In: MICHAELIS. Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/humanidade/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

HUMANO. In: MICHAELIS. Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/humano/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2022**. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Prisões: origens, ditadura e transição democrática. Memórias da ditadura**, [2023]. Disponível em:

<https://memoriasdaditadura.org.br/prisoos-origens-ditadura-e-transicao-democratica/>. Acesso em: 20 maio 2024.

MAIA, Clarissa Nunes *et al.* (Org.). **História das prisões no Brasil**. vol 1. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

MAIA, Clarissa Nunes *et al.* (Org.). **História das prisões no Brasil**. vol 2. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MATTOSO, José. **História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAUSS, Marcel. **Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do eu**. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NASCIMENTO, Stephany. Sistema carcerário brasileiro: a realidade das prisões no Brasil. **Politize**, 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-carcerario-brasileiro/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

OLIVEIRA, Anderson *et al.* A precariedade do sistema prisional brasileiro. **Humanidades em Perspectivas**, v. 4, n. 8, 2020. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/issue/view/102>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OLIVEIRA, Renata. **A ressocialização no sistema prisional Brasileiro**. 2018. Disponível em: <http://45.4.96.19/bitstream/aee/1217/1/RENATA%20GARCIA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OLSSON, Giovanni; CASTALDI, Valquíria. O poder de Estado no uso da violência legítima: um olhar sobre o sistema prisional brasileiro e sua (in)efetividade. **Direitos Fundamentais & Justiça**. Belo Horizonte, ano 12, n. 38, p. 47-73, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/713>. Acesso em: 01 jun. 2024. <https://doi.org/10.30899/dfj.v12i38.713>

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere (1953)**. São Paulo: Record, 45. ed. Volume único, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017.

SABINO, Josivan. **Roberto DaMatta explica o Brasil - carnavais, malandros e heróis (bloco 1 de 3)**. YouTube, 02 de abril de 2013a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eqsgtA0KhSQ>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SABINO, Josivan. **Roberto DaMatta explica o Brasil** - carnavais, malandros e heróis (bloco 2 de 3). YouTube, 02 de abril de 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-yW5TjFWxTM>. Acesso em 30 abr. 2024.

SANTIS, Bruno Moraes Di; ENGBRUCH, Werner; D'ELIA, Fábio Suardi. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. **Revista Liberdades**, nº 11, p. 143-160, setembro/dezembro de 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/7277103/A_evolu%C3%A7%C3%A3o_hist%C3%B3rica_do_sistema_prisional_e_a_Penitenci%C3%A1ria_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 5 fev. 2024.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educação**, São Paulo, n. 2, p. 60-70, maio/agosto 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>. Acesso em: 12 jan. 2017. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. **O Plano Nacional Antiviolação**. 2002. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/140/43.pdf?sequence=4&isAllowed=y#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Seguran%C3%A7a,Jos%C3%A9%20Gregori..> Acesso em: 13 maio 2023.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64 - 83, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoem perspectivas/article/view/6620>. Acesso em: 27 maio 2022.

SOUZA, Deysi de. **Evolução das penas e o surgimento das penas alternativas**. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/evolucao-das-penas-e-o-surgimento-das-penas-alternativas/330379743>. Acesso em: 8 fev. 2024.

STRATHERN, Marilyn. o conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, p. 231 - 239, 2017.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

WAGNER, Roy. A pessoa fractal. Traduzido por Christiano Key Tambascia e Iracema Dulley. **Ponto Urbe [online]**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/173#quotation>. Acesso em: 09 jul. 2022.

WEBER, Max. A política como vocação. A ciência como vocação. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume I. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva - volume 2. São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial. 2004

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: Weber. (Coletânea organizada por Gabriel Cohn). São Paulo: Ed. Ática, 1979.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa; ALCÂNTARA, Pedro Ivo. Sistema- penitenciário crime e castigo. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 2, edição 7, 2005. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=869:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 8 fev. 2024.

WPB - World Prison Brief. **World Prison Population List**. 14. ed.. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_14th_edition.pdf. Acesso em: 01 maio. 2024.